



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

***RELATÓRIO
SOBRE A SITUAÇÃO DA JUSTIÇA
2017/2018***

1. Índice	
ABREVIATURAS.....	3
APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO	5
1. O CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL	7
1.1 Composição.....	7
1.2 Estrutura e Funcionamento	8
1.3 Quadro de Pessoal.....	10
1.4 Orçamento.....	11
1.5 Actividade Interna.....	12
1.6 Inspeção Judicial	15
1.7 Sistema de Informatização da Justiça - SIJ	21
1.7.1 Recursos Humanos.....	21
1.7.2 Desenvolvimento, uso do sistema e constrangimentos	21
1.7.3 Implementação geral do SIPP e SIPC	23
1.7.4 Conexão do SIJ com outros sistemas	23
1.7.5 Preocupações.....	24
1.7.6 Recomendações.....	25
2. O CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL E A GESTÃO DOS JUÍZES, DOS TRIBUNAIS E OFICIAIS DE JUSTIÇA	26
2.1 Medidas de Gestão dos Juízes	26
2.2 Quadro de Juízes	28
2.3 Comissões de serviço e licenças sem vencimento.....	30
2.4 Medidas de Gestão dos Tribunais	31
2.4.1 Contingentação.....	33
2.5 Gestão dos Oficiais de Justiça.....	34
2.5.1 Quadro dos Oficiais de Justiça.....	35
2.6 O Conselho e as denúncias públicas.....	38
3. FORMAÇÃO.....	41
3.1 Juízes	41
3.2 Oficiais de Justiça.....	41
4. MOVIMENTO PROCESSUAL.....	43
4.1 Considerações gerais	43
4.2 Responsabilidade solitária ou solidária	43
4.3 Insatisfação assente no sentido das decisões/risco de condicionamento do poder judicial.....	47

4.4 Funcionamento dos tribunais movimento processual.....	48
4.5 Parque Judiciário.....	50
4.6 O problema de habitação em algumas Comarcas.....	51
5. SITUAÇÃO DOS TRIBUNAIS	53
5.1 Considerações gerais.....	53
5.2 Supremo Tribunal de Justiça.....	54
5.3 Os Tribunais de Relação.....	55
5.3.1 Tribunal de Relação de Sotavento.....	55
5.3.2 Tribunal de Relação de Barlavento.....	57
5.4 Os Tribunais de Comarca.....	57
5.4.1 O Tribunal da Comarca da Praia.....	57
5.4.2 O Tribunal da Comarca de São Vicente.....	63
5.4.3 O Tribunal da Comarca de Santa Catarina.....	66
5.4.4 O Tribunal da Comarca de Santa Cruz.....	67
5.4.5 O Tribunal da Comarca de São Filipe.....	68
5.4.6 O Tribunal da Comarca da Ribeira Grande.....	70
5.4.7 O Tribunal da Comarca do Sal.....	70
5.4.8 O Tribunal da Comarca do Tarrafal.....	72
5.4.9 O Tribunal da Comarca de São Domingos.....	73
5.4.10 O Tribunal da Comarca do Maio.....	73
5.4.11 O Tribunal da Comarca dos Mosteiros.....	74
5.4.12 O Tribunal da Comarca da Brava.....	74
5.4.13 O Tribunal da Comarca de Porto Novo.....	75
5.4.14 O Tribunal da Comarca do Paul.....	76
5.4.15 O Tribunal da Comarca de São Nicolau.....	76
5.4.16 O Tribunal da Comarca da Boa Vista.....	77
5.5 Tribunais Fiscais e Aduaneiro.....	78
5.5.1 Tribunal Fisca e Aduaneiro de Barlavento.....	78
5.5.2 Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento.....	78
6. Conclusões e Recomendações.....	81
7. ANEXOS: Organogramas, Gráficos e Quadros.....	83
8. OS MEMBROS DO CONSELHO.....	111

ABREVIATURAS

CSMJ – Conselho Superior da Magistratura Judicial

PR – Presidente da República

AN – Assembleia Nacional

MJT – Ministério da Justiça e Trabalho

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

CSMP – Conselho Superior do Ministério Público

LOFCSMJ – Lei de Organização e Funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial

LOTJ – Lei de Organização do Tribunais Judiciais

LOMP – Lei de Organização dos Tribunais do Ministério Público

MP – Ministério Público

EMJ – Estatuto dos Magistrados Judiciais

EMMP – Estatuto dos Magistrados do Ministério Público

SIJ – Sistema de Informatização da Justiça

PKI – (Public Key Infrastructures) aquisição de certificados SIJ

CG/SIJ – Conselho de Gestão do Sistema de Informatização da Justiça

ONU/DC – Organização da Nações Unidas/Drogas e Crimes

SIPP - Sistema Informático do Processo Penal

SIPC - Sistema Informático do Processo Civil

PJ – Polícia Judiciária

RNI – Registo Notariado e Identificação

OACV – Ordem dos Advogados de Cabo Verde

NOSI – Novas Tecnologias de Informação

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPP – Código do Processo Penal

CPC - Código do Processo Civil

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ICCA – Instituto da Criança e do Adolescente

PCO – Processo Comum Ordinário

PEA – Processo Especial Abreviado

APRESENTAÇÃO

Com a obra que ora se empreende pretende-se conferir cumprimento ao comando constitucional¹ e legal² que faz impender sobre o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), o dever de apresentar à Assembleia Nacional um relatório sobre a situação da justiça, estabelecendo como função de apelo uma descrição das atividades desenvolvidas pelo CSMJ no exercício das competências que lhe estão atribuídas e que constam, *inter alia*, do artigo 29.º do seu diploma orgânico³.

Por força da normatividade *supra* citada, o relatório anual das atividades do CSMJ deve reportar-se ao funcionamento dos tribunais e o exercício da judicatura relativo ao ano judicial anterior⁴, contendo, nomeadamente, a estatística sobre o movimento processual, em consonância com o que ora dispõe o artigo 31º, 1 da LOCSMJ.

¹ Artigo 223º, 4 da CRCV.

² Artigo 31º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial.

³ Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro.

⁴ Repare-se que, de acordo com o teor do n.º 1 do artigo 10º da LOFCTJ, “o ano judicial inicia-se a 1 de outubro de cada ano e termina a 30 de setembro do ano seguinte”.

INTRODUÇÃO

O CSMJ remonta a 1981, tendo em conta que foi primacialmente estabelecido pelos artigos 21º e seguintes do Estatuto do Pessoal Judiciário (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46/81, de 30 de maio), com funções eminentemente disciplinares, e que continuou a fazer parte da tradição judiciária cabo-verdiana desde aquela data, nomeadamente, sendo consignada pela Lei n.º 32/III/87, de 31 de dezembro (que aprovou o Estatuto dos Magistrados Judiciais), nos artigos 42º a 45º e pela Lei n.º 135/VI/95, de 3 de julho (que aprova os novos Estatutos), nos artigos 47º a 71º, na qual se inverte a predominância necessária de juízes na sua composição, juntando-se ao Presidente do Supremo Tribunal da Justiça, ao Inspetor Superior Judicial e aos dois juízes de carreira nomeados pelos seus pares, os dois cidadãos nomeados pelo Presidente da República e três cidadãos eleitos pela Assembleia Nacional art. 48º), soluções que, no fundo, se interligam aos desenvolvimentos constitucionais na mesma matéria e que vão desde a versão originária de 1992, que no seu artigo 246º, inseriu este modelo de representação misto, em que a predominância de membros juízes e de cidadãos dependia do Presidente da República. A lógica do equilíbrio manteve-se após a revisão de 1999, embora com uma aposta clara na elevação da participação laica e uma composição necessariamente com menos juízes. A alteração de 2010 é igualmente importante para o CSMJ, pois além da sua função mais consolidada de gestão e disciplina dos juízes, passou a ser “órgão de administração autónoma dos recursos humanos, financeiros e materiais dos tribunais, bem como dos seus próprios”, ajusta a equação magistrado-não-magistrado do Conselho, com um predomínio do primeiro elemento, mas ainda assim numa perspetiva de equilíbrio nos termos do artigo 223º da atual versão da lei fundamental, a mesma que opera uma nova inversão da equação juiz-membro laico na sua composição, passando aqueles dos nove para cinco membros.

Hodiernamente, o CSMJ é um *órgão constitucional autónomo*, que tem como função essencial a gestão e disciplina da magistratura dos tribunais judiciais, incluindo os oficiais de justiça e cuja existência e composição satisfazem dois requisitos: a) Garantir a autonomia dos juízes dos tribunais judiciais, tornando-os independentes do Governo e da Administração; b) mitigar de algum modo a ausência de legitimação democrática dos juízes, enquanto titulares de órgãos de soberania, envolvendo os dois órgãos de soberania

CSMJ 2017/18

diretamente eleitos – PR e a AN – na composição do órgão superior de gestão da magistratura judicial, donde emerge como justificável o desiderato constitucional que se consubstancia na apresentação a este último órgão de soberania, anualmente, o seu relatório sobre o estado da justiça.

Destarte, em observância da incumbência constitucional, enquanto órgão de gestão da Magistratura Judicial e dos Tribunais, o CSMJ apresenta, por força do comando vertido nos termos conjugados dos artigos 223º, 4 da Constituição da República e 31º, 1 da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, o seu Relatório sobre o funcionamento dos tribunais e o exercício da judicatura, no concernente ao ano judicial 2017/2018, aprovado na sessão extraordinária do dia 18 de setembro do corrente ano.

1. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

1.1 Composição

Nos termos do disposto no artigo 223º, 5 da CRCV, o CSMJ é composto por nove membros, sendo, um Juiz designado pelo Presidente da República, quatro cidadãos de reconhecida probidade e mérito, que não sejam magistrados nem advogados, eleitos pela Assembleia Nacional e; quatro magistrados judiciais eleitos pelos seus pares.

Presidente

Bernardino Duarte Delgado, Juiz de Direito⁵

Vogais eleitos pelos Magistrados Judiciais

Ary Allison Spencer Santos, Juiz de Direito⁶

Evandro Tancredo Rocha, Juiz de Direito.⁷

Antero Carlos Lubrano Varela, Juiz de Direito.⁸

Vogal designado pelo Presidente da República

Januária Tavares Silva Moreira Costa, Juiz de Direito⁹

Vogais eleitos pela Assembleia Nacional¹⁰

António Pedro Tavares Silva

Carlos Jorge Moura

José Maria Mendes Cardoso

Silvino Pires Amador

⁵ Nomeado pelo Decreto-Presidential nº 12/2017, de 30 de junho.

⁶ Foi eleito em 5/02/2016 e iniciou funções em 31/03/2016.

⁷ Foi eleito em 5/02/2016 e iniciou funções em 31/03/2016.

⁸ Foi eleito em 08/12/2017 e iniciou funções em 09/01/2018.

⁹ Colocada em Comissão judiciária de serviço, por Deliberação do CSMJ de 27 de julho, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 56º da Lei n.º 1/VIII/2011, de 14 fevereiro, na sequência da sua eleição para o Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO.

¹⁰ Foram todos eleitos pela Resolução n.º 145/VIII/2015 de 13 de agosto e iniciaram funções em 14/10/2015.

1.2 Estrutura e funcionamento

Como evidenciamos *supra*, a normatividade constitucional vigente, ou seja, decorrente da revisão constitucional de 2010, adotou como esquema organizatório-funcional, a criação expressa de um órgão que por isso mesmo beneficia do Estatuto de órgão constitucional, com individualização da respetiva composição, com uma regulamentação marcada por um máximo de densificação normativo-constitucional, com ênfase na reserva de constituição quanto à criação do órgão, quanto à delimitação do universo subjetivo da sua composição, quanto à individualização dos seus membros e modo de designação.

O Conselho Superior da Magistratura Judicial rege-se, pois, por dois diplomas fundamentais:

a) A Constituição da República, (artigo 223º), matriz fundante da sua consagração enquanto órgão constitucional, ao qual estão atribuídas a gestão e disciplina dos juízes, de administração autónoma dos recursos humanos, financeiros e materiais dos tribunais, bem como dos seus próprios;

b) A Lei nº 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprovou o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura Judicial, consagrando a sua autonomia administrativa e financeira, com orçamento próprio, inscrito nos encargos gerais do Estado e definindo a organização dos seus serviços.

O CSMJ tem prosseguido a implementação da sua arquitetura organizacional subjacente à Lei nº 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, visando uma mais direta, distinta e qualificada resposta deste órgão às novas realidades em que está ancorado o Poder Judicial, na medida em que a sua intervenção não se limita à gestão e disciplina de um crescente número de juízes e de oficiais de justiça, designadamente, às suas intervenções funcionais de natureza disciplinar ou de gestão de recursos humanos.

No entanto, devido às restrições orçamentais, ainda não foi possível preencher na sua integralidade os quadros previstos no citado diploma, na medida em que apesar de dotado de autonomia administrativa e financeira, esta é circunscrita pela exiguidade das dotações do Orçamento do Estado o que obsta a uma sua cabal materialização.

Em matéria de organização funcional, o Conselho Superior da Magistratura Judicial tem a estrutura constante do organograma do Anexo ao presente Relatório,

funcionando, em síntese, na conjunção dos órgãos colegiais deliberativos e de coordenação, dos órgãos de direção e dos serviços.

Os órgãos colegiais e de coordenação são:

- O Plenário, composto por nove membros: um Magistrado Judicial designado pelo Presidente da República, quatro eleitos pelos Juízes e quatro cidadãos eleitos pela Assembleia Nacional. A presidência do órgão é exercida, atualmente, por um magistrado eleito pelos seus pares, em decorrência do escrutínio secreto realizado para o efeito e que teve lugar em sede de sessão extraordinária no dia 23 de junho do ano transato.

- A Comissão Administrativa, órgão executivo em matéria de gestão financeira e patrimonial dos tribunais e do CSMJ, (art.11º nº1 da Lei nº 90/VII/2011, de 14.2), que tem a seguinte composição:

- ☐ O Presidente do CSMJ;
- ☐ Dois membros do CSMJ eleitos anualmente pelo plenário;
- ☐ O Secretário;
- ☐ O Diretor dos Serviços Administrativos e Financeiros.

- A Comissão Especializada de Relações Institucionais, Acompanhamento dos Tribunais Judiciais, Formação e Recrutamento dos Magistrados, (art.13º), composta pelo Presidente, que coordena, pelo Secretário e um vogal eleito anualmente pelo plenário;

- A Comissão Especializada de Comunicação, Estudos e Planeamento, (art. 14º), composta pelo Presidente, que coordena, pelo Secretário e um vogal eleito anualmente pelo plenário.

☐ O cargo de Vice-Presidente, previsto no art. 19º da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de fevereiro continua por preencher. Espera-se ainda no decurso do presente ano proceder à implementação deste cargo.

☐ Nos termos do artigo 51º da citada Lei nº 90/VII/2011, a Secretaria do CSMJ compreende:

a) A Direção de Recursos Humanos e Informação Jurídica, que integra ainda a Divisão de Quadros Judiciais e de Inspeção; b) A Direção dos Serviços Administrativos

e Financeiros, que integra a Divisão Administrativo-Financeira e Económico; c) O Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Membros do CSMJ; d) O Gabinete de Informática.

No ano transato o Presidente do CSMJ em exercício terminou o seu mandato, mais concretamente no dia 03 de março, sendo que, o processo que viria culminar na sua substituição só aconteceu a 23 de junho com a eleição e nomeação do novo Presidente, que tomou posse no dia 18 de julho do mesmo ano, data em que iniciou funções.

1.3 Quadro de pessoal

O Quadro de Pessoal do CSMJ continua por implementar. Num total de 45 vagas previstas, estão preenchidas 15, o que é manifestamente insuficiente para um organismo com as competências que lhe são legalmente deferidas. (*vide* Anexo). No ano judicial transato foram recrutadas duas assessoras, sendo uma para a área jurídica e outra para imprensa. Porém, o ideal, e para dar resposta às incumbências que lhes estão deferidas será o preenchimento do total das vagas previstas naqueles departamentos do CSMJ.

À Direção dos Recursos Humanos e Informação Jurídica compete, em geral, a execução das ações inerentes à colocação, deslocação e permanente atualização do cadastro dos juizes e oficiais de justiça dos tribunais judiciais, bem como, o expediente relativo às mesmas, (nº 1 do art. 52º da Lei nº 90/VII/2011, de 14 de fevereiro). No presente integra dois técnicos superiores, sendo que a sua direção é assumida por uma técnica, em regime de substituição razão pela qual mostra-se necessária a realização de concurso com vista ao seu preenchimento efetivo.

A Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros é composta por dois técnicos superiores. A direção deste serviço vem sendo assumida em regime de substituição, pelo Secretário, razão pela qual urge a realização de concurso para o preenchimento deste cargo. Tem como conteúdo funcional a execução das ações relativas ao desenvolvimento das competências administrativas e financeiras do CSMJ, designadamente:

□ A elaboração do projeto de orçamento anual e suas alterações; □ O acompanhamento da execução orçamental; □ A elaboração da conta de gerência e preparação do projeto dos respetivos relatórios; □ A instrução dos procedimentos relativos à aquisição de bens e serviços; □ O processamento das remunerações dos juizes,

oficiais de justiça e pessoal afeto ao CSMJ; □ A verificação e processamento dos documentos de despesa.

Sem prejuízo do referido *supra*, os serviços do CSMJ vêm cumprindo a sua função essencial. Por outro lado, tendo em vista a salvaguarda do rigor da gestão financeira de um organismo público que passou a ser dotado de autonomia administrativa e financeira, foi regular o funcionamento da Comissão Administrativa.

1.4 Orçamento

A verba disponibilizada pelo Orçamento Geral do Estado ao CSMJ para sua própria gestão e a dos Tribunais, no ano de 2018, foi de 475.809.278\$00, assim distribuída:

Despesas com pessoal- 388.110.586\$00 Aquisição de bens e serviços- 78.338.736\$00; Equipamentos administrativos- 1.027.956\$00 Formação- 4.000.000\$00; Maquinarias e equipamentos- 4.032.000\$00; Seguros- 300.000\$00;

ORÇAMENTO DE EXECUÇÃO DO CSMJ PARA O ANO 2018	
Rubrica	Verba
Despesas com Pessoal	388.110.586,00
Aquisição de bens e serviços	78.338.736,00
Equipamentos administrativos	1.027.956,00
Formação	4.000.000,00
Maquinarias e equipamentos	4.032.000,00
Seguros	300.000,00
Total geral	475.809.278,00

À primeira vista e num relance comparativo com o orçamento do ano transato se podia pensar que houve um aumento sensório da verba global destinada ao Conselho, porém, o aumento é aparente, tanto quanto é certo que se traduz na transferência para este órgão da responsabilidade financeira concernente ao pagamento dos subsídios de exclusividade devido aos Oficiais de Justiça por força do disposto no n.º 3 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 32/2017, 25 de Julho, que aprovou o novo Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça.

Foi criado um projeto de investimento (reforço institucional – Conselho Superior da magistratura Judicial), no montante global de 40.000.000\$, sendo 36.000.000\$00 para a aquisição de veículos para alguns tribunais, para o serviço de Inspeção e para os Presidentes dos Tribunais da Relação e o remanescente para a renovação parcial do parque informático. Os veículos já foram adquiridos e alocados às comarcas com maior necessidade aumentando assim o parque automóvel disponibilizado aos tribunais.

1.5 Actividade Interna

O plenário do CSMJ reuniu-se 14 vezes no decurso do corrente ano judicial, de entre sessões ordinárias e extraordinárias e a Comissão Administrativa reuniu 4 vezes.

O Presidente do CSMJ realizou visitas às Comarcas do Tarrafal, Santa Catarina, (incluindo a Relação de Barlavento ali sedeadas), Santa Cruz, São Domingos, São Nicolau, Boavista e Sal, retomando assim o quadro de deslocações a todos os tribunais do país. Nestes, manteve o contato direto com os serviços das secretarias, conheceu as infraestruturas e as condições de trabalho dos operadores da justiça.

No exercício das competências aludidas na alínea *m*) do artigo 29º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, o CSMJ emitiu pareceres, *inter alia*, sobre os seguintes Projetos de diplomas:

- ❖ Lei de autorização legislativa para aprovação de um novo regime dos crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.
- ❖ Proposta de Lei que concede autorização legislativa ao Governo para aprovar o Código Execução das Sanções Penais Condenatórias.
- ❖ Tratado sobre Extradicação.

- ❖ Tratado de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre a República de Itália e a República de Cabo Verde.
- ❖ Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde sobre Cooperação Jurídica em Matéria Civil.
- ❖ Projeto de Decreto-Legislativo do Código de Execução de Sanções Penais Condenatórias.
- ❖ Plataforma Informática para Assistência Judicial.
- ❖ Projeto de Acordo de Entreeajuda Institucional entre o Ministério de Justiça da República do Senegal e República de Cabo Verde.

O Conselho em matéria de iniciativa legislativa e no exercício da competência a que se refere a alínea n) do artigo 29º da Lei n.º 90/VII/2011, de 14 de fevereiro, levou à consideração do Ministério da Justiça o seguinte:

- ❖ Proposta de alteração à Lei n.º 01/VIII/2011, de 20 de junho, que aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais.
- ❖ Proposta de alteração da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais;
- ❖ Proposta de alteração da Lei de Inspeção Judicial;
- ❖ Proposta para elevação dos Tribunais das Comarcas da Boa Vista, Tarrafal e Porto Novo a Tribunais de 1º acesso.
- ❖ Proposta de Desdobramento do Juízo do Trabalho da Praia em 1º e 2º Juízo;
- ❖ Proposta de Desdobramento do Juízo de Família e Menores em 1º e 2º Juízos na Comarca de Praia;
- ❖ Proposta de Lei para a criação do Juízo de Trabalho, Família e Menores no Tribunal da Comarca de S. Vicente.
- ❖ O Conselho teve ainda intervenção no âmbito de diversas reclamações e respostas a recursos contenciosos e requerimentos.

Já constava do relatório do ano transato, porém, pela gravidade que a situação encerra e que redundava no tratamento desigual de situações materialmente iguais, nunca é demais fazer alusão às discrepâncias existentes, desde a sua aprovação em 2011, entre o Estatuto dos Magistrados Judiciais e o dos Magistrados do Ministério Público, que resultam em situações de tratamento desfavorável àqueles, solicitando a sua

harmonização através de ato legiferante da Assembleia Nacional, sob pena de se manter em plena vigência, não por desconhecimento da situação, mas por clara opção, normas que não encontram conforto no princípio de paridade a que subjaz as duas magistraturas, o que, “significará, inelutavelmente uma ofensa ao próprio princípio da igualdade, na justa medida em que possibilita a manutenção de um *status quo* ostensivamente diferenciador de realidades similares e que, precisamente, pela sua similitude sempre foram objeto de tratamento igualitário.

Sem que se prevaleça de uma pretensão de exaustividade, doravante, cingir-nos-emos às situações que se nos afiguram ostensivamente desigualitárias.

A primeira situação a que nos reportamos resulta da leitura concatenada do artigo 47º da LOFTJ e do artigo 109º da LOMP e reside numa dissemelhança remuneratória, injustificável como tudo mais que seja tratamento desigualitário vertido nos citados diplomas. Trata-se do que segue: para o magistrado do MP que exerça funções dirigentes no Departamento da Procuradoria da República da Comarca a lei estabelece o direito a um suplemento de 25% da remuneração base; porém, outro-tanto não sucede com o Presidente do Tribunal correspondente, ao qual apenas é reconhecido o direito a “um subsídio mensal de representação”, no valor de 25%, não já da remuneração base, mas do subsídio de exclusividade. Isto no que tange à primeira instância.

No concernente aos Tribunais Superiores, a situação parece ter outra amplitude. Com efeito, o teor dos artigos 45º e 46º do EMJ inculca a ideia de que os direitos e regalias especiais dos magistrados judiciais, dependem da colocação dos mesmos nessas instâncias superiores. Diversa é, porém, a solução dos EMMP, que configuram os direitos e regalias especiais – correta e indubitavelmente – como direitos de carreira.

Mas a gravidade da situação adensa-se um pouco mais. Os procuradores de círculo têm direitos e regalias especiais de carreira, estejam colocados juntos dos Tribunais da Relação ou dos tribunais de 1ª instância. E, no entanto, exceção feita ao juiz-Presidente da Relação, iguais direitos não são reconhecidos aos Juízes Desembargadores (art. 46º EMJ). A injustiça é pura e simplesmente gritante. A propósito disto, o Conselho entregou já ao Ministério da Justiça uma proposta de alteração dos Estatutos com o propósito de corrigir estas discrepâncias e aguarda o decurso do procedimento legislativo.

Mostra-se necessária a aprovação de um Estatuto dos Magistrados dos Tribunais Fiscais e Aduaneiros ou integrá-los na carreira dos Magistrados Judiciais de forma expressa, independentemente do bem fundado ou não da abordagem hermenêutica que tem sido feita a propósito do seu enquadramento estatutário. Recorrentemente, somos confrontados com requerimentos dos juízes destes tribunais solicitando a sua promoção na carreira e porque a sua situação, é de certo modo ambígua (não sabendo ao certo se integram a carreira dos magistrados judiciais ou uma espécie de *tertium genus*), a pretensão deles tem caído, como se diz na gíria popular, em saco roto, o que se revela uma solução injusta e na contramão com o estado motivacional dos juízes que se quer em alta para potenciar uma maior efetividade da prestação jurisdicional.

Com o mesmo propósito, reitera-se ainda a necessidade urgente de fixação do novo índice remuneratório dos Juízes, cuja atualização salarial não é feita desde 1997, sendo certo que, por conta dessa situação, membros da classe começaram a transitar para a situação de reforma com pensão inferior à de um Secretário Judicial, o que se configura uma disfuncionalidade inadmissível e chocante.

1.6 Inspeção Judicial

Junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial funciona o serviço de Inspeção, através da qual se exerce a fiscalização das atividades dos tribunais, bem como, dos serviços prestados pelos juízes.

Numa perspetiva mais dinâmica, as inspeções do Conselho Superior da Magistratura Judicial destinam-se a facultar-lhe o perfeito conhecimento do estado, necessidades e deficiências dos serviços nos tribunais, afim de o habilitar a tomar as providências que dele dependam ou a propor ao Governo as medidas que requeiram a intervenção deste, bem como o conhecimento sobre a prestação efetuada pelos juízes dos tribunais judiciais e o seu mérito.

Como se pode facilmente ver, a inspeção é a pedra angular do funcionamento do sistema e só com um corpo de inspetores a funcionar se poderá preconizar um aprimoramento contínuo da prestação jurisdicional e potenciar o aumento da capacidade de resposta. Em arena da composição do serviço de inspeção o legislador ordinário optou

por uma composição auspiciosa que aponta para um Inspector Superior, o mínimo de três Inspetores Judiciais e ainda uma Secretaria própria dirigida por um Secretário e composta por um número mínimo de oficiais igual ao número de Inspetores em funções.

Lamentavelmente, o quadro de efetivos deste serviço, desde há mais de uma década, vem sendo assegurado por um único Inspetor Judicial e um Secretário, o que se revela manifestamente insuficiente.

O Inspetor Superior era um Juiz Conselheiro em comissão de serviço, e o Secretário, Juiz-Adjunto, no topo desta carreira. No mês de setembro do ano transato o Juiz Conselheiro que vinha desempenhando as funções de Inspector Superior foi aposentado por limite de idade e mercê do regresso de um Juiz Conselheiro que se encontrava de baixa médica foi possível colocar um Juiz Desembargador na inspeção. Todavia este serviço ainda funciona com um único Inspector e o desejável é que funcione com pelo menos três Inspetores Judiciais.

Pese embora o reduzido pessoal, a Inspeção tem procurado, tanto quanto possível, cumprir o plano anual de inspeções.

As exigências no cumprimento das obrigações estatutárias têm sido aprimoradas e a jurisdição disciplinar tem vindo a funcionar com normalidade.

Destarte, no decurso do ano judicial ora sob escrutínio foram realizadas três inspeções classificativas a magistrados, para além de uma intensa intervenção em matéria de instrução de inquéritos e processos disciplinares instaurados a juízes e oficiais de justiça, conforme os quadros elucidativos que se seguem.

Quadro 1**Inspeções classificativas realizadas em 2017/2018**

Juízo/Tribunal Abrangidos	Inspecionado (a)	Inspetor	Nota Atribuída
4.º Juízo Cível / Tribunal da Praia ¹¹	Magistrada	Dr. Jaime Miranda, Juiz Conselheiro jubilado	Remetido ao CSMJ
Juízo de Família e Menores /Tribunal da Praia ¹²	Magistrada	Dr. Júlio S. Afonso, Inspetor Judicial	Remetido ao CSMJ
2.º Juízo Crime / Tribunal da Praia ¹³	Magistrado	Dr. Júlio S. Afonso, Inspetor Judicial	Em curso

¹¹ Processo remetido ao CSMJ, ver ofício n.º 175/IJ/2017-18, de 27 de junho, aguardando deliberação do Plenário do CSMJ.

¹² Processo remetido ao CSMJ, ver ofício n.º 207/IJ/2017-18, de 2/agosto, aguardando deliberação do Plenário do CSMJ.

¹³ Em curso o prazo de resposta ao relatório.

Quadro 2**Processos de inquérito concluídos**

N.º de Ordem	Processo	Inquirido/a	inquiridor/a	Observação
1	N.º 01/2017-18	Oficial de justiça	Leonel Tavares (Sec./IJ)	Transformado em proc. disciplinar n.º 3/2017-18
2	N.º 02/2017-18	Oficial de Justiça	Leonel Tavares (Sec./IJ)	Transformado em proc. disciplinar n.º 4/2017-18
3	N.º 02-A/2017-18	Magistrado.	Dr. Júlio Afonso, Juiz Desembargador	Transformado em proc. disciplinar n.º 11/2017-18
4	N.º 03/2017-18	Oficial de Justiça	Leonel Tavares (Sec./IJ)	Arquivado (Deliberação de)
5	N.º 04/2017-18	Oficial de Justiça	Adérito Varela Fortes, Sec. Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 5/2017-18
6	N.º 05/2017-18	Magistrado	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 12/2017-18
7	N.º 06/2017-18	Magistrados	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 12/2017-18
8	N.º 07/2017-18	Magistrados	Dr. Jaime Miranda, Juiz Conselheiro jubilado	Arquivado (Deliberação de)
9	N.º 08/2017-17	Magistrada e Oficiais de Justiça	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 13/2017-18
10	N.º 09/2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 14/2017-18
11	N.º 10/2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 15/2017-18
12	N.º 11/2017-18 ¹⁴	Magistrado	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	-
13	N.º 12/2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Transformado em proc. disciplinar n.º 18/2017-18

¹⁴ Processo remetido ao CSMJ, ver ofício n.º 173/IJ/2017-18, de 21 de junho.

Quadro 3**Processos disciplinares concluídos**

N.º de Ordem	Processo	Arguido (a)	Instrutor (a)	Observação
1	N.º 1/ 2017-18	Oficial de Justiça	Leonel Tavares (Sec./IJ)	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 103/IJ/2017-18
2	N.º 2/ 2017-18	Oficial de Justiça	Leonel Tavares (Sec./IJ)	PENA: 10 DIAS DE MULTA - (DELIBERAÇÃO N.º 65/18, de 27/7)
3	N.º 3/ 2017-18 (apenso ao PD n.º 7/2017-18)	Oficial de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	PENA: 80 DIAS DE SUSPENSÃO - (ACÓRDÃO N.º 47/18, de 27/4)
4	N.º 4/ 2017-18 (apenso ao PD n.º 7/2017-18)	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	PENA: 40 DIAS DE SUSPENSÃO - (ACÓRDÃO N.º 47/18, de 27/4)
5	N.º 5/ 2017-18	Oficiais de Justiça	Sr. Adérito V. Fortes	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 128/IJ/2017-18
6	N.º 6/ 2017-18	Oficial de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	PENA: 21 DIAS DE SUSPENSÃO - (ACÓRDÃO N.º 46/18, de 27/4)
7	N.º 7/ 2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	PENA: 80 e 40 DIAS DE SUSPENSÃO - (ACÓRDÃO N.º 47/18, de 27/4)
8	N.º 8/ 2017-18	Oficiais de Justiça.	Dr. Júlio S. Afonso	PENA: 21 DIAS DE SUSPENSÃO - (DELIBERAÇÃO N.º 66/18, de 27/7)
9	N.º 9/ 2017-18	Oficial de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 157/IJ/2017-17
10	N.º 10/ 2017-18	Oficial de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 154/IJ/2017-18
11	N.º 11/ 2017-18	Magistrado	Dr. Júlio S. Afonso	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 161/IJ/2017-18
12	N.º 12/ 2017-18	Magistrado	Dr. Júlio S. Afonso	Remetido ao CSMJ, ofício n.º 163/IJ/2017-18

CSMJ 2017/18**Quadro 4****Processos de inquérito pendentes**

N.º de Ordem	Ident./Processos	Inquirido (a)	Inquiridor (a)	Observação
1	N.º 2/2010	Magistrada	Dr. Jaime Miranda, Inspetor Superior Judicial	Pendente
2	N.º 3/2010	Magistrado	Dr. Jaime Miranda, Inspetor Superior Judicial	Pendente
3	N.º 4/2011	Esclarecimento de factos relacionados com o não recebimento de detidos no Tribunal da Praia	Dr. Jaime Miranda, Inspetor Superior Judicial	Pendente
4	N.º 13/2017-18	Magistrado	Dr. Júlio Afonso, Inspetor Judicial	Pendente

Quadro 5**Processos disciplinares pendentes**

N.º de Ordem	Ident./Processos	Inquirido (a)	Instrutor	Observação
1	N.º 13/ 2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	Pendente (c/acusação)
2	N.º 14/ 2017-18	Oficiais de Justiça	Dr. Júlio S. Afonso	Pendente (c/acusação)
3	N.º 15/ 2017-18	Oficiais de justiça	Dr. Júlio S. Afonso	Pendente (c/acusação)
4	N.º 16/ 2017-18	Oficiais de Justiça	Adérito Varela Fortes	Pendente

Por carência de recursos humanos, a Inspeção às Secretarias, também a cargo deste serviço, continua por merecer a atenção que é devida. Crê o CSMJ que tal só será possível com o reforço do quadro de pessoal, o que não foi conseguido até o presente, por carência, tanto de juízes como de oficiais de justiça, com o perfil requerido para integrarem este serviço.

1.7 Sistema de Informatização da Justiça (SIJ)

Com esta componente do relatório, se pretende de forma sucinta, descrever a situação atual e as atividades essenciais do Sistema de Informatização da Justiça (SIJ) relativamente ao ano judicial 2017/2018.

1.7.1 Recursos Humanos

Quanto aos recursos humanos do SIJ, para além dos funcionários que estão a trabalhar em São Vicente (uma Engenheira e uma técnica de secretariado) e na Praia (um Engenheiro e dois técnicos informáticos), três dos cinco Engenheiros que se encontravam em formação de mestrado em Aveiro já se encontram em Cabo Verde, estando todos eles a trabalhar na cidade da Praia.

A sua missão, conjuntamente com os outros dois que terminam o mestrado ainda este ano, é fazer a atualização do sistema e proceder ao seu desenvolvimento futuro.

A aposta numa melhor formação dos quadros do SIJ tem como propósito a continuação do projetado e o desenvolvimento de outros procedimentos processuais, indispensáveis para a área da justiça.

1.7.2 Desenvolvimento, uso do Sistema e constrangimentos

O Sistema Informático para o Processo Penal há muito que se encontra pronto e desde o ano 2017 se encontra em fase de implementação, o que foi formalizado no início do ano 2018.

Como é sabido, superados os problemas advenientes das dificuldades de aquisição dos certificados (PKI), o sistema informático foi inaugurado e logo começou a funcionar de forma formal.

Não obstante isso, a utilização plena do sistema ainda não ocorreu nas Comarcas visadas para a primeira fase da sua implementação (Praia e Mindelo).

Apesar de ter havido alguns constrangimentos, um ou outro do próprio sistema, a verdade é que o sistema não vem funcionando como é desejável devido a não assunção da tramitação eletrónica por parte dos utilizadores.

Sendo determinante o começo da tramitação eletrónica dos processos logo na fase inicial da instrução, pese embora o CG/SIJ ter solicitado à Procuradoria-Geral da República que dignasse emitir ordem nesse sentido, a verdade é que até ao presente não se conhece qualquer ordem formal da cúpula do Ministério Público no sentido de obrigar os Magistrados e funcionários a utilizar o sistema.

Não havendo nenhuma ordem formal (que se saiba) no sentido de impor o uso do SIJ, apesar dos funcionários do MP fazerem o registo dos autos no sistema e através dele a sua distribuição, a verdade é que, quando os processos chegam nos Procuradores, o seu seguimento vem sendo feito de forma manual.

Para tal, desmaterializam os processos do sistema e fazem a tramitação tradicional.

Boa parte dos Procuradores, confrontados com a necessidade de fazerem uso do sistema informático para a tramitação dos processos, invocam falta de tempo, daí limitando-se apenas a fazer nela meras consultas de dados.

Entretanto, um ou outro Magistrado vem usando o sistema para tramitar os processos (como por exemplo o Dr. Manuel Reis, ao menos quando esteve na Comarca de São Vicente), mas ainda assim fazem uma tramitação paralela em suporte manual. O que é perfeitamente aceitável nesta primeira fase.

Em relação aos funcionários, porque os Magistrados não usam o sistema, não há como cumprirem os despachos por essa via. Mesmo que haja alguma diligência por parte de funcionários no sentido de usarem o sistema, a verdade é que dependem de despachos via eletrónica para poderem fazer o seu cumprimento, também por essa via.

Em relação aos Juízes, porque os Procuradores não fazem a instrução dos processos por via eletrónica, acabam por seguir a via manual vinda do MP. Mesmo que alguns tenham usado ou pretendem usar o sistema, a verdade é que, para não onerar os seus funcionários com toda a digitalização e informatização do processo que correu termos manuais no Ministério Público, acabam por seguir a via manual. O próprio Dr. Antero Tavares, que vinha sendo bastante exemplar no uso do sistema, ultimamente tem seguido o procedimento manual, por entender não ser justo os seus funcionários fazerem o trabalho de digitalização e informatização que deveria ter iniciado no MP e por essa via deveria ter seguido.

Em suma, porque não há uma imposição formal por parte de quem o possa fazer ou se ela existe (o que não é do nosso conhecimento) não vem sendo cumprida, a verdade é que o uso

do sistema tem sido básico e inconsistente, o que fica muito aquém do pretendido, face às virtualidades do sistema.

A continuar assim, porque o CG/SIJ não detém nenhum poder de imposição de uso do sistema informático, todo o investimento até ao presente feito acaba por resultar infrutífero.

O uso efetivo do SIJ e daí a sua plena efetivação depende claramente de imposição de quem tem poderes para tal, o que não depende do CG/SIJ.

Recorda-se que um dos grandes constrangimentos quanto a utilização do sistema tinha a ver com a falta de formação dos utilizadores, o que foi superado mediante diligência do CG/SIJ junto da ONU/DC que acabou por financiar a formação de todos os Magistrados e Funcionários do país. Um ou outro Magistrado e ou funcionário que não recebeu formação foi por opção própria.

Para além disso, os funcionários do SIJ têm ordem expressa no sentido de acompanhar e ajudar aqueles que queiram fazer o uso do sistema, embora não os podendo substituir no desempenho das tarefas que são próprias de funcionários.

Algumas pessoas, para não usarem o sistema, preferem apontar/criar problemas que, a existirem, podem ser superados mediante ajuda dos funcionários do SIJ.

1.7.3 Implementação geral do SIPP e do SIPC

Quanto à implementação do Sistema Informático do Processo Penal (SIPP) para as outras comarcas do país, que se pretendia fazer ainda este ano, acaba por se encontrar atrasada e até num certo impasse, devido ao muito pouco uso do mesmo nas principais comarcas do país, por sinal exemplares para os demais.

Quanto ao Sistema Informático do Processo Civil (SIPC), deve-se informar que o seu desenvolvimento se encontra na fase final, sendo que se prevê que fique pronto ainda este ano, devendo a sua implementação ser iniciada no primeiro trimestre do próximo ano.

1.7.4 Conexão do SIJ com outros sistemas

Nos últimos meses tem havido um incrementar de contactos entre o CG/SIJ e a Direção da Polícia Judiciária no sentido de estabelecer conexão entre os respetivos sistemas, o que deverá ocorrer assim que o sistema da PJ estiver pronto.

Contactos vêm sendo estabelecido, igualmente, entre o CG/SIJ e os responsáveis para o desenvolvimento do sistema dos RNI, no sentido de ver as melhores formas de conexão dos dois sistema e rentabilização das valências de uma em relação a outra.

Ainda este ano será estabelecido um protocolo com a OACV, com vista a facultar certificados (PKI) grátis aos Advogados, ao menos nesta primeira fase.

Espera-se que o início de utilização do sistema informático por parte dos Advogados possa ajudar na sua implementação generalizada.

Como é sabido, o sistema dispõe de condições para ser plenamente implementado, dependendo apenas da boa vontade e assunção do mesmo pela globalidade dos utilizadores.

1.7.5 Preocupações

Deve-se dizer que a não existência das condições necessárias à materialização da sede do SIJ, tem dificultado, sobremaneira, a manutenção e atualização do sistema por parte dos técnicos do SIJ encarregues dessa missão. Aliás vem contribuindo para uma certa desmotivação dos técnicos que estão no país desde 2017 e que até ao momento não têm um lugar certo para trabalhar.

Outrossim, não tendo o SIJ um laboratório, não há como rentabilizar as capacidades dos técnicos com formação específica para atualização e desenvolvimento do sistema informático.

Encontra-se por acertar os modos de contratação entre SIJ e o NOSI, porquanto esta instituição fez uma proposta insuportável e fora de realidade para os serviços de alojamento das bases de dados do SIJ no *datacenter* da mesma.

Assim, desde 2014/15 o SIJ aguarda uma proposta de contratação, que seja real e comparativo com outros serviços dessa natureza facultados por outras entidades internacionais, o que até ao momento não se concretizou.

Por essa razão, o CG/SIJ tem procurado alternativas, de entre elas a possibilidade de alojar as bases de dados do SIJ no *datacenter* da Assembleia Nacional, mas até ao momento não obteve uma resposta formal aos sucessivos pedidos.

Finalmente, dizer que o CG/SIJ se tem preocupado, ultimamente, em encontrar e contratar um técnico que venha assumir as funções de Coordenador da equipa técnica do SIJ, o que tem sido difícil. A começar por não ser fácil encontrar, disponível, alguém com o perfil exigido e porque, encontrando, comparado com as condições de mercado que se ofereça no país o CG/SIJ não consegue competir com outros interessados nesses quadros.

1.7.6 Recomendações

Por forma a testar as valências e credibilidade do SIJ, recomenda-se a feitura de uma auditoria externa ao sistema informático, isso antes da sua entrega definitiva por parte de Aveiro ao Ministério da Justiça e de esta instituição aos Conselhos Superiores das Magistraturas.

Devem ser criadas, via produção legislativa, condições de estabilidade profissional e atrativos, estes sobretudo de índole remuneratório, ao Coordenador Técnico e aos demais quadros do SIJ, a fim de os incentivar e daí mantê-los ligados à instituição.

É sabido que profissionais da sua área são necessários em várias instituições, públicas e privadas, sendo bastante atrativas as condições apresentadas por estas. O que não acontece no SIJ, desde logo porque os funcionários possuem um vínculo laboral precário.

Finalmente, dizer que é bem difícil a compatibilização de funções de julgador com as de Presidente do CG/SIJ, pelo que se recomenda o repensar do quadro legal estabelecido nesse sentido.

Difícilmente se encontrará alguém no futuro que venha a aceitar exercer as suas funções plenas de Magistrado, cumulada com as de Presidente do CG/SIJ.

Por isso, recomenda-se alteração à lei, no sentido de estabelecer prerrogativas de trabalho e/ou incentivos que justifiquem o acumular dessas funções.

2. O Conselho Superior da Magistratura Judicial e a gestão dos Juízes, dos Tribunais e oficiais de justiça

2.1 Medidas de gestão dos juízes

Em julho do ano transato, sete juízes assistentes concluíram o período de estágio em exercício no tribunal da Comarca da Praia e foram colocados nas diversas comarcas de ingresso do país, com efeitos reportados a 1 de Outubro razão pela qual o CSMJ decidiu por uma profunda movimentação de juízes, para o que se estabeleceu como função de apelo o reforço da capacidade de resposta dos tribunais, com ênfase nos tribunais da Praia, Santa Cruz e Tarrafal indo assim de encontro às expetativas dos cidadãos quanto á prestação dos serviços de justiça.

Destarte, com a entrada dos sete juízes procedeu-se a criação da bolsa de juízes, com três magistrados, o que permitiu a colocação de uma magistrada na comarca do Tarrafal, uma no 2º juízo cível da Comarca da Praia e outra na Comarca de Santa Cruz para fazer face ao acúmulo de processos verificado nestas comarcas.

Três juízes foram para a reforma no ano judicial a que o presente relatório se reporta, sendo certo que um deles se encontrava colocado na Comarca de Santa cruz. Assim, o CSMJ decidiu destacar um magistrado da bolsa nessa comarca e em vista do desdobramento da Comarca de Santa Cruz em dois juízos, colocou mais dois juízes nessa comarca, sendo visíveis os resultados positivos destas medidas, ante os dados estatísticos que apontam no sentido de o número de processos julgados (711) ter superado o número de processos entrados (691), com impacto direto na necessária redução da pendência nessa instituição comarcã.

Com o propósito de fazer face ao acúmulo processual registado no 2º juízo cível e no 1º juízo crime do tribunal da Comarca da Praia, foi destacado para cada uma destas unidades uma magistrada, sendo certo que no primeiro caso, muito francamente, os resultados ficaram aquém das expetativas criadas¹⁵ mas no segundo caso conseguiu-se o objetivo de superar o número de processos entrados, e consequentemente reduzir a

¹⁵ Repare-se que os dois magistrados decidiram um número aproximado de processos que normalmente é decidido por um magistrado.

pendência, não obstante o pouco tempo de permanência da magistrada destacada no juízo crime em causa¹⁶.

Ainda no ano transato, foi conferido alta hospitalar a uma magistrada que se encontrava de baixa médica, o que permitiu que esta fosse colocada no Tribunal da Relação de Barlavento e consequentemente a colocação de um Juiz Desembargador nos serviços da Inspeção, em comissão de serviço.

O ano judicial findou com a eleição de uma magistrada judicial e membro do CSMJ para o Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO, o que, se por um lado constitui motivo de prestígio para o Estado de Cabo Verde e para a magistratura judicial em particular, por outro lado, não deixa de ser uma perda em função da experiência acumulada da magistrada em causa que deixa, assim, de estar ao serviço da judicatura nacional¹⁷.

Em face do aumento da demanda nos Tribunais, almejando também aumentar o número de juízes para os serviços da Inspeção, reforçar a Relação de Sotavento e visando concretizar o propósito mencionado no Programa do Governo para a IX Legislatura 2016/2021, para a área da Justiça¹⁸, de aumentar progressivamente o número de juízes por forma a se aproximar de uma *ratio* de 20 juízes por 100 mil habitantes o CSMJ abriu um concurso para o recrutamento de mais 10 juízes, cujo processo está em fase derradeira. Todavia, dado que os candidatos aprovados deverão participar num estágio de 18 meses que antecede a sua entrada no quadro da magistratura judicial advinha-se que só podemos colher os frutos desta medida no ano de 2020.

¹⁶ Ora, a experiência nos ensina que o tempo relativamente longo de permanência de um magistrado numa determinada comarca pode funcionar como fator de acomodação e gerador da indiferença, da cristalização e da estagnação face aos novos desafios que quotidianamente se colocam, donde emerge o fundamento para que o CSMJ deslocasse a magistrada que se encontrava na Comarca de Santa Cruz para a bolsa de juízes e destaca-la no 1º juízo crime e em concomitância colocar uma magistrada que estava na bolsa como titular do juízo crime da Comarca de Santa Cruz.

¹⁷ A magistrada em causa foi colocada em comissão de serviço de natureza judiciária ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 56º do EMJ.

¹⁸ Vide Programa do Governo para a IX Legislatura 2016/2021, acessível em <https://www.icieg.cv/images/phocadownload/Programa-do-Governo-da-IX-Legislatura-2016-2021.pdf>, pag. 25 e ss.

2.2 Quadro de juízes

Juízes Conselheiros - 10 Juízes;

Desembargadores: 6

Juízes de Direito: 39

Juízes Adjuntos: 2

A distribuição dos magistrados em efetividade de funções é a seguinte:

- ☐ Supremo Tribunal de Justiça- 7 Juízes Conselheiros
- ☐ Tribunais de Relação- 6 Juízes Desembargadores
- ☐ Tribunais de Comarca – 37 Juízes de Direito

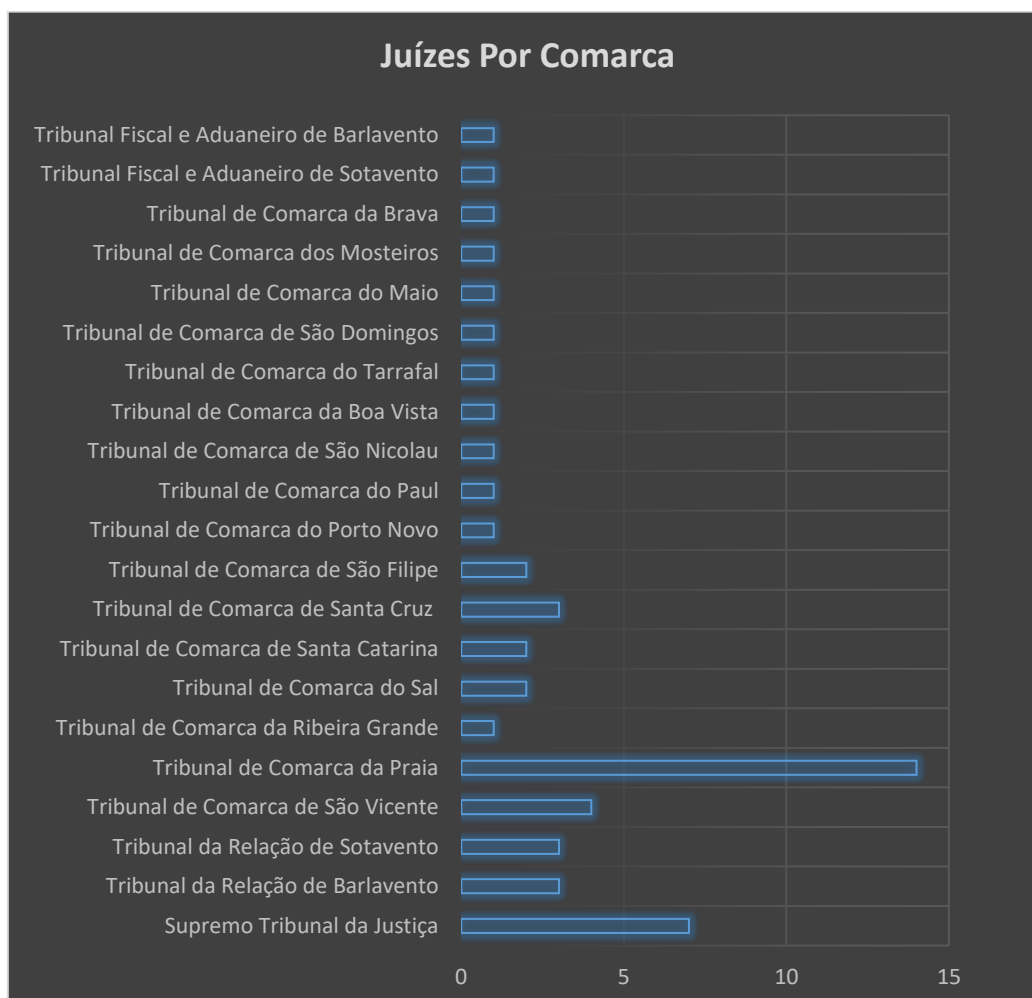
Nos Tribunais Fiscais e Aduaneiros estão colocados 2 Juízes. Entraram para o quadro da magistratura judicial mais sete juízes no ano a que o presente relatório se reporta.

CSMJ 2017/18

Juízes Por Comarca	
Comarcas	Número
Supremo Tribunal da Justiça	7
Tribunal da Relação de Barlavento	3
Tribunal da Relação de Sotavento	3
Tribunal da Comarca de São Vicente	4
Tribunal da Comarca da Praia	14 ¹⁹
Tribunal da Comarca da Ribeira Grande	1
Tribunal da Comarca do Sal	2
Tribunal da Comarca de Santa Catarina	2
Tribunal da Comarca de Santa Cruz	3
Tribunal da Comarca de São Filipe	2
Tribunal da Comarca do Porto Novo	1
Tribunal da Comarca do Paul	1
Tribunal da Comarca de São Nicolau	1
Tribunal da Comarca da Boa Vista	1
Tribunal da Comarca do Tarrafal	1
Tribunal da Comarca de São Domingos	1
Tribunal da Comarca do Maio	1
Tribunal da Comarca dos Mosteiros	1
Tribunal da Comarca da Brava	1
Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento	1
Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento	1
Total	52

Fonte: CSMJ

¹⁹ Inclui uma magistrada que no final do ano judicial 2017/2018, foi colocada em comissão de serviço.



Fonte: CSMJ

2.3 Comissões de serviço e licença sem vencimento

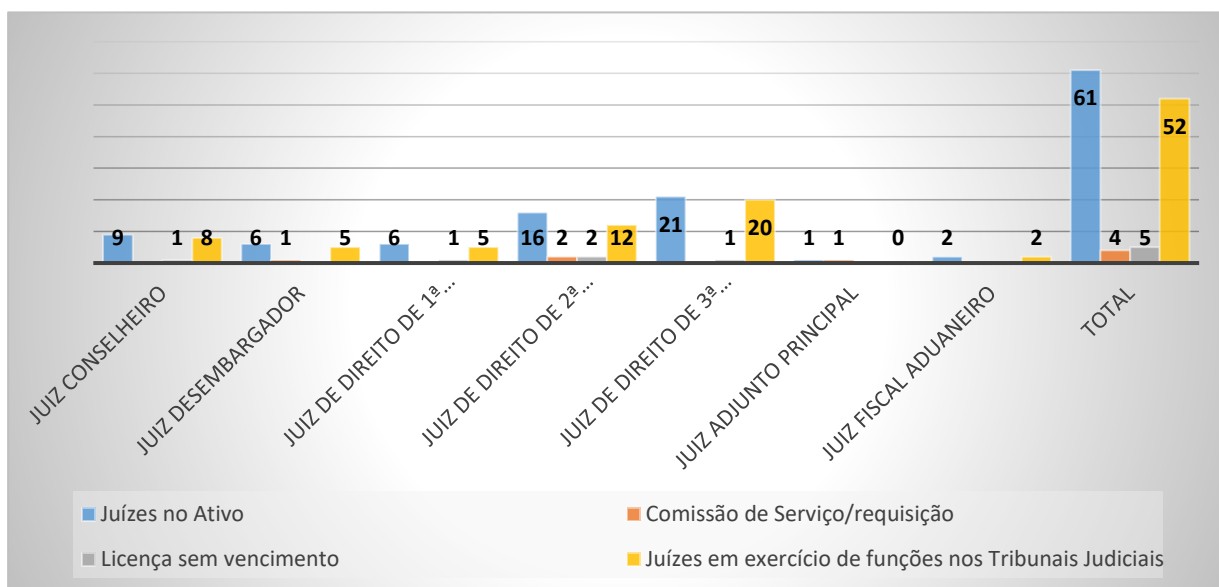
Em comissão de serviço no CSMJ está 1 Juiz de Direito, que é o Presidente, e a Comissão Nacional de Eleições é presidida por uma Juiz de Direito, em comissão de serviço. No ano judicial que ora finda foi colocada em Comissão de serviço mais um Juiz de Direito em virtude da sua eleição para o Tribunal da Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO. Estão dois juízes na situação de licença sem vencimento, sendo um juiz conselheiro e um juiz de direito.

Nos Serviços de Inspeção estão colocados, 1 Juiz Desembargador e 1 Juiz Adjunto, este último exercendo as funções de Secretário.

CSMJ 2017/18

Categoria	Juízes no Ativo	Comissão de Serviço/requisição	Licença sem vencimento	Juízes em exercício de funções nos Tribunais Judiciais
Juiz Conselheiro	9		1	8
Juiz Desembargador	6	1		5
Juiz de Direito de 1ª Classe	6		1	5
Juiz de Direito de 2ª Classe	16	2	2	12
Juiz de Direito de 3ª Classe	21		1	20
Juiz Adjunto Principal	1	1		0
Juiz Fiscal Aduaneiro	2			2
Total	61	4	5	52

Fonte: CSMJ



2.4 Medidas de Gestão dos Tribunais

No que se refere à gestão dos Tribunais, cumpre fazer referência a medidas de grande impacto dirigidas aos tribunais adotadas ou a adotar pelo Governo/Assembleia Nacional, mas por iniciativa do Conselho Superior da Magistratura Judicial, em concertação com estes órgãos e que visam essencialmente o reforço da capacidade de resposta dos Tribunais em causa.

Destaca-se desde logo o desdobramento do Tribunal da Comarca de Santa Cruz em Juízo Crime e Juízo Cível, já aprovada pela Assembleia Nacional²⁰, mercê de uma proposta legislativa do Conselho e já se mostram visíveis os resultados desta medida, nessa Comarca²¹.

O CSMJ propôs ao Ministério da Justiça a elevação das Comarcas de Tarrafal, Porto Novo e Boavista à categoria de Comarcas de primeiro acesso. Propôs o desdobramento do juízo de Família e Menores da Comarca da Praia em dois juízos. Propôs a criação de um juízo de Família, Menores e Trabalho em S. Vicente.

Constata-se, pelos dados estatísticos disponibilizados, que há Comarcas onde o movimento processual é diminuto, p. ex. Paul, com 162 processos entrados e 42 processos transitados para o ano seguinte, justificando-se perfeitamente a sua agregação a uma Comarca mais próxima e situada na mesma ilha. No entanto, acreditamos que razões de ordem histórico-culturais têm justificado a manutenção da comarca do Paul, uma solução a que não nos opomos, tanto quanto é certo que, como referimos *supra*, dada a proximidade física entre as Comarcas do Paul e da Ribeira Grande, mostra-se sempre possível afetar o juiz colocado no Paul, às demandas registadas naquela Comarca, como forma de fazer face ao acúmulo processual, reduzindo assim o tempo de espera dos utentes dos serviços dessa instituição comarcã.

As Comarcas do Maio e S. Nicolau apresentam dados estatísticos de 157 e 242 processos entrados e 68 e 145 ações transitadas, respetivamente, números inferiores aos de processos movimentados num só juízo dos tribunais da Praia ou S. Vicente. No ano judicial transato a Juiz então colocada no Tribunal da Comarca do Maio fora destacada para fazer face ao acúmulo de processos no Tribunal da Comarca da Boa Vista, donde emerge como justificável a colocação de mais um Juiz nessa Comarca, tanto quanto é certo que, em decorrência do crescimento que vem registando nessa ilha, a demanda²² nessa instituição comarcã tem vindo também a aumentar na mesma proporção.

Outrossim, como já referido, tribunais como os das Comarcas da Boavista, Tarrafal e Porto Novo deverão merecer uma atenção especial face ao aumento do nível de

²⁰ Vide Lei n.º Lei nº 17/IX/2017, de 13 de dezembro.

²¹ O conjunto dos juízos decidiu mais processos este ano (637) do que no ano passado (617) e superaram as entradas, apesar de ter havido uma redução das entradas processuais no ano a que o presente relatório diz respeito.

²² Boa Vista registou no ano a que o presente Relatório diz respeito uma entrada de 452 processos.

litigiosidade que registam (com 400, 421 e 316 processos entrados respetivamente), o que reforça a ideia de que estes tribunais, ainda classificados como comarcas de ingresso, devem ser elevados à categoria de Tribunais de 1º acesso, tal como já foi proposto pelo CSMJ ao Ministério da Justiça e Trabalho.

Uma “reorganização” dos Juízos existentes no Tribunal da Comarca da Praia, poderá também ser um caminho para viabilizar a instalação, a curto prazo, do Tribunal de Execução de Penas, cuja competência poderá ser acoplada a de juiz de instrução, uma solução que terá a veleidade de libertar os juízes crime apenas para o julgamento ficando assim desonerados da intervenção na fase da instrução do processo, solução que também poderá justificar na comarca de S. Vicente, eliminando assim a existência do impedimento a que se refere o artigo 12º do CPP nestas comarcas de acesso final.

O Conselho foi chamado a pronunciar sobre a questão da implementação dos tribunais de pequenas causas, com a competência que aprioristicamente lhe é deferida pelo artigo 69º da LOFTJ, porém constatou-se que face à exiguidade do volume processual que se enquadra na competência ali definida não se justificava a implementação de uma instância deste *juez*. Assim a alternativa deverá ser aumentar o valor da causa de 250.000\$00 para 500.000\$00, alargando o âmbito da sua competência, sendo certo que o Conselho propôs ao Ministério da Justiça a alteração do artigo 69º da Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, por forma a acomodar a criação dos tribunais de pequenas causas.

2.4.1 Contingentação

Por deliberação do Conselho Superior da Magistratura Judicial de 19 de outubro de 2004 decidiu-se implementar a medida de contingentação de processos, tendo fixado em um mínimo de 300 o número de processos a serem julgados por cada magistrado no período de um ano. Trata-se de uma medida que tem no seu bojo estimular o aumento da produtividade, combater a morosidade e introduzir critérios mais uniformes e objetivos na avaliação do desempenho dos magistrados e vem sendo reclamada por largos sectores da comunidade. Embora se trate de uma medida polémica e que suscita reservas²³ não deixa de ter aspetos positivos no que tange ao estímulo à produtividade, razão pela qual, o CSMJ deliberou²⁴ constituir uma equipa para estudar as virtualidades desta medida de

²³ Vide Relatório sobre a situação da Justiça de 2005, pag. 05 e Estudo sobre o Estado da Justiça (elaborado por Jorge Carlos Fonseca e Jacinto Estrela), pag. 172 e 174.

²⁴ Deliberação de 25 de maio de 2018.

forma a implementá-la em moldes mais justo e equilibrado procurando criar um sistema de objetivos processuais que deverão ser atingidos em cada ano judicial, tanto quanto é certo que a contingência existente já não satisfaz os objetivos do CSMJ haja em vista o aumento exponencial da demanda que se verificou nos Tribunais de 2005 a esta parte. No entanto aguardamos pelo estudo que será feito, neste particular e posteriormente o CSMJ assumirá uma posição à respeito do tema em escrutínio. Enquanto não se tem o resultado do estudo, estamos em crer que um sistema que poderia satisfazer os objetivos processuais adequados ao combate à pendência e a morosidade processuais será decidir sempre um maior número de processos em face dos entrados.

2.5 Gestão dos Oficiais de Justiça

No que concerne à gestão dos oficiais de justiça, foram recrutados no espaço de cinco anos 55 oficiais de diligências, o que resolveu, em grande medida, a carência dessa categoria de funcionários nos tribunais. Nos três últimos anos, todavia, já transitaram para a reforma 3 Secretários Judiciais, (STJ, Tribunal da Praia e Tribunal de S. Vicente), e 2 Escrivães de Direito, (Tribunal da Praia e de S. Filipe), sem que os cargos fossem ocupados na respetiva categoria.

Dos 201 (duzentos e um) oficiais de justiça que durante o ano estiveram afectos às Secretarias judiciais, 1 (um) encontra-se evacuado e 11(onze) estiveram de licença sem vencimento.

Durante o ano judicial 2017-18, por força do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, que veio resolver a questão da precariedade do vínculo dos oficiais de justiça contratados transitaram para o quadro, 34 oficiais de justiça que exerciam funções em regime de contrato, sendo 31 (trinta e um) Oficiais de Diligências que iniciaram funções desde 2008 e 3 (três) escrivães de Direito que iniciaram o exercício de funções desde 2009.

No que tange ao desenvolvimento na carreira, o CSMJ realizou um curso de promoção para as categorias de Secretário e Escrivães de Direito e realizou 62 (sessenta e duas) promoções a saber: 17 (dezassete) Escrivão de Direito a Secretário Judicial; 17 (dezassete) Ajudante de Escrivão a Escrivão de Direito; e 31 (trinta e um) oficial de Diligência a Ajudante de Escrivão.

Na sequência da promoção a que se refere o parágrafo imediatamente antecedente foi realizada uma profunda movimentação dos oficiais de justiça pelas diversas comarcas do país, para o que se estabeleceu como função de apelo uma distribuição justa e equilibrada dos recursos humanos disponíveis.

Em cumprimento do disposto no art.º 5º do Decreto-Lei nº 33/2017, de 17 de julho, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça das Secretarias Judiciais e das Secretarias do Ministério Público, foram reafectados 13 (treze) oficiais de justiça ao Conselho Superior do Ministério Público, sendo 4 (quatro) Secretários Judiciais, 3 (três) Escrivães de Direito e 6 (seis) Ajudantes de Escrivão.

Em decorrência da promoção dos oficiais de diligência, para a qual se aproveitou o curso que o CSMJ realizara em 2014, ficou com défice de recursos humanos nessa categoria razão pela qual, o CSMJ abriu concurso para o recrutamento de 25 oficiais de justiça, sendo certo que o concurso já se encontra em fase derradeira e pretende-se iniciar o curso de formação brevemente, com vista á sua entrada no quadro do pessoal oficial de justiça.

2.5.1 Quadro de Oficiais de Justiça

Prestam serviço nas secretarias judiciais do País, os seguintes oficiais:

Secretários Judiciais de carreira - 21;

Escrivães de Direito- 46;

Ajudantes de Escrivão-66;

Oficiais de Diligências- 57;

No cômputo geral, contamos com 190 oficiais de justiça no quadro efetivo das secretarias judiciais de todo o país, sendo 183 em exercício de funções nos Tribunais Judiciais, conforme a distribuição ilustrada no infográfico que se segue.

OFICIAIS DE JUSTIÇA POR COMARCA	
Comarcas	Número
Supremo Tribunal da Justiça	9
Tribunal da Relação de Barlavento	4
Tribunal da Relação de Sotavento	4
Tribunal da Comarca de São Vicente	22
Tribunal da Comarca da Praia	59
Tribunal da Comarca da Ribeira Grande	5
Tribunal da Comarca do Sal	9
Tribunal da Comarca de Santa Catarina	10
Tribunal da Comarca de Santa Cruz	10
Tribunal da Comarca de São Filipe	10
Tribunal da Comarca do Porto Novo	4
Tribunal da Comarca do Paul	3
Tribunal da Comarca de São Nicolau	4
Tribunal da Comarca da Boa Vista	5
Tribunal da Comarca do Tarrafal	5
Tribunal da Comarca de São Domingos	3
Tribunal da Comarca do Maio	3
Tribunal da Comarca dos Mosteiros	3
Tribunal da Comarca da Brava	3
Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento	2
Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento	2
Conselho Superior da Magistratura Judicial	2
Inspeção Judicial	1
Tribunal Constitucional	1
Total	183

Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18



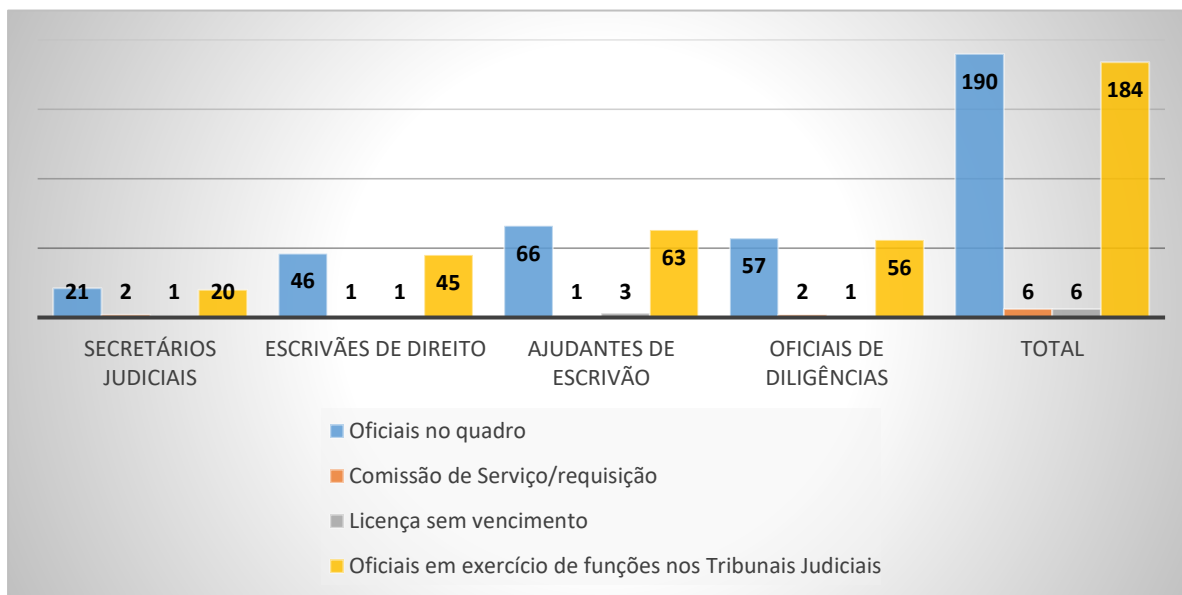
Fonte: CSMJ

No quadro *infra* se pode ver a distribuição dos oficiais de justiça em função da sua categoria e situação profissional.

OFICIAIS DE JUSTIÇA NO ACTIVO, EM COMISSÃO DE SERVIÇO E DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

Categoria	Oficiais no quadro	Comissão de Serviço/requisição	Licença sem vencimento	Oficiais em exercício de funções nos Tribunais Judiciais
Secretários Judiciais	21	2	1	20
Escrivães de Direito	46	1	1	45
Ajudantes de Escrivão	66	1	3	63
Oficiais de Diligências	57	2	1	56
Total	190	6	6	184

CSMJ 2017/18



2.6 O Conselho e as denúncias públicas

O CSMJ não podia deixar de recensar neste capítulo alusivo ao seu funcionamento, à sua gestão e fiscalização da judicatura, aspetos atinentes às denúncias públicas que marcaram o ano judicial ora findo e que a nosso ver tem sido fonte de muita desinformação e incompreensão junto de alguns segmentos da opinião pública. Como temos vindo a sublinhar não se pode analisar a crítica de forma acrítica.

Amiudamente, tenta-se passar a ideia de que, o CSMJ, sob o manto de um pseudo corporativismo, é o grande responsável pela situação da justiça, porque não impõe uma cultura de responsabilização dos magistrados, não toma as medidas que se impõem, ou seja, o Conselho não faz o que está ao seu alcance para mudar *o status quo* reinante.

Para esta falácia assim construída em torno do Conselho, tem confluído, o facto de, no entendimento dos detratores, as participações contra magistrados e funcionários, as denúncias públicas em relação aos próprios serviços, não terem tido o andamento e desfecho que têm por adequado e que antecipadamente sentenciam.

Ora, desde logo cumpre frisar que o CSMJ vem assumindo e continuará a assumir as suas responsabilidades, no que concerne à gestão da judicatura e dos oficiais de justiça, enquanto órgão constitucional, com o mandato de velar pela integridade da magistratura judicial, e de efetivar, se for o caso, as responsabilidades disciplinares que se impuserem.

Aliás, não existe qualquer participação, facto ou ocorrência, ainda que de conhecimento oficioso, com repercussão negativa para a Administração da Justiça que não tenha merecido a devida ponderação e o devido seguimento por parte do Conselho.

Porém, o Conselho na efetivação da responsabilidade quer contra os juízes, quer contra os oficiais de justiça não pode fazer vista grossa à sua estrita vinculação à lei, um corolário do estado de direito democrático a que está adstrito na sua atuação, assente num sistema de freios e contrapesos, sem descurar que as decisões do CSMJ são sindicáveis e sindicadas, em sede de recurso junto do STJ.

Ou seja, sempre que justificar e lá onde se mostrar necessário o CSMJ não hesitará em exercer a sua função inspetiva e bem assim a jurisdição disciplinar e prova disto foi um ano marcado por uma densa atividade inspetiva e disciplinar como se pode ver pelos quadros apresentados *supra* que ilustram toda a intervenção inspetiva e disciplinar dos serviços de Inspeção.

Aquilo que não se pode esperar é que o CSMJ funcione como uma espécie de “arma de arremesso” que mantenha os juízes em permanente estado de sobressalto ou inquietação, com temor de inquéritos e processos disciplinares, num excesso de rigor sem fundamento, ou com fundamentos artificiais, o que na prática funciona como uma forma de intimidação de quem mais precisa de um mínimo de liberdade, serenidade e tranquilidade de espírito para poder decidir com efetiva independência.

Mas também, não se pode descurar que em muitos casos, as participações ou denúncias públicas contra os juízes não são mais do que a concretização de uma intenção, mal disfarçada e nada difícil de descortinar, de retaliação pelo sentido das suas decisões, ou até mesmo com o desígnio de os expor ao opróbrio²⁵.

Torna-se míster reconhecer que, de uma forma geral, os magistrados judiciais têm demonstrado, no exercício das suas funções, reserva necessária, respeito pelo seu estatuto e tem preservado a sua dignidade pessoal, dando provas de empenho e profissionalismo, como outros servidores do Estado.

Mesmo em relação ao tão propalado deficit de produtividade, por dever de justiça temos que dizer que muitos são os magistrados que esforçam, com espírito de sacrifício e produzem muito e prova disto são os dados que ora apresentamos. É verdade que alguns magistrados poderiam ter apresentado uma produtividade mais auspiciosa, mas, infelizmente, está longe de ser apanágio só dos juízes. Altos responsáveis do país, amiudamente vão dando conta da baixa produtividade enquanto um problema transversal de toda a Administração Pública, de outras instituições do Estado e até no quadro do tecido empresarial.

²⁵ O Relatório sobre a situação da Justiça de 2008, com muita pertinência já chamava atenção para este perigo.

Trata-se, portanto, de um problema a escala nacional, de todo o país, e que deve ser perscrutado e superado com recurso a uma rigorosa aplicação dos instrumentos de gestão e no nosso caso, com aplicação austera das ferramentas de inspeção, avaliação do desempenho e *accountability*.

Não podíamos terminar sem regozijar do facto de, apesar das críticas, fundadas e infundadas, sempre que se pretende credibilizar o exercício de determinadas funções do Estado que requeiram especiais exigências, perfil refinado, seriedade, isenção e independência, todos se viram, quase que em unísono (incluindo o próprio legislador) para o interior da magistratura judicial, que tem funcionado como um nicho de recrutamento, o que, embora prestigia a magistratura, tem funcionado como impediente à concretização dos nossos desideratos, uma vez que normalmente recrutam os magistrados mais experientes.

3 FORMAÇÃO

3.1 Juízes

No âmbito das competências que lhe são conferidas, o CSMJ prosseguiu com a formação em exercício dos magistrados judiciais e oficiais de justiça sob a sua gestão.

Assim, no mês de novembro 2017, patrocinado pelo CSMJ, em cooperação com a ANAC, foi realizada uma ação de Formação subordinada aos temas de Regulação, Saneamento e Condensação no processo civil, que contou com a participação de 25 magistrados.

Em outubro de 2017, foi realizado um Workshop, alusivo a Apresentação do Estudo sobre a Justiça, que contou com a participação de 5 Magistrados Judiciais.

Ainda em outubro de 2017, uma Magistrada Judicial participou numa ação de formação que teve lugar nos Estados Unidos da América, organizada pela *National Association of Women Judges*.

Foi realizado um seminário no Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos, que contou com a participação de cinco Magistrados Judiciais.

Em novembro do ano de 2017 dois magistrados judiciais participaram numa mesa redonda “*Africa Round Table*”, que teve lugar nas Ilhas Maurícias.

Nos meses de junho e julho do ano de 2018, nove Magistrados Judiciais participaram numa formação alusivo ao tema de “Tráfico de Pessoas”, que teve lugar na cidade da Praia.

Finalmente, de 27 a 31 de agosto um Magistrado Judicial participou numa formação sobre o tema da Cibercriminalidade, realizada em Strasburgo/França, patrocinada pelo Conselho de Europa e pela União Europeia.

3.2 Oficiais

Tendo como público alvo os Oficiais de Justiça, está em curso uma formação *on job*, sobre a organização das secretarias que irá abranger todos os Oficiais de Justiça,

visando a sua formação em matéria de procedimentos, organização dos trabalhos e culminará na elaboração de um manual de procedimentos.

Como se pode ver, a formação dos Magistrados e Oficiais de Justiça, não tem obedecido a um plano gizado de acordo com as nossas necessidades, mas resulta da realização de ações avulsas e sem que se consiga *a jusante*, perscrutar do impacto das ações de formação no cumprimento da missão do CSMJ. Por conta desta situação, se pode ver que, a jurisdição civil, laboral, tutelar e de menores, têm sido o parente pobre das ações de formação, razão pela qual, é mister, concebermos um plano anual de formação, que consiga conferir cobertura a todas as áreas de intervenção dos tribunais e de acordo com as nossas necessidades formativas.

4. MOVIMENTO PROCESSUAL E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS

4.1 Considerações Gerais

Em jeito de uma caracterização geral do funcionamento dos tribunais a posição do Conselho Superior da Magistratura Judicial sobre a avaliação da situação dos Tribunais é aquela que coerentemente vem adotando ao longo dos últimos anos, sempre com a devida atenção às disfunções, às observações e às críticas legítimas que vão sendo apontadas ao sistema, com ênfase na representação social de índole negativa, no que concerne à capacidade de resposta atempada dos tribunais.

Cumprir, porém, que a função judicial em Cabo Verde continua a ser exercida sem condicionalismos exteriores e com independência e, portanto, em condições de normalidade institucional, não obstante a existência de sinais preocupantes que procuram ofuscar este horizonte temático e que a exposição posterior tratará de colocar em maior evidência.

A par da independência do poder judicial o segundo objetivo que o CSMJ erigiu como prioritário é o combate à morosidade, tanto quanto é certo que, não obstante uma tendência globalmente positiva na prestação jurisdicional, persiste um certo criticismo sobre o funcionamento dos tribunais. Uma maior eficiência e eficácia no funcionamento dos tribunais, um aumento da sua capacidade de resposta constitui o imperativo mais instantâneo e desafio de primeira monta que é colocado ao CSMJ e às demais instituições e poderes do Estado com responsabilidades no sistema da Justiça.

4.2 Responsabilidade solitária ou solidária?

Nunca é demais sublinhar a existência de uma certa ambivalência quando o tema se trata de aferir responsabilidades no que concerne ao alegado mau funcionamento do sistema judicial em que persiste uma ideia generalizada, porém errónea, de que essa responsabilidade deve ser debitada, em regime de exclusividade aos tribunais e aos juizes de uma forma geral. Ora, invariavelmente, “as disfunções do sistema decorrentes de actos ou omissões dos outros poderes do Estado, das outras instituições ou operadores

judiciários, ou são minimizadas, ou são comodamente debitadas aos tribunais, na medida em que estes últimos permitiram, pela sua tradicional contenção, que fosse sendo sedimentada ao longo dos anos uma arreigada e inilidível presunção de que são os únicos e verdadeiros responsáveis pela situação da justiça”.²⁶ Todavia, procurando demonstrar que esta presunção mais do que ilidível se mostra ilidida e ancorar esta asserção nos dados estatísticos, ainda que não tenha havido uma resposta de todos os tribunais, pelos quadros que se segue, demonstra-se a situação dos processos que se encontram parados não por falta de atividade jurisdicional, mas, em muitos casos por falta de impulso processual das partes ou por causas não imputáveis ao tribunal, o que serve de ancoradouro para a afirmação de que a responsabilidade pelas alegadas disfuncionalidades não deve ser assacada aos tribunais em exclusivo, mas sim, a todas as outras instituições que direta ou indiretamente, influenciam na tempestividade das decisões judiciais.

²⁶ Vide, Relatório sobre a situação da Justiça de 2008, donde se retira esta asserção com toda a actualidade e pertinência ante a situação reinante.

Processos Cíveis parados

Tribunais	Processos Cíveis Parados por falta de impulso das partes	Processos parados por motivo não imputáveis a secretaria e/ou juiz
1º Juízo Cível Praia		
2º Juízo Cível Praia		
3º Juízo Cível Praia	51	40
4º Juízo Cível Praia	23	50
J. de F e Menores		
J. de Trabalho	87	
1º Juízo Cível S. Vicente	78	18
2º Juízo Cível S. Vicente	63	56
Juízo Cível S. Catarina	55	
S. Cruz		
Juízo Cível S. Filipe	24	
Ribeira Grande		
Juízo Cível Sal	132	
Tarrafal		
S. Domingos		
Maio		
Mosteiros		
Brava		
P. Novo		
Paul		
S. Nicolau	3	
Boavista	11	
Total	527	164

Fonte: CSMJ

Processos Crimes parados

Tribunais	Processos Crimes parados por causa da ausência dos arguidos	Processos parados por motivo não imputáveis a secretaria e/ou juiz
1º Juízo Crime Praia	22	
2º Juízo Crime Praia		
3º Juízo Crime Praia		
4º Juízo Crime Praia		
1º Juízo Crime S. Vicente	217	
2º Juízo Crime S. Vicente	24	
Juízo Crime S. Catarina		
Santa Cruz		
Juízo Crime S. Filipe	26	
Ribeira Grande		
Juízo Crime Sal	95	
Tarrafal	17	
S. Domingos		
Maio		
Mosteiros		
Brava		
P. Novo		
Paul		
S. Nicolau	29	
Boavista	39	
Total	469	0

Fonte: CSMJ

4.3 Insatisfação assente no sentido das decisões/risco de condicionamento do Poder Judicial

É lugar comum a constatação de que o Poder Judicial em Cabo Verde é efetivamente independente e imparcial e podemos afirmar que tem sido impermeável em relação aos diversos interesses individuais ou de grupos, que se conflituam na arena judicial, o que não deixa de germinar ressentimentos, ferindo vaidades, principalmente daqueles que se arrogam possuidores de um direito especial de ditar aos juízes o acatamento das suas pretensões.

Um escrutínio rigoroso das críticas que têm sido veladas ao funcionamento dos tribunais, em particular dos ataques severos que tendem a aterrorizar o normal funcionamento dos tribunais, a tentativa de levar a discussão do pleito para o palco da comunicação social, os ataques pessoais aos magistrados, permite reforçar a convicção de que a motivação essencial que normalmente lhes move mais não é do que a manifestação da inconformação ou até retaliação contra o sentido de uma decisão, próxima ou remota, dos tribunais ou dos juízes, que terá causado alguma repugnância.

Corrobora esta asserção um recorte do Estudo sobre o Estado da Justiça de 2002 onde se faz a seguinte afirmação: “Não poucas vezes a opinião que se publica sobre a justiça tem na sua base não uma apreciação objetiva, mas sim uma motivação individual que decorre da posição de parte num certo processo, pendente ou já decidido, o que, sob a aparência de um pronunciamento objetivo sobre a justiça, com a pretensão de traduzir um sentimento geral, pode ser no limite uma tentativa de condicionar ou pressionar os tribunais na tramitação e decisão de processos concretos em que se tem interesse, direto ou indireto”.

A desconsideração destes fenómenos e da multiplicidade de interesses que gravitam em torno das relações controvertidas, apreciadas e decididas nos Tribunais aliada a uma oratória de descridibilização constante do sistema, intimidação dos magistrados, o temor às represálias no palco da comunicação social coloca à nú riscos não descuráveis para o devir do sistema judicial.

Fica esta chamada de atenção que deve ser encarada com seriedade de molde a evitar que o normal e saudável escrutínio sobre o funcionamento dos tribunais não se derrape para uma forma subtil de condicionamento do Poder Judicial, com efeitos

nefastos para o sistema judicial que, diga-se em abono da verdade, se mostra credível²⁷ e de uma forma geral para o estado de direito democrático de que o poder judicial é um dos principais ancoradouros.

Continua sendo convicção do Conselho que a ideia de “pseudocrise” que a questão da morosidade pode suscitar não raras vezes é “exageradamente explorada e nem sempre os discursos que se produzem a respeito se estribam em diagnósticos consistentes²⁸”.

Não obstante, o CSMJ, ciente da sua co-responsabilidade nesta matéria, vem procurando, no quadro das suas atribuições e competências, enquanto órgão a que foi conferido o mandato constitucional de gestão dos tribunais, dos juízes e oficiais de justiça, fazer os diagnósticos necessários e empreender as medidas tendentes à tangibilidade gradual dos objetivos que preconiza.

4.4 Funcionamento dos tribunais e movimento processual

O Conselho Superior da Magistratura Judicial assumiu a gestão e a responsabilidade única pela atividade de todos os operadores judiciários. A prestação jurisdicional na instância Suprema, tem sido, amiúde, alvo de reclamações que chegam no Conselho, em grande medida, por, alegadamente, não se cumprir o desiderato constitucional vertido no artigo 22º, n.º 1 da CRCV que garante a todos “o direito de acesso à justiça e de obter, em prazo razoável, a tutela dos seus direitos ou interesses legalmente protegidos”. A representação social e por parte da comunidade jurídica de uma forma geral clama por uma resposta mais atempada das demandas que tramitam na instância superior, sendo um quadro que tem respaldo nas diversas reclamações que continuam a chegar no CSMJ, seja diretamente de cidadãos seja através da Provedoria da Justiça.

Cumpre, no entanto, sublinhar que, comparativamente ao ano transato registou-se uma melhoria na produtividade da instância Suprema que acentuou a redução da

²⁷ Não obstante a oratória descredibilizante que, com objetivos confessos e inconfessados tem visado o sistema judicial, é um dado incontornável o último estudo de opinião conduzido pela empresa Afrosondagem, que dá conta de que uma confortável maioria dos cabo-verdianos (55%) deposita a sua confiança nos **tribunais judiciais** do nosso país. Tal resultado, que aliás condiz com a opinião de instituições internacionais credíveis, no sentido de que o Poder Judicial em Cabo Verde é efetivamente independente e imparcial, assume ainda maior significado se se tiver em conta que a recolha dos dados para o referido estudo teve lugar no mês de novembro de 2017, precisamente no auge dos ataques aos juízes.

²⁸ Relatório sobre a situação da justiça de 2009.

pendência processual e estamos em crer que a tendência será no sentido da sua continuada redução.

Os tribunais de primeira instância, de um modo geral, funcionaram na normalidade, sendo digno de registo o esforço impregnado para responder às demandas que vão entrando e inverter a curva da pendência. Digno de destaque é, desde logo, o facto de se ter registado uma redução da pendência na ordem dos 2,8 pontos percentuais, o que se deveu a uma ligeira redução dos processos entrados (11.830 contra 11.892 do ano transato), mas também a um aumento significativo dos processos decididos (12.051 contra 11.333 do ano transato) em decorrência da entrada no quadro de mais sete juízes.

Ou seja, o número de processos transitados para o próximo ano judicial teve um ligeiro decréscimo: 11.980 ações, quando no mesmo período do ano passado ficaram pendentes 12.196 processos.

Não obstante o ligeiro decréscimo, mostra-se necessário acentuar e consolidar a inversão da curva da pendência em todas as instâncias, para o qual recomenda-se:

- ☐ A implementação plena do Sistema de Informatização da Justiça.
- ☐ O recrutamento de mais juízes para fazer face ao aumento da procura por justiça²⁹, que se tem registado quer no indicador de litigância, quer no indicador de processos entrados.
- ☐ Uma assessoria qualificada nos tribunais superiores.
- ☐ Um aumento de juízes no Tribunal da Relação de Barlavento
- ☐ O reforço dos serviços de inspeção com pelo menos dois inspetores que é uma necessidade premente, haja em vista a realização de inspeção tanto à prestação dos senhores magistrados como também às secretarias judiciais.

²⁹ Vide Estudo sobre o Estado da Justiça 2016/2017, pag. 98 e ss, onde se considera como causas endógenas deste aumento da procura fatores que têm a ver com a redução das custas processuais (alteração da fórmula de cálculo das custas judiciais) o que facilita o acesso a justiça e consequentemente o aumento do número de processos entrados nos Tribunais, o aumento do número de advogados disponíveis, uma deficiente ou insuficiente funcionamento dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, pouca objetividade da Lei Cabo-Verdiana, que se mostra pouco clara, consistente ou compreensível aos seus destinatários gerando assim níveis elevados de incumprimento ou rejeição da mesma com consequência ao nível do potencial de conflituosidade e litigiosidade no seio da sociedade.

- Uma efetiva inspeção às secretarias judiciais.

4.5 Parque judiciário

No que respeita ao parque judiciário, regista-se, com satisfação a intervenção em curso no edifício do Tribunal da Comarca do Tarrafal que, devido designadamente, a infiltrações, não oferece condições de salubridade. Para além disso o edifício vinha apresentando fissuras que punha em causa a segurança dos operadores judiciais.

Nas Comarcas de São Nicolau, Maio, Brava, Porto Novo e Mosteiros, os tribunais funcionam em edifícios propriedade de privados e até de um partido político, o que não se revela boa opção. Além de não dignificar a instituição, esses edifícios não oferecem condições razoáveis para prestação deste serviço público. Sugere-se a construção de raiz: na ilha de S. Nicolau, no terreno onde se situava a Cadeia Civil, hoje desativada; na ilha Brava, Porto Novo e Mosteiros propõe-se a aquisição ou disponibilização de um terreno, por parte do Estado, especialmente para esse fim.

Reitera-se que o Tribunal da Boavista está em avançado estado de degradação, potenciada também pelo efeito erosivo da maresia, além de não oferecer condições de segurança. Já foi alvo de assalto em várias ocasiões. Atendendo a que o terreno onde está edificado pertence ao Estado propõe-se também uma construção de raiz. Neste particular congratula-se com o facto de estar já em obras um outro espaço que albergará os serviços do tribunal, enquanto não se constrói o tão almejado Palácio de Justiça na ilha da Boavista.

Na medida das suas disponibilidades financeiras, e também com recurso à cooperação com o PNUD, o CSMJ vem equipando os Tribunais com aparelhos de gravação de audiências, tendo como meta disponibilizar esse equipamento a todas as Comarcas de Cabo Verde como forma de contribuir para uma maior celeridade processual. Assim, neste ano judicial, foram adquiridos e instalados aparelhos de gravação nas Comarcas de São Domingos e Mosteiros.

Os magistrados e a comunidade jurídica de uma forma geral têm vindo a clamar pela necessidade de terem acesso aos acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça e das Relações.

Entendemos que a existência de jurisprudência nacional num *site* institucional próprio seria um valioso instrumento para o sector da Justiça. A divulgação dos acórdãos proferidos pelo STJ contribuirá para um mais amplo conhecimento por parte dos magistrados das orientações jurisprudenciais acolhidas e possibilitará uma janela de informação, facilmente acessível e disponível a qualquer momento.

Para o efeito o CSMJ lançou neste ano o seu *site* (www.csmj.cv) e neste momento está em agenda a deslocação de três técnicas do CSMJ para o CSM de Portugal a fim de ali participarem numa ação de formação específica visando a alimentação da componente jurisprudencial do *site*. Auguramos que brevemente estaremos a disponibilizar a jurisprudência nacional no *site* do CSMJ.

4.6 O Problema de Habitação em algumas Comarcas

Das visitas que foram efetuadas nas diversas comarcas do país, o CSMJ pôde constatar que a questão da habitação em certas comarcas, nomeadamente, as do Sal e da Boa Vista, quer para magistrados quer para os oficiais de justiça se transformou num problema cada vez mais difícil de resolver razão pela qual entendemos que merece uma atenção especial. Destarte, dado o desenvolvimento que estas ilhas registaram, aliado a crescente procura de moradias, o *quantum* das rendas tem estado a subir em flecha, pelo que, se encontram notoriamente já fora do alcance dos rendimentos de quem auferem pela função pública nessas ilhas.

Trata-se de uma situação que envolve alguma penosidade, especialmente para os oficiais de justiça, que amiudamente, são forçados a partilhar moradias ou quartos em ambientes ou grupos que não se mostra recomendável, quer do ponto de vista da imagem do serviço que fica beliscada quer do ponto de vista da integridade que se quer para a função que fica exposta a riscos vários.

Diante deste problema faz-se difícil encontrar oficiais de justiça para trabalharem nestas ilhas e mesmo os que aceitam ir, ficam permanentemente à espreita da primeira oportunidade para serem transferidos para outras comarcas ou mesmo outras empresas.

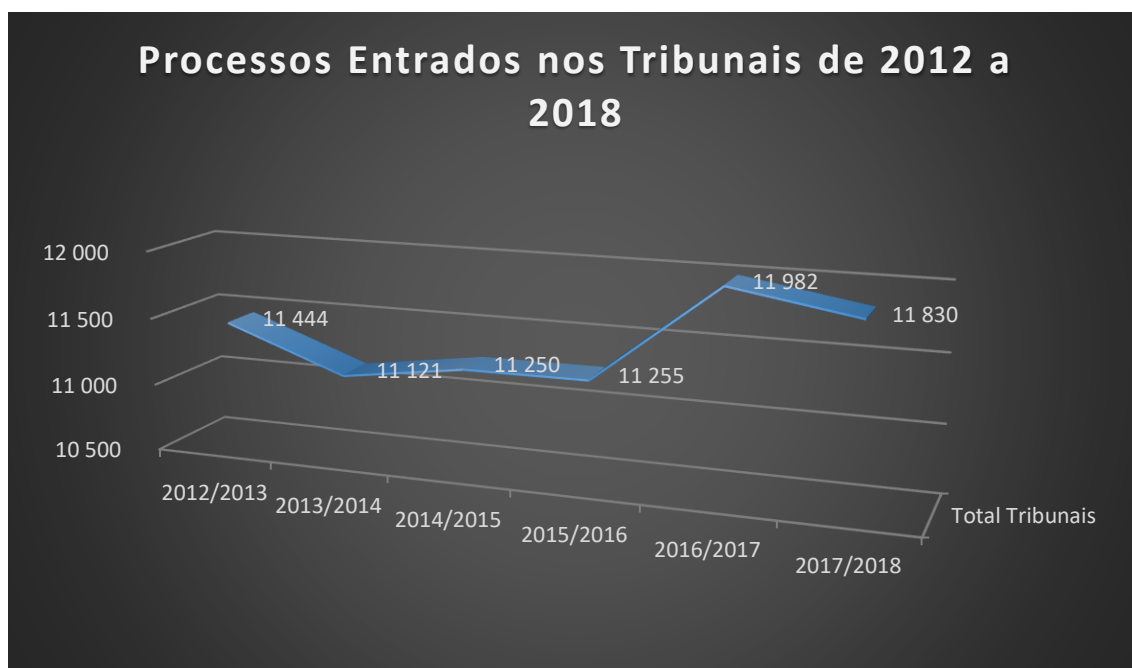
A solução para o problema podia passar pela disponibilização de algumas casas do empreendimento habitacional “Casa para Todos”, aos funcionários judiciais, mediante o pagamento de um montante compaginável com o respetivo vencimento.

5. Situação dos Tribunais

5.1 Considerações Gerais

No decurso do ano de 2017/2018 deram entrada em todos os tribunais de comarca do País 11.830 processos, com ligeiro decréscimo em relação aos processos entrados no ano anterior (11.982), sendo 6.681 (56.4%) de natureza criminal e 5.149 (43.5%) de natureza cível.

Verifica-se que entre os anos de 2012 a 2018, não houve alterações significativas no número de processos entrados, com uma média relativamente constante de 11.480 processos entrados por ano. O ponto mais alto registou-se no ano de 2016/2017, passando para 11.982 o número de processos entrados.



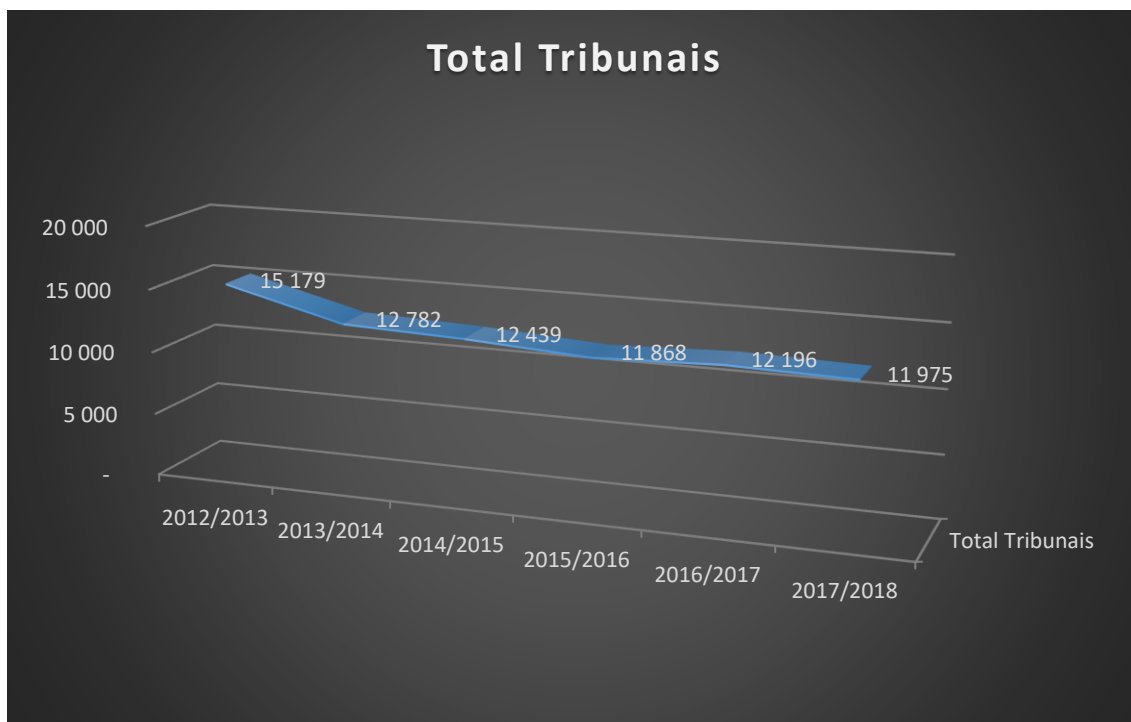
Fonte: CSMJ

A soma dos 11.830 processos entrados em 2017/2018 e dos 12.196 que transitaram do ano anterior totaliza 24.026 processos, o número de processos que foram tramitados nos Tribunais de primeira Instância, durante o ano a que o presente Relatório se reporta – mais 196 que em 2016/2017 (23.850).

Em 2017/2018 o número de processos julgados foi de 12.051 – mais 718 processos que no ano anterior. Na primeira instância o número de processos julgados (12.051)

ultrapassou o número de processos entrados (11.830), havendo nessa medida um ligeiro decréscimo da pendência que passou de 12.196 para 11.975, ou seja, 221 processos uma diminuição na ordem dos 1.8 pontos percentuais. Aliás, como se pode constatar no infográfico *infra* a pendência nos últimos anos apresenta uma tendência geral para diminuir.

Evolução da curva da pendência de 2012 a 2018



Fonte: CSMJ

5.2 O Supremo Tribunal de Justiça

Órgão superior da hierarquia dos tribunais judiciais, administrativos, aduaneiros e do Tribunal Militar de Instância, depois de duas décadas acumulando funções com as do Tribunal Constitucional, este é o terceiro ano que o STJ exerce as suas funções na plenitude, nos termos do artigo 216º da Constituição de Cabo verde.

Durante o período a que se reporta o presente relatório foram tramitados no STJ 1.559 processos, o que representa um decréscimo em relação ao ano anterior (2016/2017) 1.665.

Dos quais deram entrada 163 contra 253 do ano transato.

O decréscimo dos processos entrados deveu-se ao início de funções dos Tribunais de Relação, como já se previa. A pendência também diminuiu, de 1.396 para 1.226.

Foram julgados 333 processos, um cômputo superior comparativamente ao período homólogo anterior (269).

A maior acumulação continua a evidenciar-se na área cível, com um total de 655 processos distribuídos, foram julgados 160 e transitaram 495.

Na jurisdição crime estavam pendentes 477 processos, entraram 10, foram julgados 52.

Transitaram para o ano judicial seguinte 435 ações.

Na área do contencioso administrativo o STJ tramitou um total de 333 ações. Foram decididos 84 e transitaram 249.

5.3 Os Tribunais de Relação

A Lei nº 88/VII/2011, de 14 de fevereiro, veio definir a organização, competência e funcionamento dos Tribunais Judiciais, fixando no seu artigo 36º, a jurisdição dos dois Tribunais de Relação, uma com sede na cidade de Assomada e outra com sede na cidade do Mindelo.

Com o propósito de regulamentar a competência em matéria de recursos dos Tribunais de Relação foi alterado o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2015, de 11 de novembro, pela via da Lei nº 112/VIII/2016, de 1 de março. Destarte, criadas as condições legais e logísticas para o início de funcionamento, através da Portaria nº 36/2016, os Tribunais da Relação de Sotavento e de Barlavento foram instalados.

5.3.1 O Tribunal da Relação de Sotavento

O Tribunal da Relação de Sotavento tem competência para conhecer dos recursos de todas as decisões proferidas pelos tribunais judiciais, bem como, dos tribunais administrativos, fiscais e aduaneiros e militar, para julgar e instruir ações que lhe compete em primeira instância (revisão e confirmação de sentenças estrangeiras, processos judiciais em matéria de cooperação judiciária, julgamentos de deputados, membros do

governo, de juízes de direito, Procuradores da República, juízes de tribunais militares, bem como, os atos de instrução criminal que lhe são cometidos por lei).

Os dados estatísticos de que se reportam o presente relatório do Tribunal da Relação são referentes ao ano judicial findo 2017/2018, correspondendo ao segundo ano de funcionamento.

O Tribunal funciona em condições adequadas e condignas, num piso recentemente construído. No entanto, apresenta alguns constrangimentos em termos de segurança e autonomia, uma vez que o mesmo edifício alberga uma multiplicidade de serviços.

Em termos processuais a este Tribunal é cometida a competência para conhecer dos recursos dos tribunais de 1ª instância, abarcando a área de jurisdição da região de Sotavento e que, no cômputo nacional representa quase 72% dos processos tramitados.

Durante o ano judicial foram tramitados no Tribunal da Relação de Sotavento, **636 (seiscentos e trinta e seis) processos**, dos quais 358 são de natureza civil e 278 de natureza criminal.

Dos processos tramitados, foram decididos um total de **276**, dos quais **128** são de natureza criminal e **148** civil.

Transitaram para o ano judicial seguinte um cômputo de 360 processos: **150 processos crime e 210 cíveis**.

De frisar que o Tribunal resente alguns constrangimentos:

- Funcionamento do Tribunal com um quadro de Juízes fixado no seu mínimo legal (3 juízes) o que impossibilita o funcionamento em secções.
- Falta de assessoria, elementar para um tribunal de relação.
- Falta de recursos humanos, tendo o tribunal jurisdição sobre todas as Comarcas de Sotavento conta, presentemente, com um corpo mínimo, com um número incipiente de funcionários: um Secretário Judicial, um Escrivão de Direito e um Oficial de Diligência.
- Formação quer para os Juízes quer para os Oficiais de Justiça.

Em conclusão, a taxa de resolução dos processos, que compara os processos entrados e os findos, cifrou-se nos 48,38%, tem de considerar-se extremamente positiva tendo em conta as circunstâncias.

5.3.2 O Tribunal da Relação de Barlavento

Instalado em 2016, mas, começando o cômputo para as estatísticas, a partir de janeiro de 2017, pelos números registados, verifica-se já um assinalável aumento de processos tramitados, de um total de 149 (2016/17) para 328 durante o ano judicial ora findo.

Entraram 240 ações, contra 149 (anteriores), e foram julgadas 100, o que é igualmente superior aos julgados em 2017 (61).

Transitaram do ano anterior 88 processos, este ano ficaram pendentes 228.

A maioria dos processos que deram entrada são do foro criminal- Recursos Ordinários (111) mais do que no ano passado (61), também os mais julgados, mantendo particamente a mesma cifra este ano (41), apenas um processo julgado a menos.

A pendência além de ter aumentado de 19 para 89 causas este ano, é também superior à jurisdição cível (que conta com 77 causas este ano, contra 34 do ano passado).

Logo a seguir, em termos volume, vêm os autos cíveis de apelação, que conta com um total de 89 processos, sendo 55 novas entradas, o número anterior era de 38.

Os processos findos contabilizam 12, já no ano passado foram apenas 4.

Os processos pendentes também aumentaram de 34 para 77.

5.4 Os Tribunais de Comarca

5.4.1 O Tribunal da Comarca da Praia

A Comarca da Praia, a maior do País, é onde se regista o maior movimento processual e a maior pendência. Cumpre frisar que a Comarca da Praia vem enfrentando constrangimentos vários, desde logo a nível do espaço físico, designadamente a insuficiência de salas de audiências que não permite garantir a atividade diária de todos os juízes que labutam no Palácio da Justiça.

Em boa verdade, neste edifício existem apenas 4 salas de audiências, com equipamento mobiliário, que se mostram insuficientes para acomodar todos os intervenientes das audiências de julgamento.

De resto, o edifício que alberga o Tribunal da Comarca da Praia já se mostra exíguo para todos os serviços nele instalados, criando especial dificuldade na gestão diárias das 4 salas de audiências existentes para garantir a atividade de todos os juízes, o que vem motivando adiamentos e atrasos na realização dos julgamentos, com reflexo direto na produtividade dos juízos.

Mostra-se urgente encontrar uma solução, ainda que provisória, para se ultrapassar tal dificuldade.

Digno de realce são os efeitos das promoções realizadas no decurso deste ano, sem que fosse de imediato feito a substituição dos oficiais de diligência, o que tem criado quase que um vazio operacional nesta categoria, com efeitos negativos e incidência direta na produtividade dos Juízos e Tribunais. Na verdade, a diminuição drástica do *quantum* de oficiais de diligência disponíveis e o acumular de funções de oficiais de diligência com as de Ajudantes de escrivão, impostos aos novos Ajudantes, produz efeitos nefastos aos serviços. Esperamos minimizar esta situação com o recrutamento de 25 oficiais de diligência cujo processo concursal se encontra em fase adiantada.

A taxa de resolução por processos pendentes nos três juízos criminais do Tribunal da Comarca da Praia demonstra uma melhoria significativa na contribuição para redução dos processos pendentes, com nota negativa ainda para o 1º juízo crime, em que a taxa de resolução por processos pendentes continua baixa (41,4%), registando uma pendência ainda alta (741) processos. Com a colocação de mais um juiz neste juízo acreditamos e resolvido o problema de salas de audiência estariam criadas as condições para a redução da pendência neste juízo cuja situação ainda se mostra crítica.

No que tange aos juízos cíveis da Comarca da Praia no ano 2017/2018, conseguiram superar o número de processos entrados, mas continua baixa a taxa de resolução por processos pendentes, o que significa que é preciso continuar a esforçar para debelar a pendência que ainda se mostra relativamente alta.

Porém não se pode descurar os constrangimentos que persistem em condicionar o aumento da produtividade na jurisdição cível, desde logo, o facto de o grosso da pendência cível se referir a processos executivos, donde constam um número significativo que aguardam impulso das partes ou o decurso do prazo de deserção e bem assim a realização de penhoras ordenadas.

Cumpra sublinhar ainda que também concorre para a pendência dos processos executivos as dificuldades no cumprimento das decisões judiciais, mormente, junto da Direção Geral da Contabilidade Pública e outras instituições públicas, que não têm vindo a colaborar, e por conta disto vários são os processos que aguardam anos para a junção de documentos comprovativos de descontos efetuados, fazendo desta forma avolumar o número de execuções pendentes.

De igual modo em muitos processos executivos o exequente e o executado chegam a acordo para o pagamento em prestações da quantia exequenda, sendo que o processo fica suspenso, aguardando anos, o que representa uma pendência artificial. Dever-se-ia permitir nestas circunstâncias extinguir a instância com possibilidade de renovação da mesma em caso de incumprimento da sentença homologatória.

Vejamos os dados de cada Juízo.

➤ *O 1º Juízo Criminal*

Referente ao ano de 2017/2018, o 1º Juízo Crime da Comarca da Praia registou um aumento significativo do número de processos entrados – 352 no ano 2016/2017 contra 441 no ano de 2017/2018 – tendo registado um aumento do número de processos resolvidos em relação em relação ano anterior – 313 no ano 2016/2017 contra 524 (das quais 63 são da lavra do juiz auxiliar) no ano 2017/2018 – o que constitui reflexo da decisão do CSMJ em colocar um juiz auxiliar nesse juízo para ajudar a debelar a pendência que, ainda assim, se mantém alta (741 processos)³⁰, e por isso aquilo que se espera é que para o próximo ano a pendência sofra uma redução sensória no 1º Juízo crime do Tribunal da Comarca da Praia.

➤ *O 2º Juízo Criminal*

No que concerne ao 2º juízo crime, transitaram do ano anterior 215 processos, entraram 479 processos o que totaliza 694 processos tramitados no juízo em escrutínio. Durante o ano de 2017/2018 o juízo funcionou normalmente tendo sido resolvidos 469 processos, com uma diferença de 10 processos em relação aos entrados (479), o que leva a concluir que não obstante o significativo esforço da magistrada ali colocada, houve um ligeiro aumento da pendência. Assim, transitaram para o próximo ano 225 processos.

³⁰ Do total de processos pendentes 22 estão parados por ausência dos arguidos.

➤ ***O 3º Juízo Criminal***

Neste juízo, contrariamente aos outros, registou-se uma diminuição dos processos entrados³¹ – 259 no ano 2017/2018 contra 346 do ano 2016/2017, mas também houve um aumento do número de processos decididos face ao ano passado – 385 contra 374 do ano transato e conseguiu-se superar o número de processos entrados, o que se traduziu na redução do número de processos pendentes para o próximo ano (166).

➤ ***O 4º Juízo Criminal***

O 4º juízo criminal foi criado pelo Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de abril e foi instalado em finais de março de 2009, tendo realizado o primeiro julgamento em 1 de abril do mesmo ano.

Trata-se de um juízo especial que tem competência para o julgamento de processos crimes sob a forma de processos sumário, transação e abreviado.

Durante o ano a que o presente relatório diz respeito, o 4º juízo crime registou um aumento sensório do número de processos entrados face ao ano transato – 549 em 2016/2017, contra 703 em 2017/2018, sendo que foram julgados 555 e ficou pendente para o próximo ano 180 processos. Não obstante o significativo esforço impregnado pela magistrada ali colocada houve um aumento da pendência neste juízo.

De referir que o número de processos entrados, que vem crescendo neste juízo, tem a ver com a entrada em vigor da Lei n.º 84/VII/2011, de 10 de janeiro, que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no gênero, cuja competência cai na alçada do 4º Juízo criminal.

➤ ***O 1º Juízo Cível***

Este juízo acusa um aumento de processos entrados – 191 em 2017/2018, contra 96 de 2016/2017, o que se justifica com o facto de no transato ter ficado sem titular, pelo que o CSMJ deliberou pela não distribuição de processos ao mesmo. Quanto aos processos resolvidos superou o número de processos entrados em 5 processos donde

³¹ É sintomático o facto de o 3º Juízo criminal ter registado um número muito inferior de entradas de processos (259) do que o 2º juízo crime (479) e o 1º juízo crime (441).

registra uma ligeira diminuição da pendência. Ficaram pendentes para o próximo ano 379 processos, dos quais um número considerável são processos executivos.

➤ ***O 2º Juízo Cível***

Neste Juízo já se constata uma redução do número de processos entrados – 178 no ano 2017/2018, contra 228 do ano de 2016/2017, sendo certo que não obstante o *quantum* de processos resolvidos (233, dos quais 98 são da lavra do juiz auxiliar e 128 da lavra do juiz titular) tenha ultrapassado os entrados, a pendência neste juízo continua alta³². Aliás com o intuito de debelar esta pendência, o CSMJ deliberou³³ destacar neste juízo um juiz auxiliar, a quem foram distribuídos os processos entrados até 2014, num total de 302, dos quais decidiu 98 e ficaram pendentes 204. De referir que o facto de serem processos mais antigos não favorece uma maior produtividade, porém, consideramos que a produtividade global registada neste juízo ficou aquém das expetativas criadas com a alocação de dois juizes nesta unidade orgânica³⁴.

➤ ***O 3º Juízo Cível***

Este juízo foi criado pelo Decreto-Lei n.º 64/2005 de 17 de outubro e instalado pela Portaria n.º 58/2005, tendo recebido processos redistribuídos de entre os que pendiam no 1º juízo e ainda os que estavam afetos ao juiz auxiliar.

O 3º Juízo cível recebeu no ano a que este relatório reporta 238 processos, mais 41 do que no ano transato, o que a acrescer com o os pendentes do ano anterior totaliza 809 processos, sendo certo que o número de processos julgados (240), superou ligeiramente aquele número de processos entrados, representando uma ligeira redução da pendência, porém esta (569 processos pendentes) continua alta, razão pela qual a expetativa é no sentido de se acentuar a redução da pendência neste juízo.

Cumprе realçar que dos processos pendentes neste juízo, 310 são processos executivos, cerca de 180 são processos declarativos e o remanescente correspondem a outras tipologias processuais.

³² É o juízo cível que apresenta o maior número de processos pendentes.

³³ Deliberação n.º 40/2017, de 29 de setembro.

³⁴ Repare-se que os dois juizes permitiram decidir o mesmo número de processos que normalmente um único juiz decide.

➤ ***O 4º Juízo Cível***

O 4º Juízo cível na comarca da Praia foi criado pelo Decreto-Lei n.º 64/2005, de 17 de outubro e instalado pela Portaria n.º 58/205, tendo recebido processos redistribuídos de entre os que pendiam no 2º juízo cível para além dos que estavam afetos ao juiz auxiliar.

O Juízo regista um decréscimo do n.º de processos entrados no ano de 2017/2018 – 175, contra os 290 do ano transato, e embora tenha superado aquele número de entrados com o número de resolvidos (175), ainda apresenta uma pendência na ordem dos 393 processos.

A esmagadora maioria dos processos pendentes são processos executivos dos quais 23 processos estão parados há mais de dois meses por falta de impulso das partes e 50 estão parados por motivo não imputáveis à secretaria e/ou juiz.

➤ ***O Juízo de Família e Menores***

Este juízo foi pela Lei nº 9/VI/2002, e instalado pela Portaria nº 17/2002 de 17 de junho, tendo no seu bojo dar uma resposta eficaz, célere e de qualidade às inúmeras e constantes solicitações dos cidadãos no exercício do seu direito de acesso à justiça.

Neste Juízo transitaram do ano anterior 882 processos, entraram 719 no ano de 2017/2018, totalizando 1601 o número de processos movimentado neste horizonte temporal. Destes, 695 foram julgados³⁵ e transitaram 906 processos para o próximo ano judicial. Os dois juízes alocados a este juízo não conseguiram superar o número de processos entrados, continuando assim a aumentar a pendência neste juízo. Já foi apresentada uma proposta de separação do juízo em dois juízos, como forma de potenciar um aumento de produtividade dos magistrados.

De entre os constrangimentos que este juízo apresenta destaca-se as péssimas condições do espaço físico onde o serviço se encontra albergado, razão pela qual urge uma intervenção no sentido acomodar o Tribunal de Família e Menores num espaço condizente com a dignidade reclamada pelo serviço.

³⁵ Sendo 307 da lavra do juiz e 388 da lavra da Juiz.

➤ *O Juízo Laboral*

O Juízo de Trabalho na Comarca da Praia foi criado pela Lei nº 9/VI/2002, de 6 de maio, e instalado pela Portaria nº 17/2002 de 17 de junho no sentido de dar uma resposta eficaz, célere e de qualidade às inúmeras e constantes solicitações dos cidadãos no exercício do seu direito de acesso à justiça.

Desde a criação do Juízo de Trabalho na Comarca de Acesso Final da Praia, os sucessivos relatórios anuais têm demonstrado um significativo e crescente aumento da procura dos serviços da justiça no juízo laboral.

Destarte, no ano de 2017/218, entraram no juízo laboral 561 causas, contra 485 do ano transato, o que somado com os 659 que ficaram pendentes do ano anterior totaliza 1220 o número de processos que foram movimentados no juízo laboral. Destes processos 497 foram julgados e ficaram pendentes para o próximo ano judicial 723 processos o que se trata de uma pendência ainda alta.

De entre os processos pendentes 77 se encontram parados por falta de impulso processual das partes e 10 por motivos não imputáveis à secretaria ou ao Juiz.

Tendo em conta o movimento processual registado no juízo laboral recomenda-se a sua divisão em dois juízos autónomos, com a colocação de dois magistrados, e com cartórios e pessoal independente, como forma de potenciar uma maior e melhor produtividade neste juízo, uma vez que um dos juízes que ali se encontra colocado trabalha apenas meio período por prescrição médica.

O Juízo laboral padece dos mesmos constrangimentos apontados ao Juízo de Família e Menores tendo em conta que funcionam no mesmo edifício, razão pela qual, a par da sua divisão em dois juízos recomenda-se igualmente acomodar este serviço num espaço físico mais condizente com a dignidade que se quer para os serviços da justiça em Cabo Verde.

5.4.2 O Tribunal da Comarca de S. Vicente

A Comarca de S. Vicente é a segunda maior do país, com uma apreciável diversidade e complexidade de processos cíveis e uma significativa taxa de entrada de processos de natureza criminal, sendo certo que um número expressivo destes processos é complexo e nalguns casos com muitos intervenientes processuais e/ou apensos.

Tratando-se de uma Comarca de acesso final, é composto por 2 juízos cíveis e 2 juízos criminais. Na jurisdição cível, o ano judicial concernente contou com um total de 1.881 processos, destes, 572 são novas entradas.

Foram julgadas cerca de 656 causas, 48 mais do que ano passado (608), sendo que a pendência praticamente se manteve, apenas com uma ligeira queda de 1.309 no ano passado, para 1.230 este ano.

No cômputo geral, de 432 ações na fase de execução, findos são 89, transitando 343, e destes, muitos se encontram parados ou por falta de impulso das partes, ou por falta de colaboração de entidades públicas ou privadas.

No total de 215 processos que estão parados em ambos os juízos, 141 se deve à falta de impulso das partes, e 74 à falta de colaboração de entidades públicas e privadas.

No que tange à jurisdição criminal, tramitou-se no ano ora findo, um total de 1.655 processos, sendo que 1.270 são novas causas que deram entrada, constando 149 como processos remetidos, e julgados foram 1.128, menos do que ano passado em que se tinha dado entrada a mais causas (1.325), e mais julgados (1.315).

A pendência, como habitualmente tem se mantido no mesmo volume e contribuído (ainda que por razões alheias ao normal cumprimento por parte dos tribunais) para os números que se veem acumulando e a transitarem ano após ano, sendo que para o ano que se avizinha transitam 378 processos, contra 387 que ficaram pendentes no ano passado. Salienta-se que o número de processos que estão pendentes quer por ausência de intervenientes, quer por razões da própria dinâmica dos serviços abeira o volume total da pendência, isto é, dos 324 processos nos 2 juízos 241 se deve à ausência de intervenientes, além dos que aguardam devolução de ofícios e cartas.

Cumprir frisar que a pendência que se regista nos juízos cíveis da Comarca de S. Vicente, ainda se mantém em níveis consideráveis, razão pela qual, o CSMJ deliberou propor ao Ministério da Justiça a criação de um Juízo de Família, Menores e Laboral, como forma de debelar a pendência que ainda persiste nos juízos cíveis de S. Vicente.

Vejamos especificadamente os dados de cada um dos juízos.

➤ *O 1º Juízo Criminal*

No ano ora findo, entraram 610 novas causas, que somados às 291 causas pendentes, totaliza 901 processos movimentados neste juízo, dos quais foram julgados

659 e ficaram pendentes para o próximo ano 242 processos. Neste juízo registou, mercê de uma significativa produtividade do magistrado ali colocado, uma diminuição da pendência. É de sublinhar que de entre os processos pendentes 217 estão parados por ausência dos arguidos.

➤ ***O 2º Juízo Criminal***

Consta que neste juízo entraram 660 processos, aos quais acresceram mais 96 que penderam do ano transato, totalizando assim 756 o número de processos movimentados durante o ano que ora finda. Destes processos foram julgados 618 e ficaram pendentes para o próximo ano 138, dos quais 24 estão parados por ausência dos arguidos.

➤ ***O 1º Juízo cível***

Constata-se um normal andamento dos processos, com um ligeiro aumento da taxa de resolução.

Foram julgados 345 processos cíveis, de um total de 573 processos pendentes do ano anterior e 284 entrados, com uma diminuição de pendências em relação ao ano anterior (2016/17 – 573 e 2017/18 512). Portanto, neste juízo conseguiu-se superar o número de processos entrados com os processos decididos, sendo certo que de entre os processos pendentes para o próximo ano 78 estão parados por falta de impulso processual das partes e 18 processos estão parados por motivos não imputáveis à secretaria e/ou ao Juiz.

➤ ***O 2º Juízo Cível***

O número de processos entrados no ano que ora finda é de 288 que acrescidos aos 736 processos pendentes do ano anterior totaliza 1024 processos, dos quais foram decididos 311 processos.

Constata-se que neste Juízo, não obstante o reconhecido esforço para atingir o objetivo processual definido de superar com o número de processos decididos (311), o número de processos entrados (288), ainda se regista uma elevada pendência processual, com um total de 713 processos por decidir, dos quais 63 estão parados por falta de impulso processual das partes e 56 por motivos não imputáveis ao juiz e/ou a secretaria.

5.4.3 O Tribunal da Comarca de Santa Catarina

O Tribunal da Comarca de Santa Catarina de Santiago, ao abrigo do artigo 45 n.º 3 alínea a) da Lei no 88/VII/2011 de 14 de fevereiro, é considerado de primeiro acesso. Trata-se de um dos tribunais mais importantes do país, depois dos da comarca da Praia e São Vicente.

O Tribunal de Santa Catarina funciona em edifício próprio construído para o efeito, com gabinetes, salas de audiência e de secretaria. O edifício sofreu obras de reabilitação, o que passou a ter mais espaço, beneficiando a prestação do serviço público, em termos de comodidade dos funcionários e dos contribuintes.

Durante o ano judicial, ora em escrutínio, foram tramitados na Comarca de Santa Catarina, um total de 1063 processos, um cômputo inferior ao ano transato (1.118).

No mesmo período do ano anterior decidiu-se um total de 578 **processos**, contra **727** no ano que ora finda.

➤ *O Juízo Crime*

Neste Juízo no ano de 2017/2018 tramitaram 578 processos, sendo 248 pendentes do ano anterior e 330 entrados no ano, tendo sido decididos 456 processos, verificando-se um aumento de casos decididos em 208 em relação ao ano anterior, o que evidencia o esforço do magistrado ali colocado no sentido de debelar a pendência.

Destarte, verificou-se considerável diminuição das pendências para o ano seguinte (248 no ano 2017/2018 e 122 para 2018/2019), mercê da apreciável produtividade registada no Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina.

➤ *O Juízo Cível*

Neste Juízo deram entrada 316 processos aos quais somam 237 processos pendentes do ano anterior, o que totaliza 553 o número de processos tramitados neste juízo.

Os processos decididos cifraram-se em 271, tendo ficado pendentes para o ano seguinte um total de 282 processos. Neste juízo não se conseguiu cumprir o objetivo

traçado de superar com os processos decididos o número de processos entrados razão pela qual, a pendência sofreu um agravamento na ordem dos 45 processos.

5.4.4 O Tribunal da Comarca de Santa Cruz

O Tribunal da Comarca de Santa cruz, ao abrigo do disposto no artigo 45º, n.º 3 alínea b), é considerado uma Comarca de primeiro acesso sendo certo que responde pelo território dos Municípios da Santa Cruz e São Lourenço dos Órgãos.

Recentemente, nesta Comarca, mercê de uma proposta do CSMJ ao Ministério da Justiça, foi criado pela Lei nº 17/IX/2017, de 11/12 e declarado instalado, com efeitos a partir de 13 de dezembro de 2017, pela Portaria nº 12/2018, de 17 de abril o Juízo crime e o Juízo Cível. Trata-se de uma Comarca que vem registando um considerável movimento processual razão pela qual, com o seu desdobramento em dois juízos, o CSMJ logrou colocar dois juízes, com cartórios separados, permitindo desta forma potenciar um aumento da produtividade nesta comarca, de resto já com resultados visíveis.

➤ O Juízo Crime

O **Juízo Crime** funcionou durante o ano judicial findo com dois magistrados, 6 Oficiais de Justiça, 1 Escrivão de Direito, 2 Ajudantes de Escrivão e 3 Oficiais de Diligências.

A Comarca que ora indagamos apresenta uma grande movimentação processual, sendo ultrapassada somente por Praia e São Vicente, mormente nas ações penais.

No período a que se reporta o presente relatório, movimentou-se um total de 2.057 processos: 1.434 crime e 623 cíveis.

Foram tramitados 1.434 processos, dos quais 1.043 transitaram do ano anterior e 391 são deste ano. Um cômputo inferior ao período homologado anterior relativamente aos processos entrados e resolvidos.

Foram julgados um número inferior de processos relativamente o ano transato: 403 contra 367. Transitaram para o ano 2018/2019 ,1.067 processos, ou seja, a pendência aumentou em 24 processos.

➤ ***O Juízo Cível***

O **Juízo Cível** funcionou durante o ano judicial com um magistrado, 2 Oficiais de Justiça, 1 Escrivão de Direito e um Oficial de Diligência coadjuvado e orientado pelo secretário do Tribunal.

Em termos de movimentação processual, entraram no juízo cível 300 processos o que acrescidos aos 421 pendentes do ano anterior totalizou 721 o número de processos tramitados neste juízo, dos quais 344 foram resolvidos e ficaram pendentes para o próximo ano 377 processos no que significa uma redução da pendência na ordem dos 44 processos.

É de se considerar que estão criadas as condições para augurarmos uma redução da pendência que ainda persiste nesta Comarca, porém os dados são animadores no sentido de podermos adivinhar melhores dias para a justiça na Comarca de Santa Cruz.

5.4.5 O Tribunal da Comarca de São Filipe

Constituído por dois juízes, o Cível e o Criminal, o Tribunal da Comarca de São Filipe funciona num edifício remodelado, com boas condições de funcionalidade.

No rés-do-chão funciona a Conservatória dos Registos e Notariado. O espaço superior é partilhado com a Procuradoria da Comarca.

O número de funcionários aí destacados mostra-se insuficiente para responder ao movimento processual existente.

A Comarca de São Filipe continua a evidenciar-se uma grande movimentação processual, com um cômputo de 1.671 processos distribuídos.

➤ ***O Juízo Cível***

Dos dados estatísticos conclui-se que a maior movimentação processual é na área cível, com 1.008 processos, dos quais entraram 435.

Foram concluídos 427 processos (incluindo ações laborais, tutelares cíveis de menores, assistência judiciária, notificações avulsas, cartas precatórias e diversos – incidentes e outros), sendo que foram, ainda, remetidas 6 cartas precatórias, devidamente

cumpridas, pelo que transitam para o próximo ano judicial 573, dos quais 24 estão parados por falta de impulso processual das partes.

A diferença entre os processos resolvidos para os entrados é de 433 contra 435.

Providências cautelares: entraram 19, estavam pendentes 2, totalizando 21, ficando por julgar 2 que deram entrada na segunda quinzena do mês de julho.

De qualquer forma, se não fossem os processos a aguardar o decurso do prazo de deserção, os inventários que aguardam o impulso das partes e as execuções que aguardam o conhecimento de bens penhoráveis e/ou, então, a conclusão das penhoras já ordenadas, a pendência na área cível, quando globalmente considerada (abrangendo quer a área cível, quer as áreas laboral e tutelar de menores), ter-se-ia, não restam dúvidas, por largamente diminuída.

➤ *O Juízo Crime*

Na **jurisdição criminal**, num total de 663 processos, 388 entraram no ano que ora finda. Foram decididos 293 e ficaram pendentes 370 processos.

A pendência aumentou comparativamente ao ano transato de 275 para 370, são cerca de 95 processos a mais. De entre os processos pendentes 26 estão parados por ausência dos arguidos.

Há que referir, pois, que, no presente ano judicial, as Magistradas do Ministério Público junto deste Tribunal estiveram ausentes por, pelo menos, duas vezes, com reflexo necessário na agenda de julgamentos. Outrossim, conforme se alcança dos dados estatísticos enviados, cerca de 26 processos encontram-se parados a aguardar o regresso dos respetivos arguidos a este concelho ou então, o indesejável, porém inevitável, decurso do prazo de prescrição do procedimento criminal. Ademais, do leque de processos pendentes, depara-se com 32 processos de assistência judiciária, 17 processos de reabilitação judicial, 5 processos de liberdade condicional e 10 processos atinentes a pedidos de saída temporária, sendo processos de simples decisão, que, porém, não foram julgados/decididos, porquanto, no que tange aos pedidos de assistência judiciária, face a falta gritante de funcionários afetos ao Juízo Crime, não se colheu, em tempo útil, as informações socioeconómicas acerca dos respetivos requerentes, o que inviabilizou, naturalmente, uma decisão definitiva sobre os aludidos pedidos, e, quanto aos pedidos de

reabilitação judicial, liberdade condicional ou saída precária, os que ficaram pendentes, a mercê, igualmente, da falta de pessoal suficiente na Secretaria do Juízo Crime, nem chegaram a ser conclusos ao Juiz-Crime para efeitos de prolação da competente decisão. Aliás, a falta de funcionários, mormente no Juízo Crime, chegou de ditar o adiamento de mais de 20 julgamentos.

Foram realizados 16 primeiros interrogatórios judiciais e foram suspensos provisoriamente cerca de 15 processos.

5.4.6 O Tribunal da Comarca de Ribeira Grande

A Comarca da Ribeira Grande é uma das Comarcas de primeiro acesso, ao abrigo do disposto no artigo 45º, n.º 3 alínea d) da Lei n.º 88/VII/2011 de 14 de fevereiro. Nesta Comarca o número de processos entrados cifrou-se em 235, o que a acrescer com os 248 processos que pendiam do ano transato, totalizaram 665 o número de processos tramitados nesta comarca, dos quais 466 foram julgados e ficaram pendentes 199 processos para o próximo ano judicial.

Cumpram destacar o esforço significativo da equipa liderada pelo magistrado ali colocado que conseguiu uma redução sensória da pendência. Ainda assim, adivinha-se que a grande maioria dos processos pendentes, rondando os 70%, são os executivos parados, e os de inventário que também aguardam a citação dos interessados.

5.4.7 O Tribunal da Comarca do Sal

A Comarca é servida por um tribunal de 1º acesso³⁶ desdobrado em 2 juízos, um criminal e um cível, com um volume de tramitação processual bastante relevante, quer em termos quantitativos, bem como, qualitativos.

Neste tribunal entraram na totalidade 1096 processos, aumentou 1 processo em relação ao ano anterior (1095), e igualmente, desceu o número de julgados de 1045 no ano transato para 873.

³⁶ Artigo 45º, n.º 1, alínea e) da Lei n.º 88/VII/2011 de 14 de fevereiro.

Os resultados que vem sendo obtidos no Tribunal do Sal espelham os efeitos positivos da medida de desdobramento, sendo, porém, expressivo o número de processos entrados nesta Comarca.

➤ *A jurisdição Cível*

No concernente à jurisdição cível, o número de processos entrados se manteve, apenas 2 a mais do que o ano transato (405/403).

Foram julgadas 370 causas, enquanto que a anterior marca era de 379.

Não obstante o esforço impregnado pelo magistrado ali colocado, manteve-se a tendência de aumento de processos que transitam de ano, pois, se no ano anterior os pendentes eram 480 (5 cartas precatórias³⁷ e um processo remetido), neste ano o número subiu para 522 processos que pendem para o próximo ano judicial.

A maioria dos processos que transitam para o próximo ano são executivos, sendo que cerca de 132 processos estão parados por culpa das partes.

Sublinhe-se que, a grande maioria de processos entrados são executivos, e são precisamente estes, que têm contribuído para o aumento da pendência no juízo em questão.

➤ *A jurisdição Criminal*

Na jurisdição criminal, aos 109 processos pendentes do ano anterior vieram acrescer 684 novas entradas, menos do que no ano anterior (692).

Consta como julgado este ano um número bastante inferior ao período passado, 503 contra 666 causas.

Não obstante o esforço da magistrada ali colocada, regista-se um aumento significativo na pendência, de 109 para 290 processos a transitarem para o próximo ano judicial, muito por força do elevado número de processos entrados nesta jurisdição.

Neste juízo se encontram pendentes por motivo de ausência de arguidos, cerca de 95 processos, dos quais a maioria (62) são os ordinários e 33 processos abreviados.

³⁷ Das 18 cartas precatórias e rogatórias, 5 eram pendentes.

Ainda, foram 75 as diligências de primeiro interrogatório

No geral cabe salientar que a falta de colaboração de algumas instituições continua sendo um entrave, uma vez que, muitos dos processos executivos se encontram parados pelo não atendimento das solicitações do tribunal, pela parte do Ministério das Finanças, sendo por isso requerido ao Conselho Superior a sua intervenção junto do mesmo.

O ICCA continua fazendo parte das instituições não-colaborantes, visto que o não envio de relatórios solicitados, tem limitado a tramitação de processos, além de não atenderem aos pedidos de acompanhamento de menores, com alegações de falta de técnico.

A falta de celeridade no envio dos Registos Criminais é outro constrangimento que se tem verificado.

Do tribunal desta Comarca no que concerne às instalações, não se tem queixas de maiores, a não ser, alguma alusão ao fato de que seria conveniente haver uma sala para as testemunhas, com vista a facilitar os serviços na secretaria.

Em termos de biblioteca, há a necessidade de se dotar o tribunal com um acervo bibliográfico adequado. É necessário providenciar, além de mais meios (estantes) para arquivo de processos e microfones para a sala de audiências, uma vez que os existentes (4) são insuficientes.

As necessidades mais prementes que se fazem sentir, se prendem com os recursos humanos, que são insuficientes, daí a reclamação/sugestão para a colocação de mais magistrados, sendo que ainda, nas secretarias de ambos os juízos os funcionários se veem sobrecarregados, pois, existe em cada um, apenas 1 Escrivão, 1 Ajudante escrivão e 2 Oficiais de diligências para dar vazão às complexas demandas.

Foi sugerido a formação contínua dos funcionários das secretarias em matérias como gestão/organização processual, custas e multa, informática, boas práticas, o que poderá trazer melhorias substanciais ao funcionamento dos serviços, com um melhor desempenho de todos.

5.4.8 Tribunal de Comarca do Tarrafal

No Tribunal da Comarca do Tarrafal tem-se registado um aumento considerável do número de processos movimentados nos últimos anos um *quantum* tendencialmente

crecente, conforme se pode verificar nos três últimos relatórios: 801/851/934 e agora 1036. Em função do elevado movimento processual que ali se regista o CSMJ propôs ao MJT a sua elevação à categoria de Comarca de 1º acesso.

Dos dados estatísticos constata-se que estavam pendentes neste Tribunal 615 processos, entraram 421, totalizando assim 1036 o número de processos tramitados nesta Comarca, dos quais, 746 foram resolvidos e ficaram pendentes para o próximo ano 290 processos. Dos 1.036 processos distribuídos no período a que se reporta o presente relatório, 421 deram entrada este ano, sendo 202 processos cíveis, incluindo os processos tutelar cível de menores, trabalho e administrativo.

No que respeita à jurisdição criminal deram entrada 219 ações e foram decididos 289 processos.

No cômputo geral, os processos transitados para o ano judicial seguinte foram muito inferiores comparativamente ao período homologado anterior, 615 contra 290, o que revela um esforço enorme da parte da equipa liderada pela magistrada ali colocada e que faz com que se situe no topo do *ranking* dos tribunais que mais processos resolveu no ano judicial que ora finda.

5.4.9 O Tribunal da Comarca de São Domingos

O Tribunal de São Domingos após ter assumido a competência plena a nível da 1ª instância tem vindo a registar um aumento de processos tramitados, sendo certo que no ano que ora finda entraram 242 processos, ao qual acresce os 388 que estavam pendentes totalizando assim 630 o número de processos tramitados. Destes foram resolvidos 277, no que se traduziu numa redução da pendência tendo em conta que o número de processos resolvidos superou o número de processos entrados em 35 processos ficando pendentes para o próximo ano judicial 353 processos.

5.4.10 O Tribunal da Comarca do Maio

A par do Tribunal do Paúl, trata-se da Comarca com menos volume de demanda processual, tendo registado 157 processos entrados, ao qual acresce os 24 processos que se encontravam pendentes, totalizando assim 181 o número de processos tramitados no ano findo, nesta Comarca. Não obstante a exiguidade do volume da demanda processual, a equipa da Comarca do Maio não conseguiu superar o número de processos entrados,

uma que vez o número de processos julgados cifrou em apenas 113 processos, agravando a pendência para o próximo ano judicial em 44 processos. Relativamente ao período homólogo do ano anterior, registou uma redução dos processos decididos – 113 contra 192 do ano passado.

Para o próximo ano espera-se uma inversão desta tendência.

5.4.11 – O Tribunal da Comarca dos Mosteiros

O Tribunal da Comarca dos Mosteiros está instalado em edifício particular, ocupando o rés-do-chão de um prédio urbano de quatro pisos, sito na Cidade de Igreja em frente à Esquadra Policial dos Mosteiros.

A secretaria do Tribunal é composta por um secretário, um ajudante de escrivão, um oficial de diligências, um condutor e um ajudante de serviços gerais.

No que concerne ao movimento processual, esta Comarca registou um significativo aumento da procura pelos serviços de justiça, tendo entrado 387 novos processos, ao qual acresce 122 processos que pendiam do ano transato, totalizando assim 509 o número de processos tramitados. Destes, 310 processos foram julgados e ficaram pendentes 199 processos para o próximo ano judicial. Não obstante o esforço desenvolvido pela equipa da Comarca, não superou com o número de resolvidos o número de processos entrados, ditando assim um agravamento da pendência em 77 processos para o próximo ano nesta instituição comarcã.

Clama-se pela necessidade de formação para o pessoal da secretaria, com enfoque na tramitação processual, máxime na área civil, no tocante á gestão processual, trabalho em equipa e bem assim a necessidade de inspeção à secretaria.

5.4.12 – O Tribunal da Comarca da Brava

O Tribunal da Comarca da Brava é um Tribunal de ingresso³⁸, localizado no centro da Cidade Nova Sintra, de competência genérica, que se encontra instalado sob regime de arrendamento, num edifício de propriedade privada.

No mesmo edifício funciona, de um lado o Tribunal e do outro a Procuradoria.

³⁸ Vide artigo 45º, n.º 4 alínea e) da Lei n.º 88/VII/2011, de 14 de fevereiro.

Funciona com um Secretário, três Oficiais de Diligência, um Condutor, uma Ajudante de serviços gerais e um Guarda-noturno.

No que concerne ao movimento processual, transitaram para o ano judicial 2017/2018, cerca de 115 processos, sendo 9 jurisdição crime, 97 cível e 9 jurisdição família e menores.

Deram entrada no ano judicial findo 174 processos, sendo 100 processos-crime, 62 cível e 12 família e menores.

Dos 100 processos-crime, foram julgados 94 e transitam para o ano judicial 2018/2019 6 processos, sendo 4 PCO (processo comum ordinário) e 2 PEA (processo especial abreviado), sendo que a transição dos PCO se deve ao facto de não ter sido possível, nem com recurso à Polícia Nacional, notificar os arguidos da audiência de julgamento. A transição dos PEA deve-se ao facto dos mesmos terem sido recebidos da Procuradoria dias antes do término do ano judicial.

Dos 62 processos cíveis, foram julgados 43 e transitam 19 para o próximo ano judicial. Dos processos de família e menores, foram todos eles julgados. Foram realizados 8 primeiros interrogatórios.

Destaca-se o facto de esta equipa comarcã ter atingido o objetivo de superar, com o número de resolvidos (231) o número de processos entrados (174), um esforço que traduziu numa redução da pendência em 57 processos, para o próximo ano judicial.

5.4.13 – O Tribunal da Comarca do Porto Novo

O Tribunal da Comarca do Porto Novo tem vindo a registar um forte incremento de demanda processual, tendo acusado uma procura processual que cifrou em 316 processos, ao qual acresce os 155 que pendiam do ano transato, totalizando assim 471 o número de processos tramitados. Foram julgados 220 processos e ficaram pendentes 255 processos para o próximo ano judicial, o que significa que se registou um agravamento da pendência em 96 processos, pelo facto de não ter havido uma superação das entradas dos processos de natureza criminal, sendo certo que o mesmo já não aconteceu com os processos cíveis em que os decididos superaram a equação decididos/entrados. Não obstante, a pendência (251) se situar ainda dentro de um padrão de razoabilidade, mostra-

se, porém, necessário inverter a curva da pendência, uma vez que o objetivo é consolidar a minoração dos processos pendentes.

5.4.14 O Tribunal da Comarca do Paul

O Tribunal da Comarca do Paul, a par da Comarca do Maio, se trata da Comarca onde se regista o menor volume de demanda processual, tendo registado uma entrada de 162 processos, ao qual acresce os 37 processos que pendiam do ano anterior, totalizando assim 199 o número de processos tramitados nesta Comarca. Foram julgados 157 processos e ficaram pendentes 42 para o próximo ano judicial, sofrendo a pendência um ligeiro agravamento de 5 processos.

5.4.15 O Tribunal de Comarca de S. Nicolau

Enquanto Tribunal de ingresso, o mesmo continua a manter um volume relativamente baixo de processos tramitados, com o total de 346 referentes ao ano ora findo, apenas com um ligeiro aumento em relação ao ano transato (317), proporcionado pelas 242 novas entradas, superando o numero anterior (222) em 20 processos.

No geral foram julgadas 201 causas, contra os 212 do período anterior.

Transitam para o próximo ano judicial um total de 145 processos, significando isto, que houve um aumento relevante na pendência (de 104 para 145), para o qual terá contribuído, sobretudo a área cível, que mesmo com menos processos entrados (96) em relação ao ano passado (119), os julgados também foram menos (apenas 79 contra 111).

Dos processos que transitam cerca de 19 são de Inventário, cuja maioria de intervenientes se encontram ausente do país, para além dos processos de investigação de paternidade (8), não julgadas por falta de condições económicas dos réus.

Também na jurisdição criminal, apesar de mais causas entradas e mais julgadas, aumentou também a pendência, em relação ao igual período anterior (19/43).

Nesta jurisdição, cabe referir que os processos parados por causa de ausência de arguido contabilizam um total de 29.

Relativamente ao funcionamento do tribunal da Comarca, a questão do edifício privado onde este funciona e a sua localização, continua na ordem do dia, tendo em conta

os constrangimentos que os serviços enfrentam pela pouca condição que o imóvel oferece, tendo nas cercanias um bar e um estádio de futebol.

A falta de segurança, parece mais um dos constrangimentos, uma vez que, não havendo meios, ou seja, serviço de segurança privada, qualquer pessoa pode entrar e circular livremente pelo edifício, mesmo não sendo interveniente processual.

Reporta-se a necessidade de sistema de gravação, de mobiliários indispensáveis, máquina fotocopadora, aparelho de ar condicionado, ainda, a ligação à rede de Estado continua sendo inexistente.

No que concerne aos recursos humanos: havendo um 1 Secretário, 1 Escrivão de direito, e com 2 dos 3 Oficiais de diligências, a serem colocados como Ajudante de Escrivão em outra Comarca, continuando, portanto, o tribunal com um único oficial, dificulta o cumprimento eficaz de todas as diligências necessárias.

5.4.16 – O Tribunal da Comarca da Boa Vista

No que concerne à Comarca da Boa Vista como se pode alcançar de uma análise concatenada dos dados, de uma maneira geral continua registando um forte incremento da demanda processual, tendo registado uma entrada de 452 novos processos, o que, acrescendo aos 178 que estavam pendentes, totaliza um montante de 630 processos tramitados nesta Comarca no ano que ora finda, sendo certo que destes processos foram julgados 380 e ficaram pendentes para o próximo ano judicial 250 processos.

Dos processos tramitados 352 são de natureza criminal, dos quais 293 foram julgados e 59 ficaram pendentes e 278 são de natureza cível, dos quais 87 foram julgados e 191 ficaram pendentes, o que significa que o grosso da pendência é em matéria cível. A pendência no tribunal da Boa Vista, não obstante o esforço da equipa que ali labuta, sofreu um agravamento na ordem dos 78 processos, tendo em conta que não se conseguiu superar com os decididos (380) o número de processos entrados (452).

Não se mostra despiciendo as condições de trabalho no tribunal da Boa Vista, cujas instalações estão em situação de degradação, o que não é condizente com a dignidade que se quer para os serviços da justiça nessa Ilha.

5.5 Tribunais Fiscais e Aduaneiros

5.5.1 Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Barlavento

Tramitou-se neste tribunal, um total de 55 processos, havendo, pois, uma diminuição em relação ao ano passado (83).

Deram entrada apenas 17 processos, continuando assim a tendência para decréscimo de novos processos, já que no anterior tinham sido 25 os entrados.

Uma vez que as causas julgadas foram 48, apenas 4 mais do que em 2017 (44), a pendência decresceu em muito, de 38 para 14 processos transitando para o próximo ano judicial.

5.5.2 O Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento

O Tribunal Fiscal e Aduaneiro de Sotavento no ano em que se reporta o presente relatório completa uma década de funcionamento.

Neste Tribunal estão colocados um Juiz e um Procurador da República.

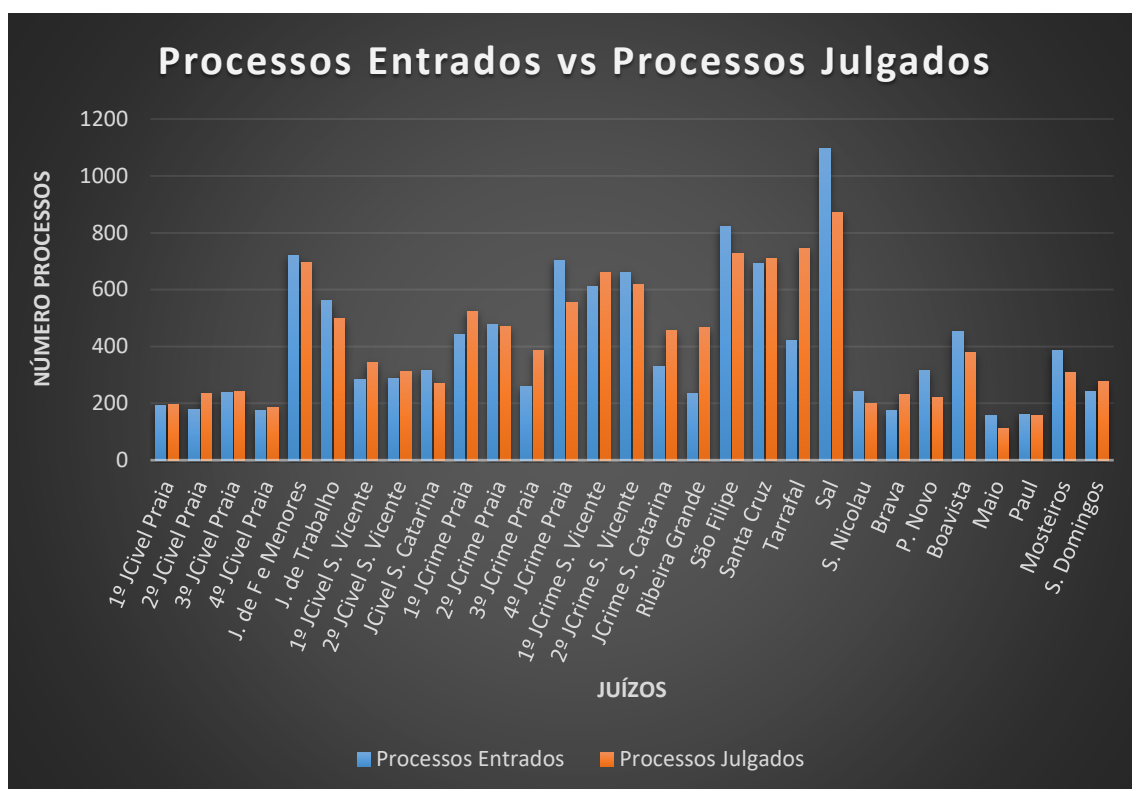
Num total de 75 processos, 49 são do ano transato e 26 deram entrada este ano.

Foram decididas 44 ações. Transitaram para ano judicial seguinte 31.

Relação processos Entrados e Resolvidos por Tribunal ou Juízo

Tribunais/Juízos	Processos Entrados	Processos Julgados
1º Juízo Cível Praia	191	196
2º Juízo Cível Praia	178	233
3º Juízo Cível Praia	238	240
4º Juízo Cível Praia	175	186
J. de F e Menores	719	695
J. de Trabalho	561	497
1º Juízo Cível S. Vicente	284	345
2º Juízo Cível S. Vicente	288	311
Juízo Cível S. Catarina	316	271
1º Juízo Crime Praia	441	524
2º Juízo Crime Praia	479	469
3º Juízo Crime Praia	259	385
4º Juízo Crime Praia	703	555
1º Juízo Crime S. Vicente	610	659
2º Juízo Crime S. Vicente	660	618
Juízo Crime S. Catarina	330	456
Ribeira Grande	235	466
São Filipe	823	726
Santa Cruz	691	711
Tarrafal	421	746
Sal	1096	873
S. Nicolau	242	201
Brava	174	231
P. Novo	316	220
Boavista	452	380
Maio	157	113
Paul	162	157
Mosteiros	387	310
S. Domingos	242	277
Total	11830	12051

Fonte: CSMJ



Fonte: CSMJ

6. Conclusões E Recomendações

A título de notas finais, de tudo quanto ficou expendido ao longo desta empreitada faz-se possível enjeitar as seguintes conclusões e recomendações:

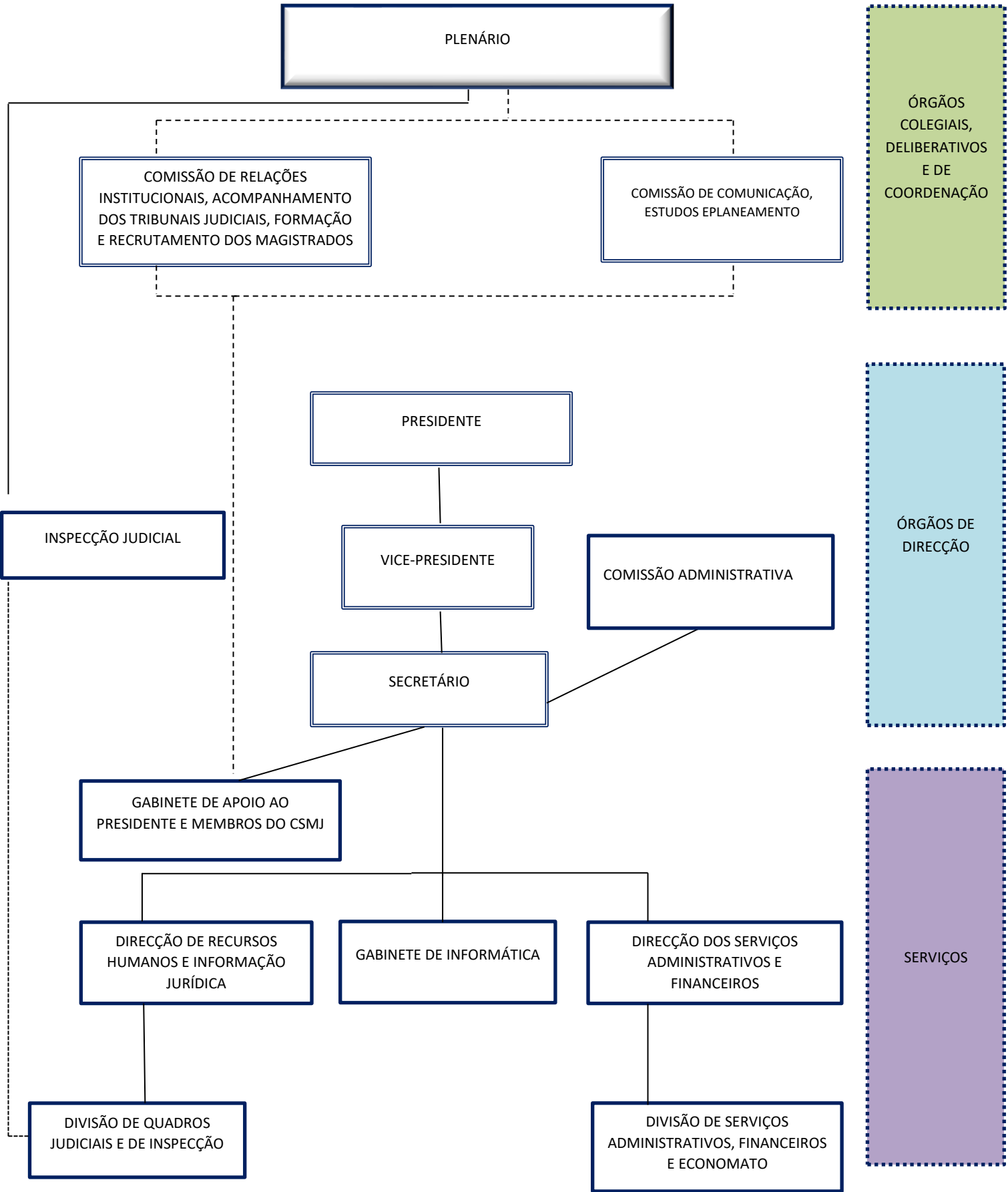
- Consignar o elevado apreço para a evolução positiva verificada no funcionamento dos tribunais e que traduziu numa redução da pendência na 1ª instância, no ano que ora finda e congratular todos os magistrados e oficiais de justiça cujo esforço e abnegação fez confluir para este resultado.
- Reafirmar a necessidade de dotar os Tribunais superiores de uma assessoria especializada.
- Uma auditoria externa ao Sistema de Informatização da Justiça (SIJ), isso antes da sua entrega definitiva por parte de Aveiro ao Ministério da Justiça e de esta instituição aos Conselhos Superiores das Magistraturas.
- Criação, via produção legislativa, de condições de estabilidade profissional e atrativos, estes sobretudo de índole remuneratório, ao Coordenador Técnico e aos demais quadros do SIJ, a fim de os incentivar e daí mantê-los ligados à instituição.
- Alteração à lei, no sentido de estabelecer prerrogativas de trabalho e/ou incentivos que justifiquem o acumular das funções de julgador e Presidente do CG/SIJ.
- Recrutamento de mais juízes no sentido de permitir não só o reforço da bolsa de juízes como também o reforço da Inspeção Judicial.
- Implementação do projeto de organização das secretarias judiciais.
- Realização de inspeção às secretarias judiciais com vista à organização do serviço e avaliação do desempenho dos funcionários;
- Implementação do Tribunal de Pequenas causas na Praia.
- Criação do juízo de Família, Menores e Laboral em S. Vicente.
- Alteração do CPC, na parte alusiva ao Saneamento, condensação e saneador, funcionalizando as alterações à celeridade na tramitação processual, tendo em conta que é a fase onde os processos tendem a bloquear;
- Alteração do CPC na componente da ação executiva, funcionalizando as alterações não só à satisfação do crédito exequendo como também à eliminação da pendência artificial;

CSMJ 2017/18

- Alteração do CPP por forma a permitir o julgamento dos arguidos ausentes quando estes aguardam a tramitação dos processos mediante TIR e ausentam sem autorização do Tribunal.
- Implementar os mecanismos alternativos de resolução de litígios como forma de aliviar os Tribunais.

7. ANEXOS

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CSMJ



ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

**SUPREMO TRIBUNAL DA
JUSTIÇA**

**Tribunal da Relação de
Barlavento**

**Tribunal da Relação de
Sotavento**

Comarcas de Acesso Final

**Tribunal da Comarca
de São Vicente**

**Tribunal da Comarca
da Praia**

Comarcas de 1º Acesso

**Tribunal da Comarca
de Ribeira Grande**

**Tribunal da Comarca
do Sal**

**Tribunal da Comarca
de Santa Catarina**

**Tribunal da Comarca
de Santa Cruz**

**Tribunal da Comarca
de São Filipe**

Comarcas de Ingresso

**Tribunal da
Comarca
do Porto
Novo**

**Tribunal da
Comarca
do Paul**

**Tribunal da
Comarca
de São
Nicolau**

**Tribunal
da
Comarca
da Boa
Vista**

**Tribunal da
Comarca
do Tarrafal**

**Tribunal da
Comarca
de São
Domingos**

**Tribunal da
Comarca
do Maio**

**Tribunal da
Comarca
dos
Mosteiros**

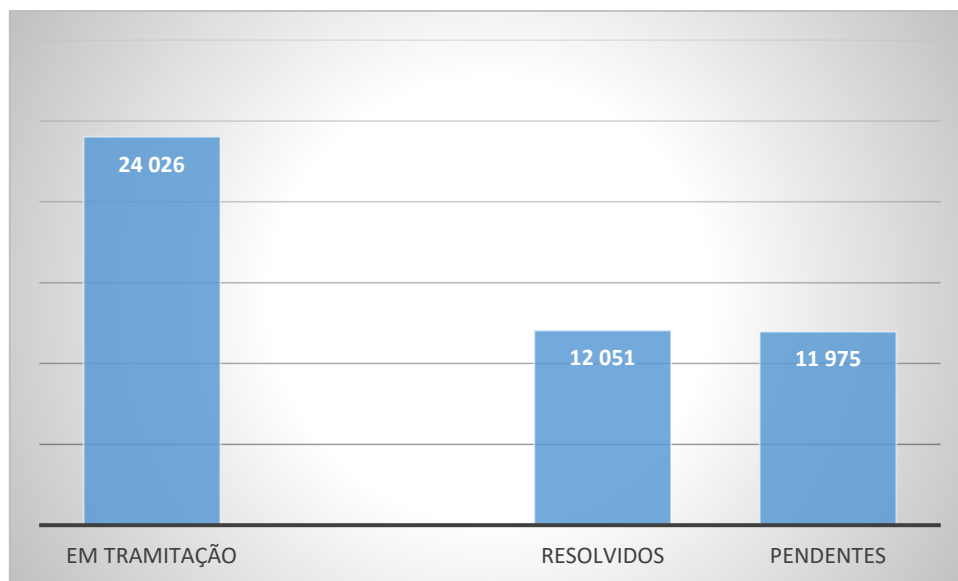
**Tribunal
da
Comarca
da Brava**

QUADRO DE PESSOAL DO CSMJ

Portaria nº53/2014 BO nº61 de 16 de outubro		
Órgãos e Serviços	Vagas Previstas	Vagas Preenchidas
1. Presidência		
Presidente	1	1
Vice-Presidente	1	0
2. Secretaria CSMJ		
Secretário	1	1
3. Gabinete de Apoio ao Presidente e Membros CSMJ		
Director de Gabinete	1	1
Assessores	3	3
Secretário	2	1
Condutor	1	1
Apoio operacional	1	1
4. Direção de Serviços Administrativos e Financeiros		
Director de Serviço	1	0
Técnico	3	2
Apoio operacional	5	1
5. Direção de Recursos Humanos e Informação Jurídica		
Director de Serviço	1	0
Técnico	4	2
Apoio operacional	2	0
6. Gabinete de Informática		
Director de serviço	1	0
Técnico	1	1
Técnico informático	5	0
7. Inspeção Judicial		
Inspector Superior Judicial	3	1
Inspector Judicial	3	0
Secretário da Inspeção	1	1
Técnico	2	0
Apoio operacional	3	0
Total nº de vagas	45	17

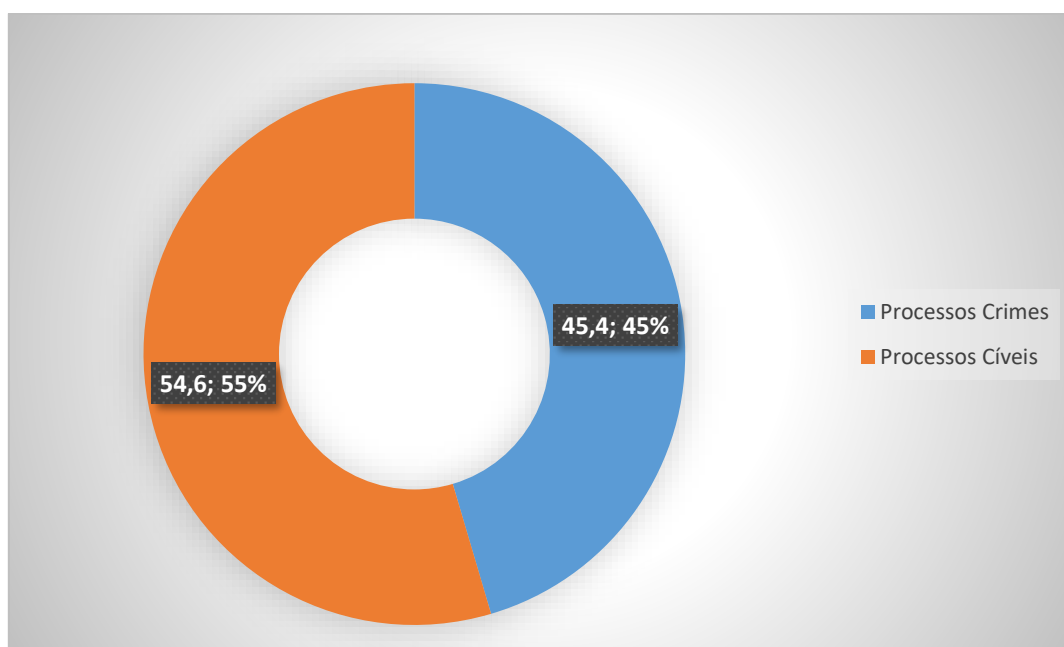
CSMJ 2017/18

Gráfico 1: Infográfico ilustrando a situação dos processos nos Tribunais de Cabo Verde, no ano judicial 2016/2017



Fonte: CSMJ

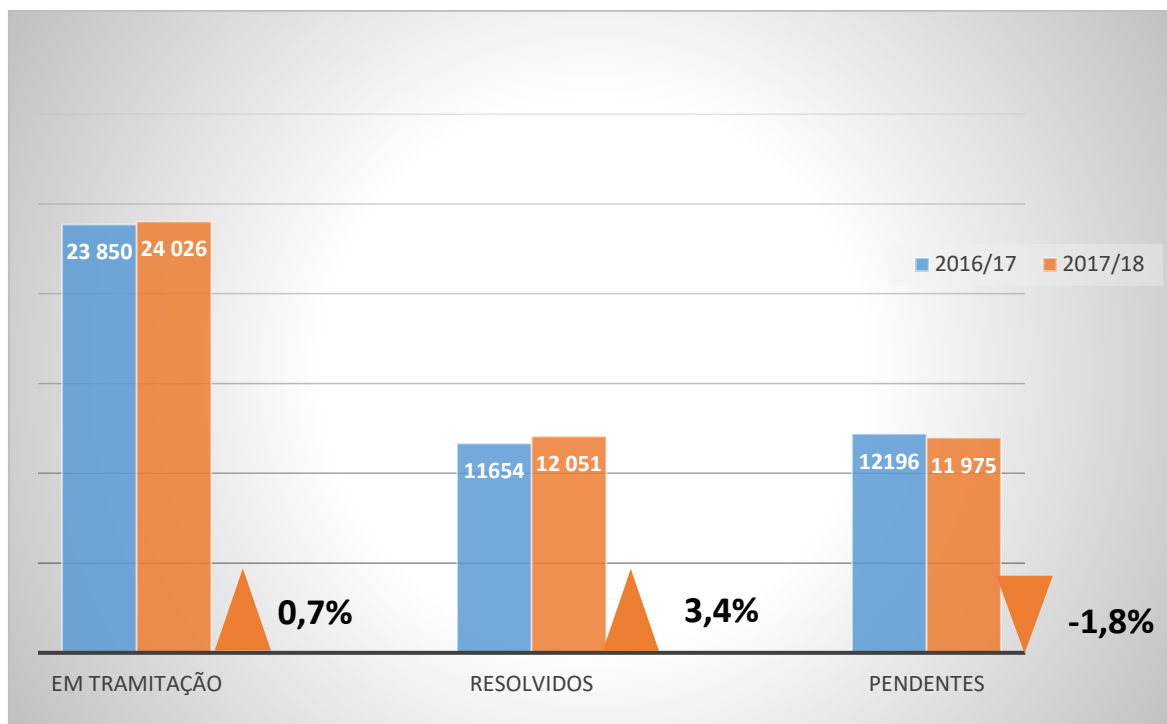
Gráfico 2: Percentagem dos processos cíveis e crimes nos Tribunais, no ano judicial 2017/2018



Fonte: CSMJ

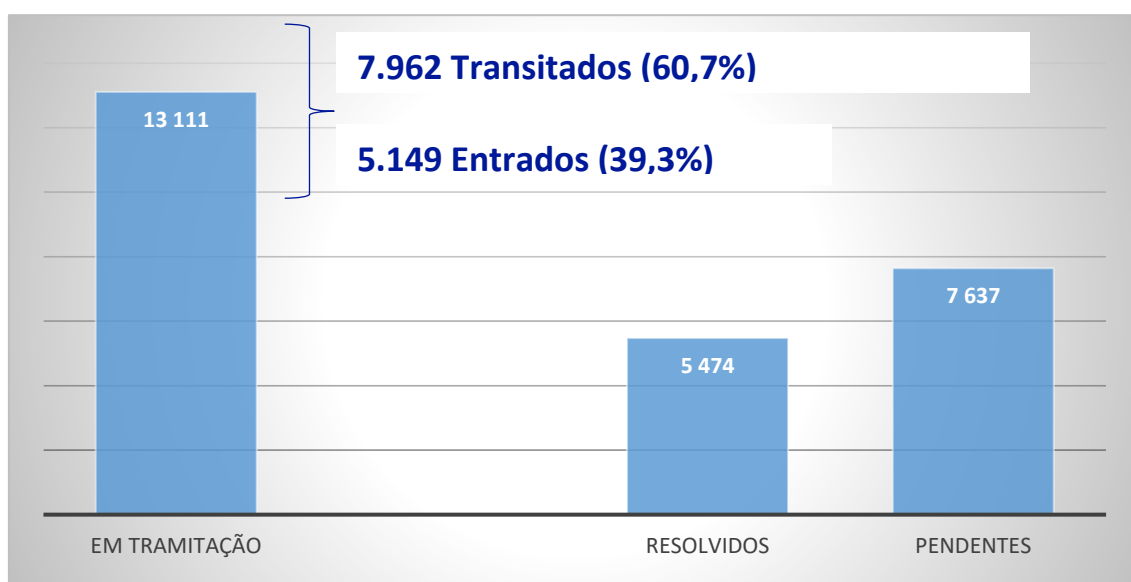
CSMJ 2017/18

Gráfico 3: Gráfico comparativo da situação dos processos nos tribunais de Cabo Verde entre os anos 2016/2017 e 2017/2018.



Fonte: CSMJ

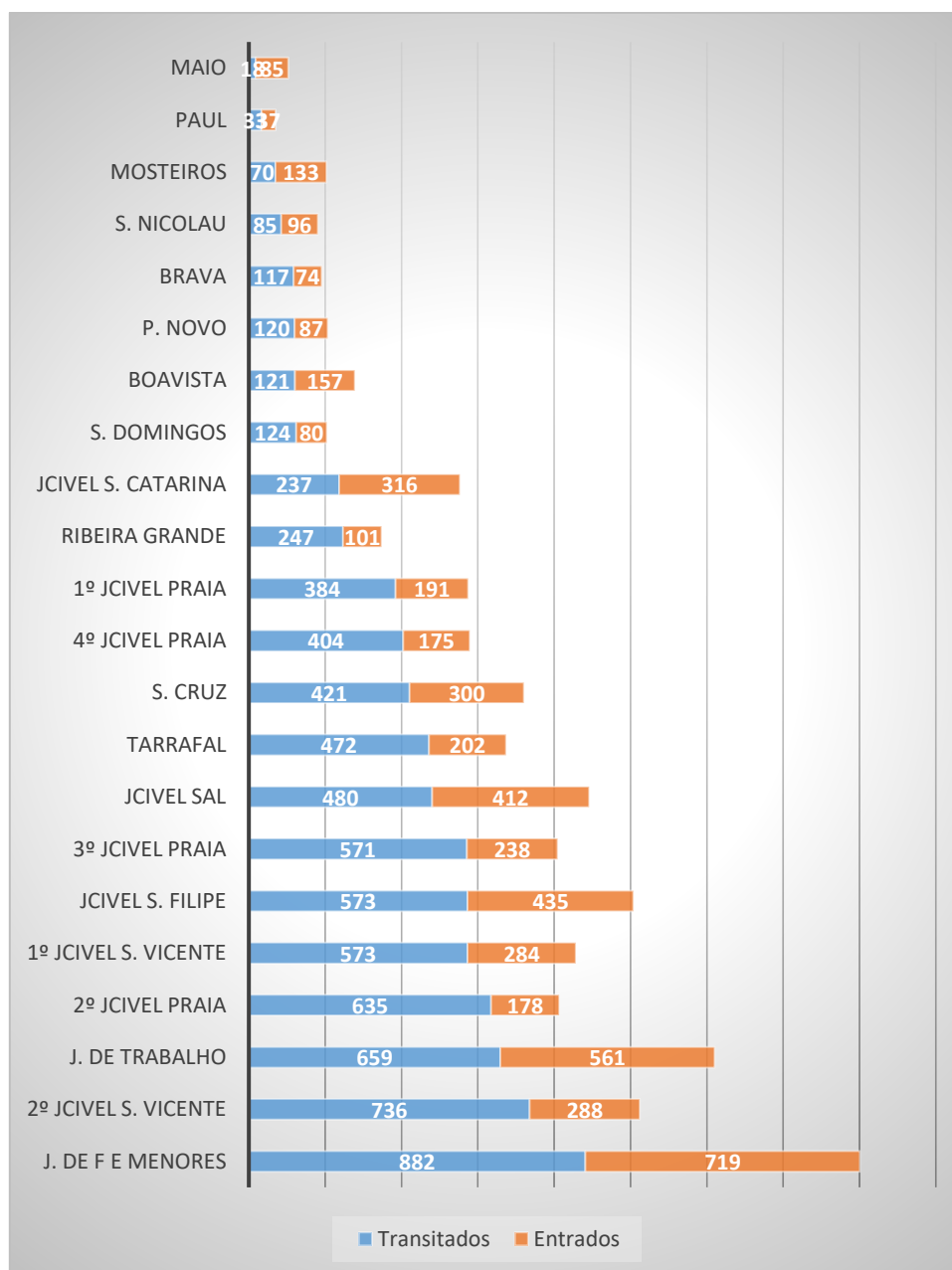
Gráfico 4: Situação dos Processos cíveis nos tribunais de Cabo Verde, no ano judicial 2017/2018



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

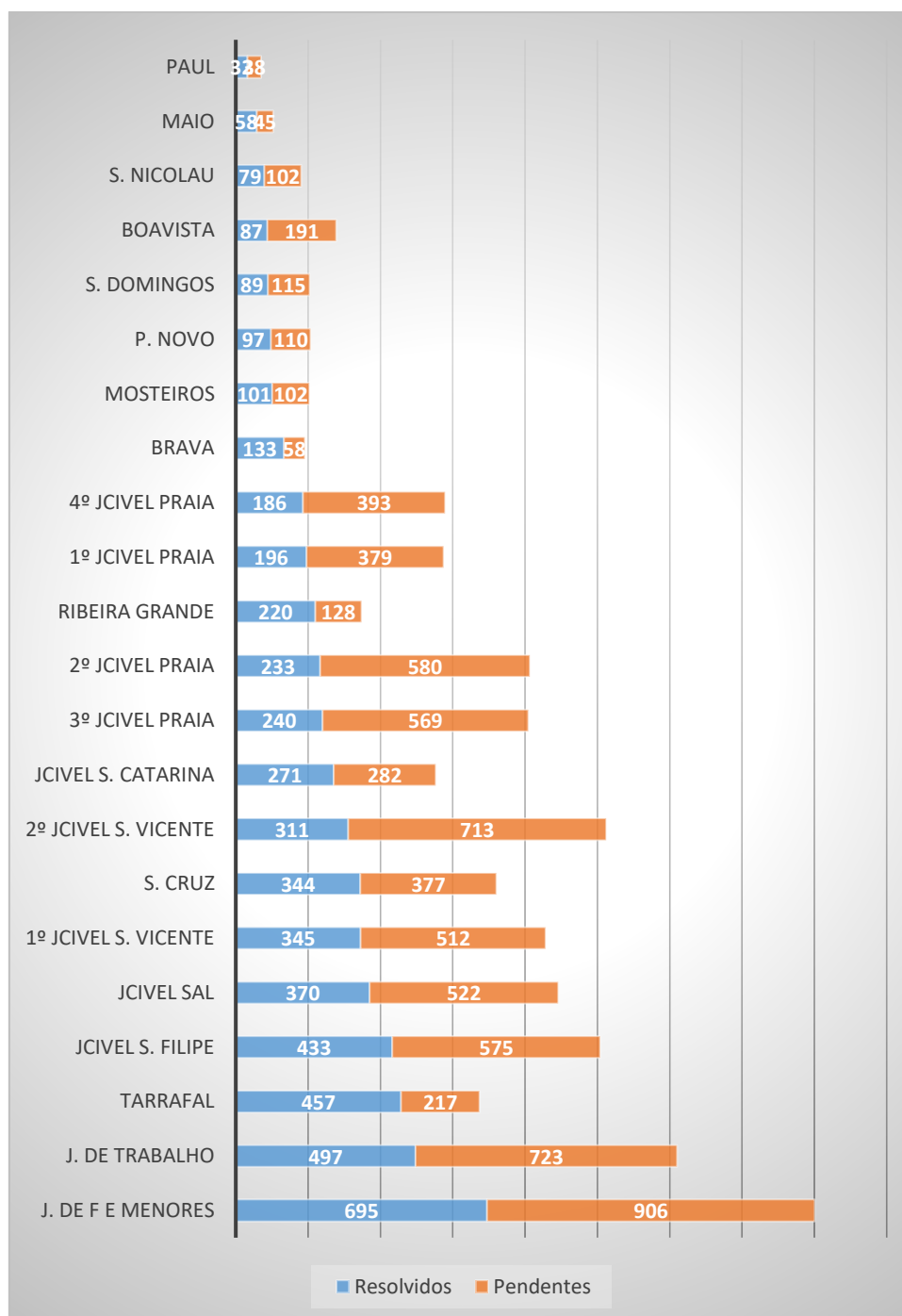
Gráfico 5: Infográfico ilustrando a relação entre os processos cíveis transitados dos anos anteriores e entrados no ano judicial 2017/2018



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

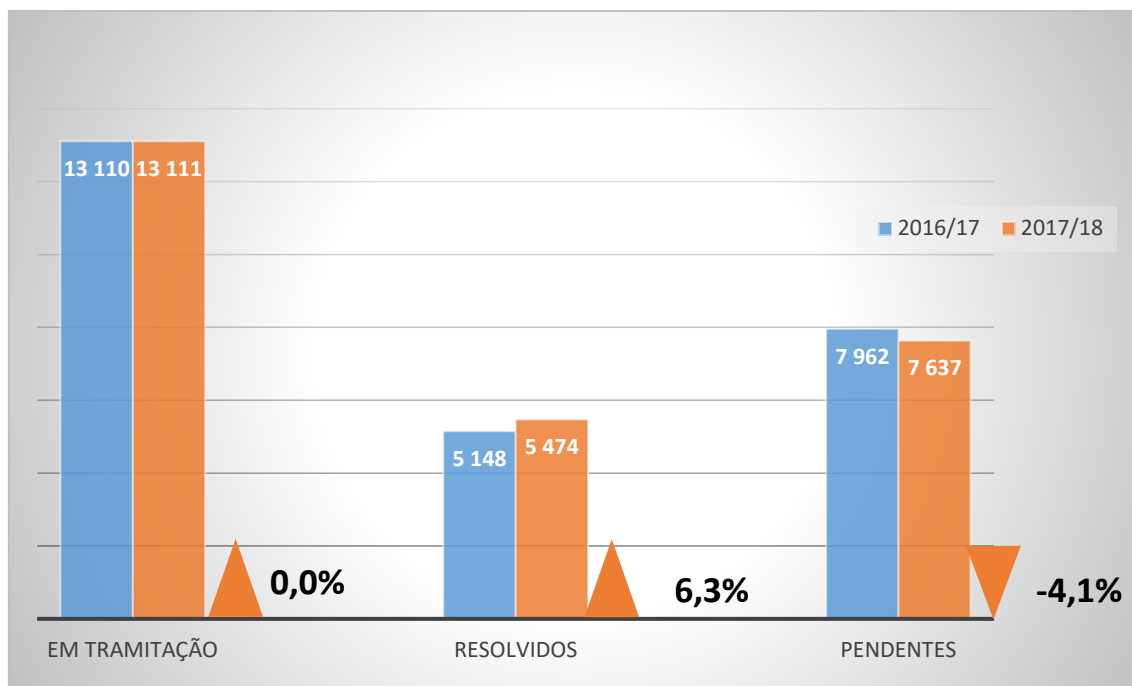
Gráfico 6: Infográfico ilustrativo da relação entre os processos cíveis julgados e os pendentes nos tribunais.



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

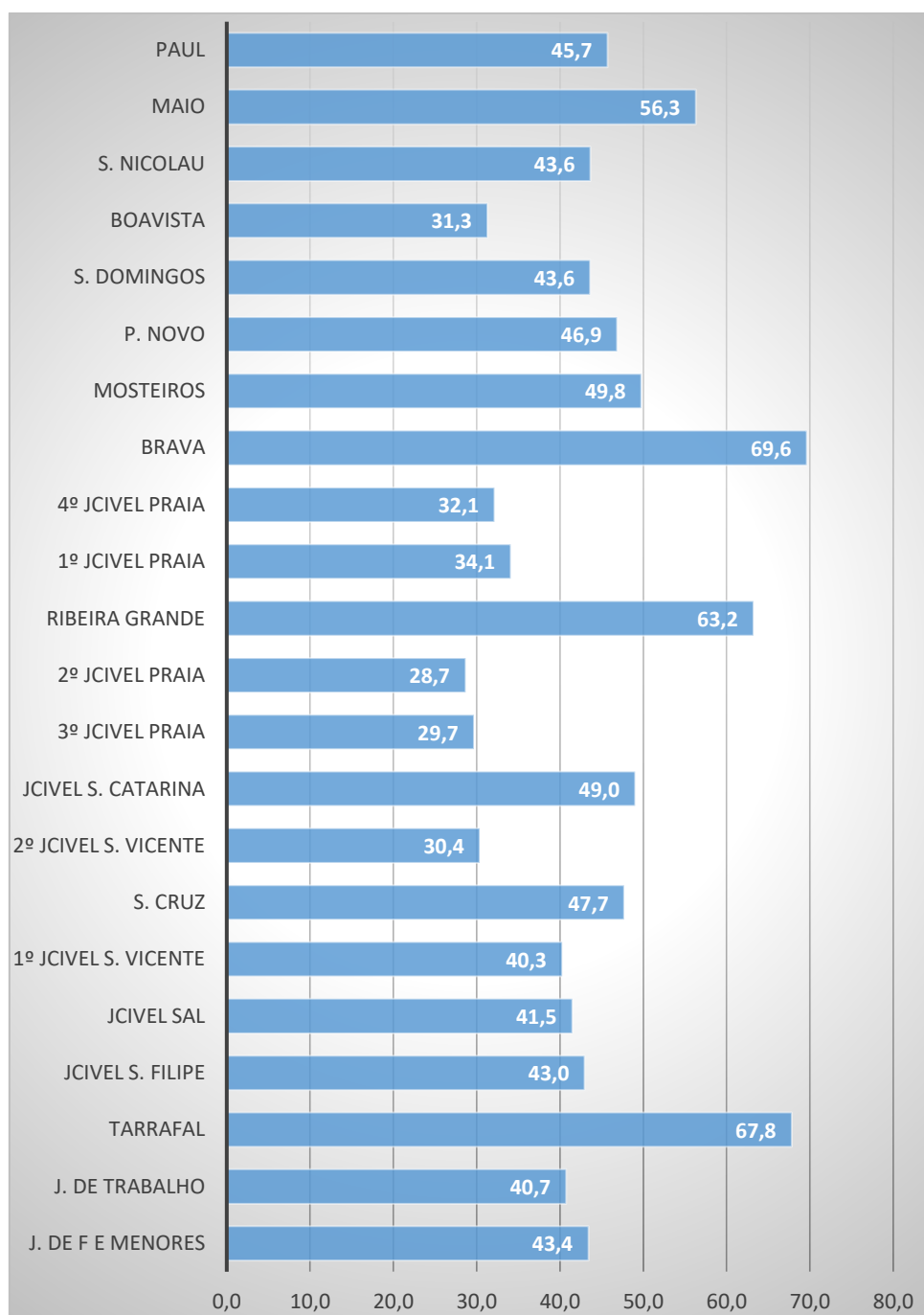
Gráfico 7: Gráfico comparativo da situação dos processos cíveis nos tribunais de CV entre os anos judiciais 2016/17 e 2017/18 bem como a taxa de variação entre os dois anos.



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

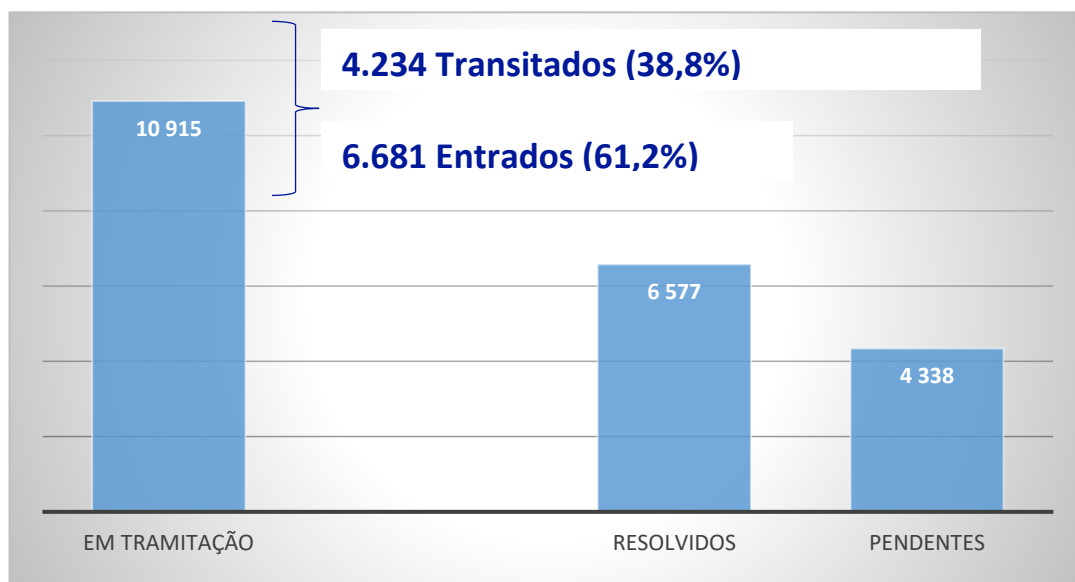
Gráfico 8: Infográfico ilustrativo da Taxa de Resolução dos processos cíveis por Tribunal ou juízo



Fonte: CSMJ

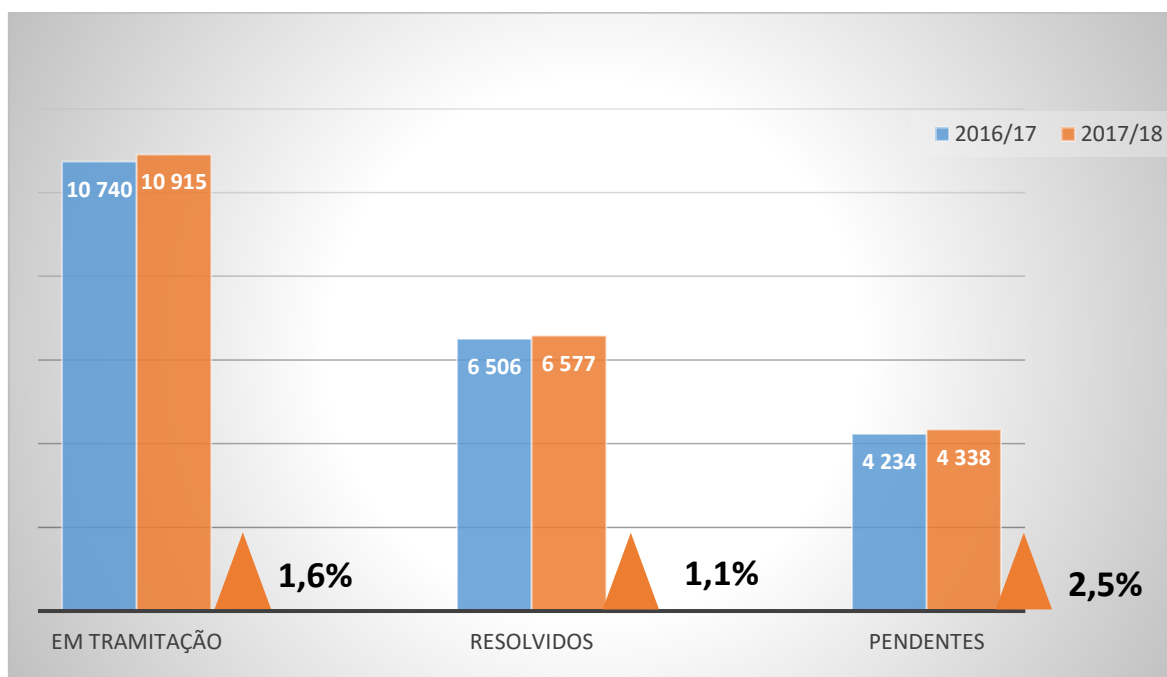
CSMJ 2017/18

Gráfico 9: Ilustra a Situação dos Processos crimes nos Tribunais/juízos de Cabo Verde, no ano judicial 2017/2018



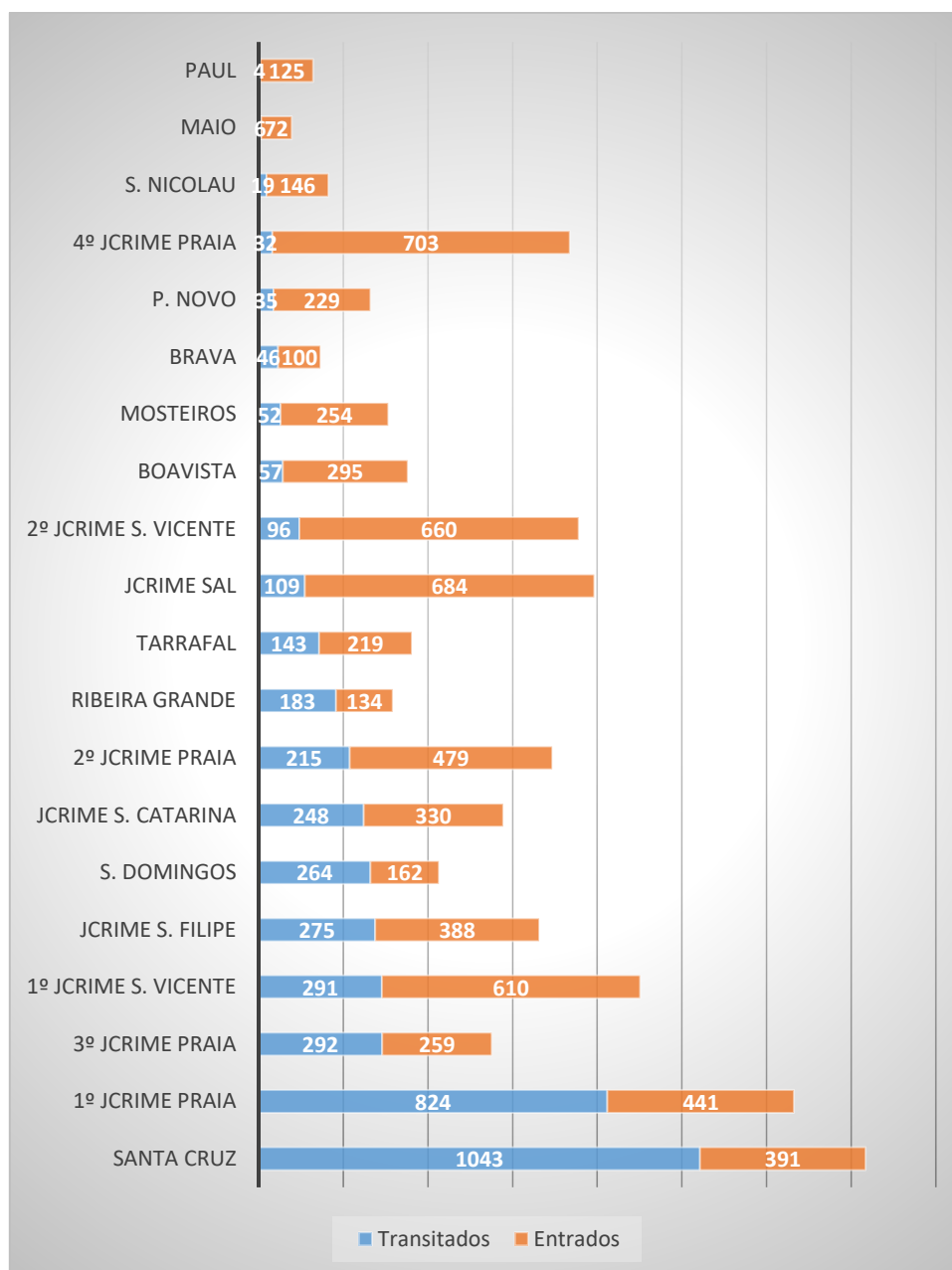
Fonte: CSMJ

Gráfico 10: Gráfico comparativo da situação dos processos crimes nos tribunais de CV entre os anos judiciais 2016/17 e 2017/18 bem como a taxa de variação entre os dois anos.



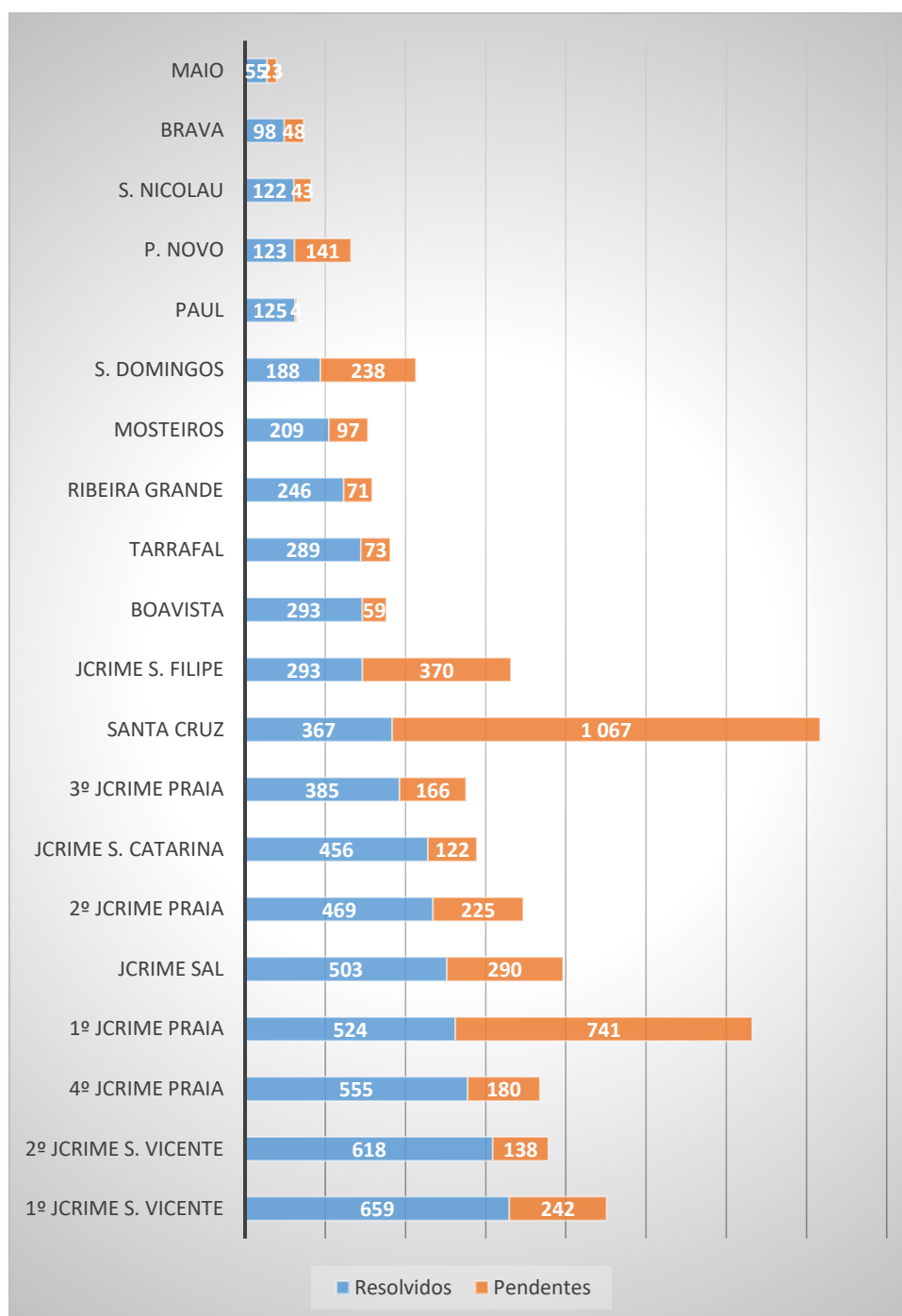
Fonte: CSMJ

Gráfico 11: Relação entre os processos crimes Transitados e entrados nos tribunais



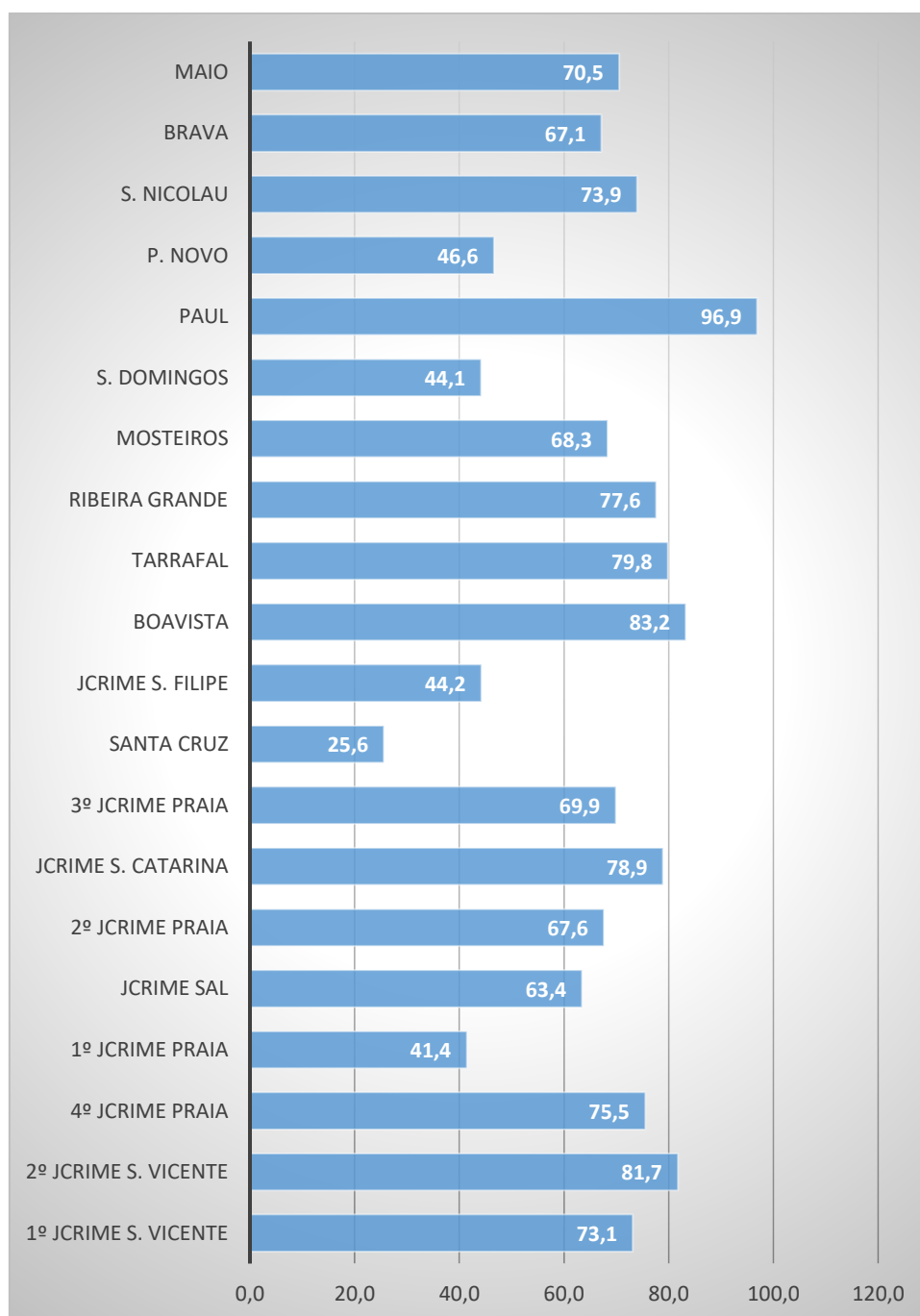
Fonte: CSMJ

Gráfico 12: Relação entre os processos crimes Resolvidos e Pendentes nos tribunais



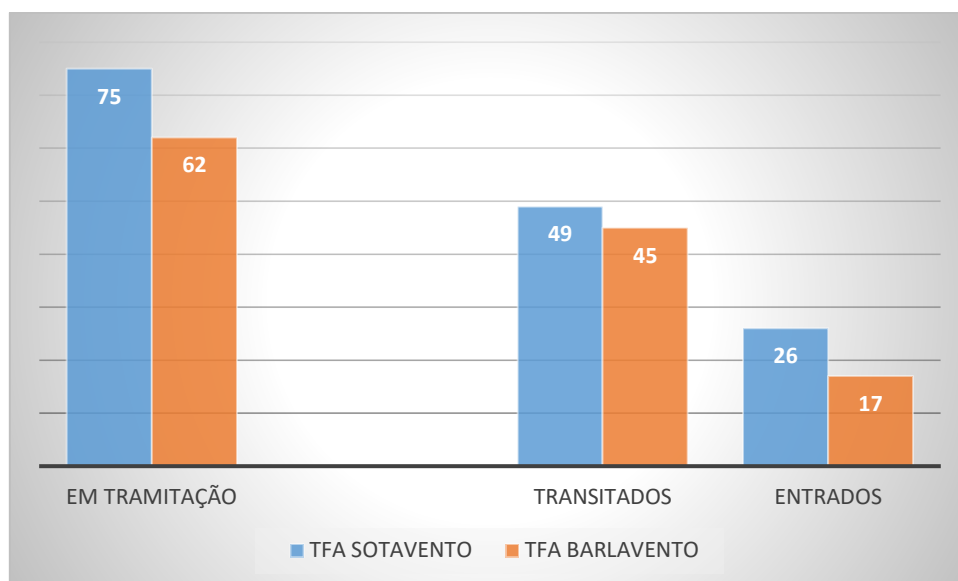
Fonte: CSMJ

Gráfico 13: Taxa de Resolução dos processos crimes por Tribunal



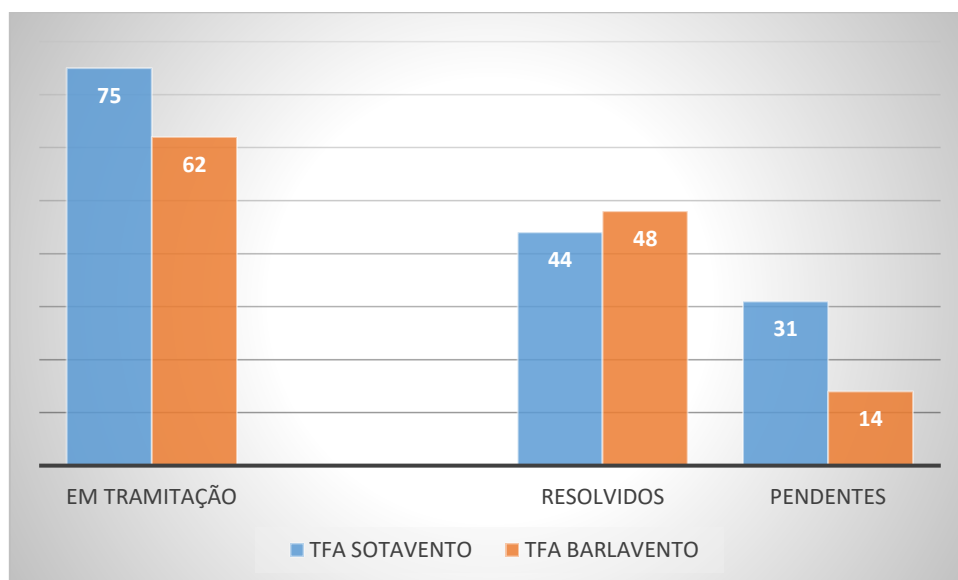
Fonte: CSMJ

Gráfico 14: Infográfico ilustrativo da situação do movimento processual nos Tribunais Fiscais e Aduaneiros



Fonte: CSMJ

Gráfico 15: Esquema demonstrativo da relação dos processos tramitados (incluindo entrados, resolvidos e pendentes) nos Tribunais Fiscais e Aduaneiros



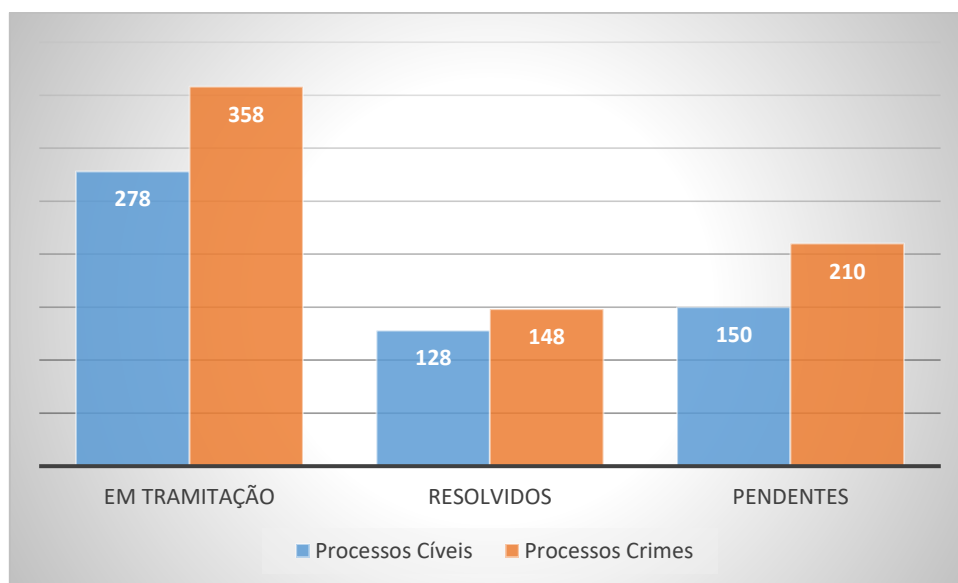
Fonte: CSMJ

Gráfico 16: Esquema demonstrativo do movimento de processos cíveis e crimes (transitados e entrados) no Tribunal de Relação de Sotavento



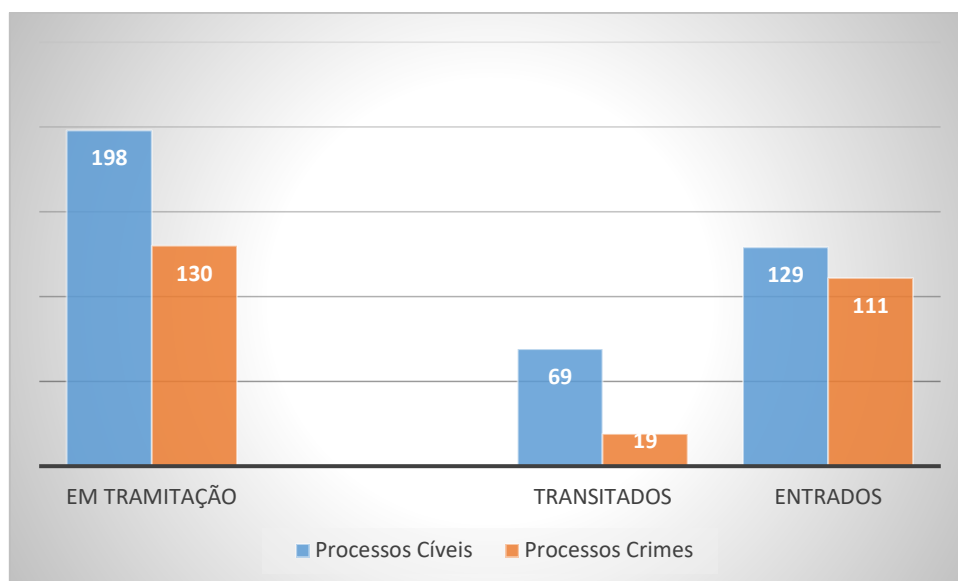
Fonte: CSMJ

Gráfico 17: Esquema demonstrativo da relação dos processos cíveis e crimes tramitados (incluindo entrados, resolvidos e pendentes) no Tribunal da Relação de Sotavento



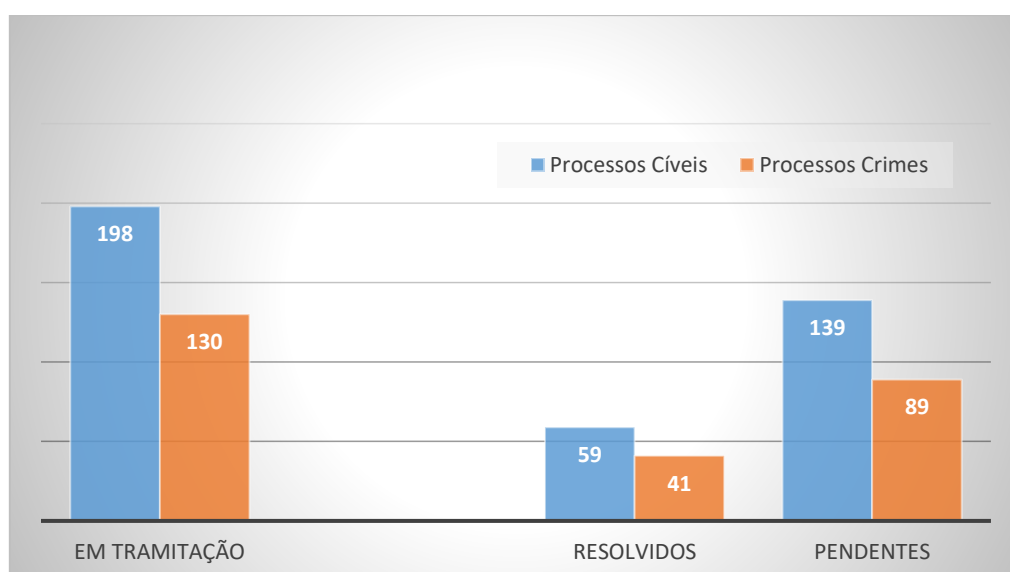
Fonte: CSMJ

Gráfico 18: Esquema demonstrativo do movimento de processos cíveis e crimes (transitados e entrados) no Tribunal de Relação de Barlavento



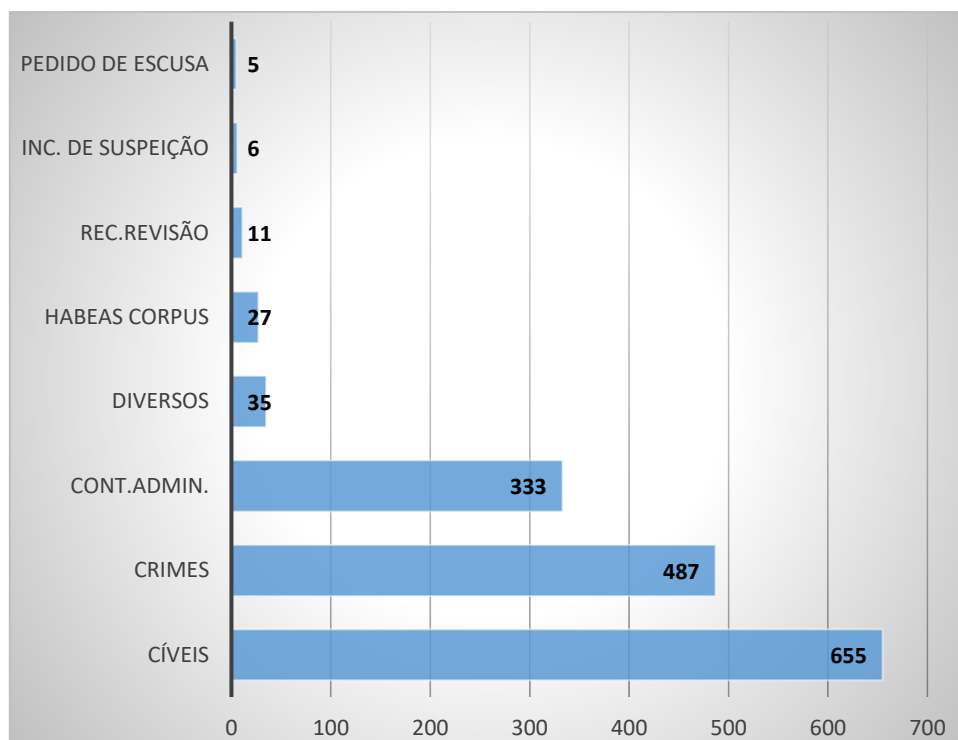
Fonte: CSMJ

Gráfico 19: Esquema demonstrativo da relação dos processos cíveis e crimes tramitados (incluindo entrados, resolvidos e pendentes) no Tribunal da Relação de Barlavento



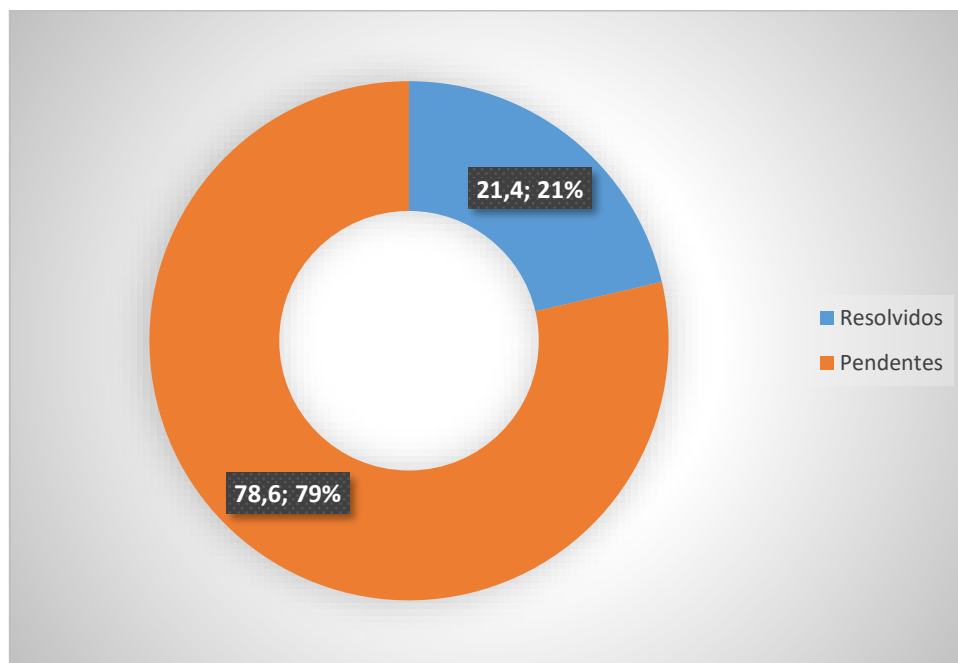
Fonte: CSMJ

Gráfico 20: Infográfico ilustrativo da situação dos processos em tramitação no STJ



Fonte: CSMJ

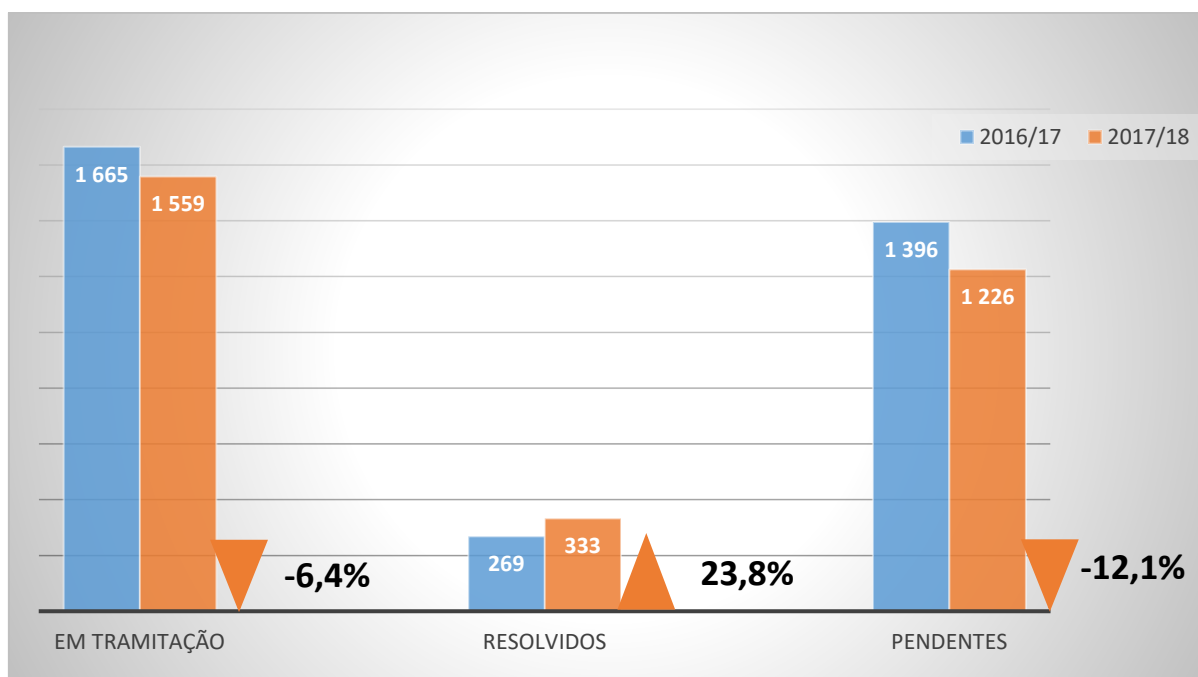
Gráfico 21: Esquema ilustrativo Percentagem dos processos resolvidos e pendentes no STJ



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Gráfico 22: Esquema demonstrativo da relação dos processos tramitados (incluindo entrados, resolvidos e pendentes) no Supremo Tribunal de Justiça



Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Tribunais de Comarca (1 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018)

Área Criminal

Tribunais	Pendentes do Ano anterior	Entrados em 2017/18	Total	Julgados em 2017/18	Pendentes para 2018/19	Taxa de resolução por processos entrados, %	Taxa de resolução por processos pendentes, %	Taxa de congestionamento
1º JCrime Praia	824	441	1 265	524	741	118,8	41,4	2,4
2º JCrime Praia	215	479	694	469	225	97,9	67,6	1,5
3º JCrime Praia	292	259	551	385	166	148,6	69,9	1,4
4º JCrime Praia	32	703	735	555	180	78,9	75,5	1,3
1º JCrime S. Vicente	291	610	901	659	242	108,0	73,1	1,4
2º JCrime S. Vicente	96	660	756	618	138	93,6	81,7	1,2
JCrime S. Catarina	248	330	578	456	122	138,2	78,9	1,3
Santa Cruz	1043	391	1 434	367	1 067	93,9	25,6	3,9
JCrime S. Filipe	275	388	663	293	370	75,5	44,2	2,3
Ribeira Grande	183	134	317	246	71	183,6	77,6	1,3
JCrime Sal	109	684	793	503	290	73,5	63,4	1,6
Tarrafal	143	219	362	289	73	132,0	79,8	1,3
S. Domingos	264	162	426	188	238	116,0	44,1	2,3
Maio	6	72	78	55	23	76,4	70,5	1,4
Mosteiros	52	254	306	209	97	82,3	68,3	1,5
Brava	46	100	146	98	48	98,0	67,1	1,5
P. Novo	35	229	264	123	141	53,7	46,6	2,1
Paul	4	125	129	125	4	100,0	96,9	1,0
S. Nicolau	19	146	165	122	43	83,6	73,9	1,4
Boavista	57	295	352	293	59	99,3	83,2	1,2
Total	4 234	6 681	10 915	6 577	4 338	98,4	60,3	1,7

Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Tribunais de Comarca (1 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018)

Área Cível

Tribunais	Pendentes do Ano anterior	Entrados em 2017/18	Total	Julgados em 2017/18	Pendentes para 2018/19	Taxa de resolução por processos entrados, %	Taxa de resolução por processos pendentes, %	Taxa de congestionamento
1ª JCível Praia	384	191	575	196	379	102,6	34,1	2,9
2ª JCível Praia	635	178	813	233	580	130,9	28,7	3,5
3ª JCível Praia	571	238	809	240	569	100,8	29,7	3,4
4ª JCível Praia	404	175	579	186	393	106,3	32,1	3,1
J. de F e Menores	882	719	1 601	695	906	96,7	43,4	2,3
J. de Trabalho	659	561	1 220	497	723	88,6	40,7	2,5
1ª JCível S. Vicente	573	284	857	345	512	121,5	40,3	2,5
2ª JCível S. Vicente	736	288	1 024	311	713	108,0	30,4	3,3
JCível S. Catarina	237	316	553	271	282	85,8	49,0	2,0
S. Cruz	421	300	721	344	377	114,7	47,7	2,1
JCível S. Filipe	573	435	1 008	433	575	99,5	43,0	2,3
Ribeira Grande	247	101	348	220	128	217,8	63,2	1,6
JCível Sal	480	412	892	370	522	89,8	41,5	2,4
Tarrafal	472	202	674	457	217	226,2	67,8	1,5
S. Domingos	124	80	204	89	115	111,3	43,6	2,3
Maio	18	85	103	58	45	68,2	56,3	1,8
Mosteiros	70	133	203	101	102	75,9	49,8	2,0
Brava	117	74	191	133	58	179,7	69,6	1,4
P. Novo	120	87	207	97	110	111,5	46,9	2,1
Paul	33	37	70	32	38	86,5	45,7	2,2
S. Nicolau	85	96	181	79	102	82,3	43,6	2,3
Boavista	121	157	278	87	191	55,4	31,3	3,2
Total	7 962	5 149	13 111	5 474	7 637	106,3	41,8	2,4

Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Total por Tribunais

Tribunais	Pendentes do ano anterior	Entrados em 2017/2018	Total	Julgados em 2017/2018	Pendentes para o ano 2018/2019	Taxa de resolução por processos entrados, %	Taxa de resolução por processos pendentes, %	Taxa de congestionamento
Praia	4 898	3 944	8 842	3 980	4 862	100,9	45,0	2,2
S. Vicente	1 696	1 842	3 538	1 933	1 605	104,9	54,6	1,8
S. Catarina	485	646	1 131	727	404	112,5	64,3	1,6
Santa Cruz	1 464	691	2 155	711	1 444	102,9	33,0	3,0
São Filipe	848	823	1 671	726	945	88,2	43,4	2,3
Ribeira Grande	430	235	665	466	199	198,3	70,1	1,4
Sal	589	1 096	1 685	873	812	79,7	51,8	1,9
Tarrafal	615	421	1 036	746	290	177,2	72,0	1,4
S. Domingos	388	242	630	277	353	114,5	44,0	2,3
Maio	24	157	181	113	68	72,0	62,4	1,6
Mosteiros	122	387	509	310	199	80,1	60,9	1,6
Brava	163	174	337	231	106	132,8	68,5	1,5
P. Novo	155	316	471	220	251	69,6	46,7	2,1
Paul	37	162	199	157	42	96,9	78,9	1,3
S. Nicolau	104	242	346	201	145	83,1	58,1	1,7
Boavista	178	452	630	380	250	84,1	60,3	1,7
Total	12 196	11 830	24 026	12 051	11 975	101,9	50,2	2,0

Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Total por Juízos e Tribunais

Tribunais	Pendentes do ano anterior	Entrados	Total	Julgados em 2017/18	Pendentes para o ano 2018/19	Taxa de resolução por processos entrados, %	Taxa de resolução por processos pendentes, %	Taxa de congestionamento
1º JCível Praia	384	191	575	196	379	102,6	34,1	2,93
2º JCível Praia	635	178	813	233	580	130,9	28,7	3,49
3º JCível Praia	571	238	809	240	569	100,8	29,7	3,37
4º JCível Praia	404	175	579	186	393	106,3	32,1	3,1
J. de F e Menores	882	719	1 601	695	906	96,7	43,4	2,30
J. de Trabalho	659	561	1 220	497	723	88,6	40,7	2,45
1º JCível S. Vicente	573	284	857	345	512	121,5	40,3	2,48
2º JCível S. Vicente	736	288	1 024	311	713	108	30	3
JCível S. Catarina	237	316	553	271	282	85,8	49,0	2,04
1º JCrime Praia	824	441	1 265	524	741	118,8	41,4	2,41
2º JCrime Praia	215	479	694	469	225	97,9	67,6	1,48
3º JCrime Praia	292	259	551	385	166	148,6	69,9	1,43
4º JCrime Praia	32	703	735	555	180	78,9	75,5	1,32
1º JCrime S. Vicente	291	610	901	659	242	108,0	73,1	1,37
2º JCrime S. Vicente	96	660	756	618	138	93,6	81,7	1,22
JCrime S. Catarina	248	330	578	456	122	138,2	78,9	1,27
Ribeira Grande	430	235	665	466	199	198,3	70,1	1,43
São Filipe	848	823	1 671	726	945	88,2	43,4	2,30
Santa Cruz	1 464	691	2 155	711	1 444	102,9	33,0	3,03
Tarrafal	615	421	1 036	746	290	177,2	72,0	1,39
Sal	589	1 096	1 685	873	812	79,7	51,8	1,93
S. Nicolau	104	242	346	201	145	83,1	58,1	1,72
Brava	163	174	337	231	106	132,8	68,5	1,46
P. Novo	155	316	471	220	251	69,6	46,7	2,14
Boavista	178	452	630	380	250	84,1	60,3	1,66
Maio	24	157	181	113	68	72,0	62,4	1,60
Paul	37	162	199	157	42	96,9	78,9	1,27
Mosteiros	122	387	509	310	199	80,1	60,9	1,64
S. Domingos	388	242	630	277	353	114,5	44,0	2,27
Total	12 196	11 830	24 026	12 051	11 975			

Fonte: CSMJ

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE PROCESSOS JULGADOS

Natureza dos processos	Pendentes dos anos anteriores	Entrados durante 2016/2017	Total	Julgados durante 2017/2018	Remetidos a outros tribunais	Total	Pendentes para o ano 2018/2019
Cíveis	648	7	655	160	0	160	495
Crimes	477	10	487	52	0	52	435
Cont.Admin.	252	81	333	84	0	84	249
Rec.Revisão	6	5	11	2	0	2	9
Habeas Corpus	0	27	27	27	0	27	0
Pedido de Escusa	1	4	5	3	0	3	2
Inc. de Suspeição	6	0	6	0	0	0	6
Diversos	6	29	35	5	0	5	30
Total	1396	163	1559	333	0	333	1 226

Fonte: CSMJ

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

Movimento Processual Cível – 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018

Tipos de Processos		Transitados do	Entrados Durante o Ano	Total Processados	Julgado Durante o Ano	Remetidos para outros Tribunais	Total	Transitados
1. Recursos Cíveis de Apelação		58	149	207	62		62	145
2. Contencioso Administrativo			2	2	2		2	0
3. Reclamação Cível		1	10	11	11		11	0
4. Revisão Confirmação Sentença		40	83	123	65		65	58
5. Diversos				0	0		0	0
5.1	Incidente de Suspeição		1	1	1		1	0
5.2	Escusa		5	5	5		5	0
5.3	Assistência Judiciária		1	1	1		1	0
5.4	Amparo			0	0		0	0
5.5	Execução Especial Cob. Preparo Inicial		7	7	0		0	7
5.6	Conflito de Competencia		1	1	1		1	0
Total		99	259	358	148	0	148	210

Fonte: CSMJ

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

Movimento Processual Crime – 01 de Agosto de 2017 a 31 de Julho de 2018

Tipos de Processos		Transitados do Ano Anterior	Entrados Durante o Ano	Total Processados	Julgado Durante o Ano	Remetidos para outros Tribunais	Total	Transitados
1. Recurso Ordinário		60	205	265	122		122	143
2. Reclamação Crime		0	3	3	3		3	0
3. Extradicação		0	1	1	1		1	0
4. Detenção Provisória		0	1	1	1		1	0
5. Diversos		0		0	0		0	0
5.1	Assistência Judiciária	0		0	0		0	0
5.2	Incidente de Suspeição	1		1	1		1	0
5.3	Escusa	0		0	0		0	0
5.4	Recurso Decisões	0		0	0		0	0
5.5	Execução Especial Cob. Preparo Inicial	0	7	7	0		0	7
Total		61	217	278	128	0	128	150

Fonte: CSMJ

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO

Movimento Processual Geral -2017/2018

Tipos de Processos	Transitados	Entrados	Total	Julgados	Remetidos	Total	Transitados
Autos Cíveis de Apelação	34	55	89	12	0	12	77
Menores	2	4	6	3	0	3	3
Trabalho	6	9	15	1	0	1	14
Autos de recurso ordinário Crime	19	111	130	41	0	41	89
Autos de recurso administrativo	0	0	0	1	0	1	0
Autos de recurso fiscal e aduaneiro	2	10	12	38	0	38	11
Acção especial(Reconhecimento sentença estrangeira)	25	45	70	4	0	4	32
Diversos	0	6	6		0	0	2
Total	88	240	328	100	0	100	228

Fonte: CSMJ

CSMJ 2017/18

Tribunal Fiscal e Aduaneiro – Ano 2017/2018

Tribunal	Transitados dos anos anteriores	Entrados durante o ano 2017/2018	Total	Julgados em 2018/2017	Transitados para o resto do ano
TFA SOTAVENTO	49	26	75	44	31
TFA BARLAVENTO	45	17	62	48	14
TOTAL	94	43	137	92	45

Fonte: CSMJ

OS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Bernardino Duarte Delgado	Presidente
Silvino Pires Amador	Vogal Eleito Pela Assembleia Nacional
Carlos Fernandes Moura	Vogal Eleito Pela Assembleia Nacional
José Maria Mendes Cardoso	Vogal Eleito Pela Assembleia Nacional
António Pedro Tavares Silva	Vogal Eleito Pela Assembleia Nacional
Januária Tavares Costa	Vogal nomeada pelo Presidente da República
Ary Allison Santos	Vogal Eleito Pelos Seus Pares (Juízes)
Antero Carlos Lubrano Varela	Vogal Eleito Pelos Seus Pares (Juízes)
Evandro João Rocha	Vogal Eleito Pelos Seus Pares (Juízes)